



SANTA CATARINA EM HISTÓRIA

V. 8, n. 2, 2014

ISSN 1984-3968



GÊNERO, DISCURSO E TRADIÇÃO

SUMÁRIO

EDITORIAL

Fernanda Arno, Tamy Amorim da Silva

i-iii

ARTIGOS

Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006)

Igor Henrique Lopes de Queiroz

1-21

(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden

Aline Maisa Lubenow, Elisandra Forneck

22-39

Africanos livres sob a tutela do Imperial Hospital de Caridade

Maysa Espíndola Souza

40-60

O Office of The Coordinator Of Inter-American Affairs e o Instituto Brasil-Estados Unidos em Florianópolis na década de 1940

Camila Goetzinger

61-75

ESTUDOS

Novas tradições: a criação da Capital da Cebola

Eduardo Luiz Formagi



76-88

Enchente de 1983: discursos do Governador Esperidião Amin, com base no jornal “O Estado”
de Santa Catarina

Cristhina Boni Lavratti

89-103

Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar
sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis

Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse E. Abreu

104-118

Palhostock e suas representações através dos jornais
Clarissa Pacheco, Grazielle Cristina Dos Santos Weege

119-129

RESENHAS

“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura
escravista proposto por Carlos Augusto Taunay

Flávia Paula Darossi

130-134



Editorial

Editorial

Fernanda Arno

Tamy Amorim da Silva

Antes de qualquer apresentação a Revista Santa Catarina em História, gostaria de dedicar este número ao doutorando Igor Henrique Lopes de Queiroz tão presente nessa revista, colaborando na avaliação, edição e pareceres, através da publicação de seu artigo “A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis- SC através de páginas jornalísticas (1999-2006)”. Esse texto integraria seu estudo sobre violência, sexualidade e gênero, discutindo a partir de reportagens do *Jornal Diário Catarinense* as estratégias e disputas discursivas que culminaram na construção da imagem de uma cidade receptiva ao chamado “turismo gay”. Igor Henrique Lopes de Queiroz foi um estudante dedicado, apaixonado por história e um professor estimulante e é assim que estará em nossas lembranças e nas páginas da Revista Santa Catarina em História. Sentiremos saudades.

*

Essa edição da revista Santa Catarina em História é composta por quatro artigos, quatro estudos e uma resenha, todos os trabalhos apresentados foram escritos por estudantes, da História, da Sociologia e professoras/es oriundos da Universidade Federal de Santa Catarina. Na parte destinada a estudos, os trabalhos foram desenvolvidos ao longo da disciplina História de Santa Catarina ministrada pela Professora Doutora Cristina Scheibe Wolff.

Na sessão **Artigos**, o texto “(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden” de Aline Maisa Lubenow e Elisandra Fornecke traz uma reflexão e análise sobre ‘os sentidos’ da morte e do cemitério a partir da leitura das autoras sobre Cemitério “Jardim do Éden”, localizado em Chapecó (SC). Partindo de uma análise da



morte na Idade Média e dos cemitérios “tradicionais” as autoras buscam apreender os (re) significados destes locais de “cultivo” da memória.

Já o artigo de Maysa Espíndola Souza, intitulado “Africanos livres sob a tutela do Imperial Hospital de Caridade”, trata de um estudo sobre africanos livres concedidos para a prestação de serviço no Imperial Hospital de Caridade (1852) e ‘cativos’ que também trabalharam nesta instituição, mostrando que ambos tiveram arranjos de vida e trabalho bastante semelhantes ainda que os africanos livres gozassem de condição jurídica diferenciada. A autora ainda traz um aprofundado do contexto da campanha de repressão ao comércio ilegal de escravos onde foi criado um estatuto jurídico especial em diferentes partes do atlântico para identificar os africanos resgatados dos traficantes.

No artigo “O Office of The Coordinator Of Inter-American Affairs e o Instituto Brasil-Estados Unidos em Florianópolis na década de 1940”, apresentado por Camila Goetzinger, traz uma discussão entre as intuições Instituto Brasil-Estados Unidos e o escritório do Office of The Coordinator Of Inter-American Affairs (OCIAA) como aparatos de ideologia de propaganda ‘ativas’ em Florianópolis entre os anos de 1941 a 1946. Evidenciando as relações e disputas nacionais, internacionais e regionais no contexto da política de boa vizinhança entre Brasil- Estados Unidos.

Na sessão **Estudos** encontramos o texto de Eduardo Luiz Formagi intitulado “Novas tradições: a criação da Capital da Cebola”. O autor traz a discussão sobre a criação das tradições, nesse caso da Capital da Cebola – Ituporanga (SC), relacionando a promoção da Festa Nacional da Cebola a outras agriculturas produzidas na região e a políticas regionais.

Outro texto que localiza de certa maneira ‘tradições’, sem trabalhar com essa categoria, seria o “Enchente de 1983: discursos do Governador Esperidião Amin, com base no jornal “O Estado” de Santa Catarina” de Cristhina Boni Lavratti. A autora discorre sobre o jornal *O Estado* e os pronunciamentos do então governador Esperidião Amin, entre 1983 e 1984, que promoviam e incentivavam ajuda ao Estado catarinense devido às enchentes que ocorreram em 1983, salientando os interesses do jornal em suas notificações sobre a tragédia.

Tratando de gênero e violência a partir da análise de crimes sexuais contra mulheres em Florianópolis, desde o início do século XX, Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares e Luíse E. Abreu apresentam o texto “Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o



juízo de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis”. As autoras realizam um estudo jurídico e contextual sobre a legislação e suas implicações em caso de violência contra mulheres, discutindo o papel da mulher na sociedade através do tempo, por uma perspectiva que problematiza os direitos da mulher em diferentes contextos.

No texto Palhostock e suas representações através dos jornais, a autora Clarissa Pacheco apresenta o festival de música ocorrido na cidade de Palhoça no contexto dos movimentos de contracultura e de ditadura militar no Brasil na década de 1970. Conhecido posteriormente como Palhostock, a autora propõe revisitar o festival promovendo um estudo sobre suas representações em jornais como O Estado/SC, Correio Lageano/SC, Correio do Povo/RS, Folha da Manhã/RS, Zero Hora/RS.

Na sessão **Resenhas** de Flávia Paula Darossi, intitulada O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos: o modelo de agricultura escravista, apresenta o livro *Manual do Agricultor Brasileiro*, que foi escrito pelo francês Carlos Augusto Taunay (1791-1867) no ano de 1829, publicado integralmente no Rio de Janeiro em 1839, com a colaboração da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e, com posterior financiamento para segunda edição pelo Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos (do partido Conservador). Integrante da Coleção “Retratos do Brasil” a presente obra foi organizada por Rafael de Bivar Marquese e compreende um conjunto de 18 capítulos apresentando uma abrangente análise sobre questões relacionadas à estrutura agrícola do Império do Brasil assim como sugestões acerca da administração e do gerenciamento das unidades rurais escravistas

Essa edição da revista Santa Catarina em História traz diversos olhares e leituras sobre diversos aspectos da história de Santa Catarina, abrindo espaço para antigos e novos debates, dessa maneira estendemos o convite para que as leitoras/es realizarem uma incursão sobre as tradições, os discursos, gênero e as representações, categorias que permeiam o fazer historiográfico. O convite está posto, a todas/os uma boa leitura,

As editoras.



A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006) - Igor Henrique Lopes de Queiroz

A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006)

Igor Henrique Lopes de Queiroz¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O presente artigo visa demonstrar, através da análise de notícias e reportagens veiculadas através do jornal *diário catarinense*, principal meio impresso do estado de santa catarina, no período compreendido entre 1999 e 2006, as disputas e estratégias discursivas que culminaram na construção da imagem de uma cidade outrora provinciana e conservadora em uma cidade receptiva ao chamado “turismo gay”, processo permeado por relações políticas, institucionais, e interesses econômicos, especialmente turísticos.

Palavras-chave: Sexualidades; Imprensa; Turismo; Florianópolis.

Abstract: this article seeks to demonstrate, through the analysis of news and reports from the newspaper *diário catarinense*, main printed through the state of santa catarina, in the period between 1999 and 2006, disputes and discursive strategies that culminated in the construction of the image of a once provincial and conservative city into a so-called "gay touristic" city, process pervaded by political, institutional relations, and especially economic and touristic interests.

Keywords: Sexualities; Press; Tourism; Florianópolis.

[...] Pois as pessoas pagam e querem
Que algo lhes seja mostrado em troca do dinheiro
Mas quando alguém esconde sua nudez como um peixe podre
Não pode esperar nenhum aplauso [...].
Os sete pecados capitais dos pequeno-burgueses, Bertold Brecht

Preâmbulo

Encontrar e constituir séries a partir das fontes, localizando-as na história da imprensa, perceber suas características materiais, sua periodicidade, a presença ou não de publicidade, conhecer o conteúdo e as funções iconográficas dentro da publicação, caracterizar e

¹ Nota da editoria: In memoriam de Igor Henrique Lopes de Queiroz.



identificar grupos e colaboradores do periódico, a que público se destina, analisando todo o material a partir da problemática escolhida². A utilização de jornais como fonte para a escrita da História ocorre há algumas décadas e já há, inclusive, uma *História da Imprensa no Brasil*³. As referências acima citadas o comprovam, e as recomendações mencionadas ao utilizá-la como fonte também. A imprensa constitui memórias e visões distintas sobre um mesmo fato, que servem “como fundamentos para pensar e repensar a História, quando desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento”⁴. Assim, minha proposta é discorrer, utilizando algumas de tais recomendações, através de notícias do jornal *Diário Catarinense* (DC) sobre a transformação da cidade de Florianópolis, em princípio conservadora e avessa às homossexualidades, como se verá, em *Capital Gay do Brasil*, descrevendo os interesses e disputas que culminaram em tal transformação.

Parada, Verão, Preconceitos e Leis

Era fim de junho de 1999 quando foi realizada a *I Parada Gay de Florianópolis*. Em notícias publicadas sobre o evento, a ênfase foi dada à palavra “orgulho”, tanto em textos quanto em títulos. Uma das participantes afirmou que “não temos que dizer que somos orgulhosos por sermos gay. Nós temos orgulho de sermos seres humanos [...]”.

Uma foto datada de 1998 e publicada pelo jornal no mesmo período mostrava que a iniciativa de realização de uma parada fora anterior, mas com mínima adesão. Reunidas/os na escadaria do Rosário, Centro da Capital, a imagem apresentava seis pessoas, três de pé e três sentadas e, segundo o jornal, naquele dia de 1998 “rolou um pouco de tudo: performances, declamação de poesia e discursos rápidos”. Esperava-se um público maior para aquele ano de 1999, mas de acordo com o que foi divulgado era grande o medo de ser vista/o por “chefe, pelos pais, pelos colegas de trabalho” em uma parada de orgulho *gay*.

2 Cf. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

3 MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

4 NEVES, Lúcia M. B. P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. B. da C. (Orgs.). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 10.



O “medo” e a “vergonha” deram a esta primeira parada da Capital uma característica pouco usual para tais eventos, realizados anualmente em várias cidades do mundo. Era noite, e muitas das cerca de cem pessoas que acompanharam a parada, que saiu do Centro da cidade em direção à Avenida Beira-Mar Norte, preferiram seguir a manifestação dentro de seus carros. A “carreata” *gay*, no entanto, foi considerada um sucesso, pois segundo um dos idealizadores era improvável reunir tanta gente – cem pessoas - “numa cidade em que ainda é difícil assumir publicamente uma orientação sexual que não seja a hetero”⁵. Um dos entrevistados não identificado, por exemplo, teria dito que era tranquilo para ele se assumir “na noite”, provável referência ao fato de frequentar locais voltados para o público não heterossexual, mas que não fazia daquilo uma bandeira⁶.

O que foi veiculado leva a crer que, em 1999, buscava-se a possibilidade de visibilidade, por meio de acesso, permanência e manifestação em um espaço público hostil a desejos, práticas e afetividades homossexuais. Paradoxos vivenciados entre o medo de ser visto e o desejo de ser reconhecido: a reivindicação de visibilidade por meio da manifestação pública da existência coletiva de um grupo invisível⁷ atravessava as poucas falas divulgadas então. O delinear de zonas limítrofes entre o aceitável e a ameaçadora presença de seres e práticas relegados à impossibilidade, de corpos e sujeitas/os deslegitimadas/os, como a marcante frase “orgulho de sermos seres humanos” leva a crer. A expectativa de o evento entrar para o calendário oficial divulgada pelo DC, no entanto, não vingaria. A visibilidade do grupo, porém, aumentava.

Com o apoio da Prefeitura de Balneário Camburiú, o jornal divulgou o evento que escolheria a *Miss Brasil Gay 99 – etapa Santa Catarina*⁸, e em seguida lançou uma reportagem sobre a dupla jornada de Maurício - professor de História e Geografia de dia - Céia Pentelhuda, a artista, pela noite⁹. Capas da revista *G Magazine* passaram a ganhar espaço no jornal¹⁰ e as campanhas contra a Aids começaram a anunciar que “é um problema nosso”, trazendo imagens de executivos casados e com filhos, jovens casais heterossexuais, rapazes

5 Um desfile que é puro orgulho. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 28 jun. 1999, p. 21.

6 Para abalar Floripa. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 26 jun. 1999, Variedades, p. 01.

7 Para tal, ver: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 143-149.

8 *Miss Brasil Gay* é hoje na New Heaven. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 17 jul. 1999, Variedades, p. 07.

9 Trabalhar é um prazer. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 18 jul. 1999, Revista DC, p. 02.

10 Revista com Róger chega às bancas. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 08 out. 1999, Esportes, p. 43.



musculosos, dourados de sol e sorte com namoradas¹¹. Percebia-se a lenta “desomossexualização” de portadoras/es do vírus, em pouco mais de uma década de estigmas e perseguições.

O preconceito, no entanto, continuava a ser denunciado por colunistas sociais como Cacau Menezes, que ao fim do ano daquela primeira parada, afirmava ser o Brasil ainda repleto de problemas. “Achamos que somos avançados [...] Mas, experimente, dois homens ou duas mulheres namorarem em algum lugar público e vejam o escândalo”¹².

Entre paredes, entretanto, novos espaços se abriam, como a *SoHo*, do estilista Rae¹³, e nas ruas, garotos entre 14 e 21 anos, da cidade ou vindos de várias regiões e Estados ganhavam dinheiro vendendo seus corpos a turistas e locais, em geral mais velhos e casados¹⁴. Durante o Carnaval de 2000, o famoso local de encontro homo-lesbo-bi-trans, o *Bar Roma*, com “pessoas de bom nível”, apresentou uma celebração “jamais vista”. “Florianópolis [...] já pode reivindicar para si o título de maior Carnaval gay do país. E não pensem que isso irá prejudicar a imagem da cidade. Dá é um tremendo ibope”, diria Cacau, que contabilizara entre 7,9 e 8 mil pessoas GLS (antiga sigla para gays, lésbicas e simpatizantes), em sua maioria casais de mulheres “abraçadas, apaixonadas, carinhosas” e alguns poucos casais de homens¹⁵. Nem tudo fora perfeito, no entanto:

Vergonha!

Essa foi de lascar. Ou melhor, envergonhar: gays de várias partes do país que vieram para o Carnaval de Florianópolis, numa das tardes, a caminho do Deca, no canto da praia Mole, foram recebidos com pontapés nas bundas, tapas nos rostos e ainda tiveram óculos, bonés e sandálias roubadas por uma gangue de idiotas [...] A polícia foi chamada e pra variar, como tem sido comum por aqui, nada fez. [...] Os trogloditas gritavam frases como “a praia é nossa”, “fora”, “veado não” e batiam nos turistas [...] Num dos bares onde esses civilizados defensores da falsa moralidade barbarizaram no Carnaval, um garçom negou-se a atender um cliente. Por ser gay[...]¹⁶.

11 Como exemplo, ver as campanhas *Sorria para a vida*, de novembro de 1999. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 12 nov. 1999, p. 36.

12 MENEZES, Cacau. Modernos e atrasados. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 23 dez. 1999, p. 63.

13 WOSGRAUS, Juliana. Ferveção. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 20 jan. 2000, Variedades, p. 03.

14 PEREIRA, Alessandra. Parte dos clientes é composta por homens casados. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 31 jan. 2000, Diário do Leitor, p. 18-19.

15 MENEZES, Cacau. Modernos e atrasados. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 08 mar. 2000, p. 43.

16 MENEZES, Cacau. Vergonha! *Diário Catarinense*, Florianópolis, 16 mar. 2000, p. 63.



Enquanto a coluna social de Cacau Menezes denunciava o preconceito de “gangues de idiotas” e reprovava a atitude do garçom, anunciava uma das edições do evento internacional Fazendo Gênero, discutia sobre homo, bi e heterossexualidade, divulgava projetos de criminalização da homo-lesbo-bi-transfobia, discorria sobre as campanhas de prevenção contra o HIV, em especial entre jovens, e anunciava novos espaços homo-lesbo-bi-trans na Ilha, como o *The Pub*, outro cronista do jornal, Sérgio da Costa Ramos, convocava leitoras/es de sua coluna para uma marcha, “uma *Passeata do Orgulho Heterossexual* em torno da Praça XV”, em “tímida reação às avassaladoras marchas do *Orgulho Gay* e seus *flamboyants* simpatizantes”¹⁷.

Não satisfeito, o mesmo cronista revoltou-se com a falta de “bom humor” GLS, que o “açoitou com chicotes, botinas e pétalas de rosas” por ter convocado os “verdadeiros machos” para uma parada “hetero-pura”:

Quer dizer: os “gays” já tem a imprensa, as ruas e as academias – as dos scholars e as de ginástica, sem falar nas saunas. O que querem mais? O problema dos *homos* é que eles, não satisfeitos com seu neo-reconhecimento, ainda querem “exportar a sua revolução”. Como Voltaire, defendo até a morte o direito ao homossexualismo, mas quero intocado o meu direito de permanecer hetero praticante e convicto¹⁸.

Dois dias depois, seria anunciada para agosto sua futura entrada para a *Academia Catarinense de Letras*, cadeira 19, de onde imortalizaria seu “humor”¹⁹. Eram comuns seus ataques não apenas a travestis ou aos movimentos sociais que cresciam e cujos números em paradas por outros Estados subiam, mas também a “lésbicas masculinizadas”, “feministas que queriam ser homens”. Em sua “hilária” visão, as mulheres deveriam “abjurar” o “feminismo feroz”²⁰.

17 RAMOS, Sérgio da Costa. Marcha. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 29 jun. 2000, Variedades, p. 04.

18 RAMOS, Sérgio da Costa. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11 jul. 2000, Variedades, p. 04.

19 WOSGRAUS, Juliana. Agora imortal. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 13 jul. 2000, Variedades, p. 03.

20 RAMOS, Sérgio da Costa. Grandes mulheres. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 09 mar. 2001, Variedades, p. 02.



Em contrapartida, era da coluna social de Cacau Menezes que surgia, pela primeira vez, a referência a uma Florianópolis como “Capital gay”, ainda em 2001, utilizada como título de uma nota sobre um evento que poderia ocorrer na cidade:

Capital gay

Lideranças nacionais de movimentos homossexuais pediram informações sobre a infra-estrutura de Florianópolis que os possa orientá-los a definir de vez a capital catarinense como sede de um evento gay de âmbito internacional [...]²¹.

Se o evento ocorreu, nada foi noticiado a respeito. Florianópolis ainda era “provinciana” demais para aceitar a homossexualidade como algo corriqueiro, nas palavras do mesmo colunista. Ao divulgar que grande parte do público que foi ao show da cantora Ana Carolina, por exemplo, ao final de junho de 2001, o colunista afirmou ser grande o número de “L da famosa tribo”, o que causou reclamações e sua resposta intitulada *Vamos crescer!*²²

Capital provinciana ou não, a única notícia sobre mobilização em homenagem ao *Dia do Orgulho Gay* daquele ano proveio de Blumenau, uma das maiores cidades do interior de Santa Catarina, onde oito militantes entregavam panfletos nas escadarias da Catedral da cidade, local onde ofendidos por um motoqueiro que os mandou tomar “vergonha na cara”, escondido por um capacete. A vergonha e a rejeição ainda predominavam na cidade, como atestou Valmir, “obrigado a ter que descer do ônibus porque estava de mãos dadas com o namorado”²³. Já em Florianópolis, era anunciado uma “nova versão” do Mercado Mundo Mix (MMM), que segundo o jornal “deixou de ser um reduto *gay*, estigma que possuía até pouco tempo”²⁴.

Se o mundo comercial precisava recusar o rótulo *gay* para ampliar seu público, o universo político piorava a situação. Em artigo posto em um *box* intitulado como “Opinião” na seção de *Política* do jornal, em geral sem tal rótulo e muitos dos textos não assinados, a Subeditora da seção Adriana Baldissarelli denunciou o “Requerimento 402-01”, proposto pelo

21 MENEZES, Cacau. Capital gay. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 25 maio 2001, p. 39.

22 MENEZES, Cacau. Vamos crescer! *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 jun. 2001, p. 39.

23 ANTONELLO, Sérgio. Grupo marca a passagem do Dia do Orgulho Gay. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 29 jun. 2001, p. 24.

24 FEIJÓ, Márcia. Uma feira para os sem preconceito. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 30 jul. 2001, Variedades, p. 01.



pastor e deputado Adelor Vieira (PMDB) e aprovado pela Assembleia Legislativa, que pedia que deputados federais votassem contra o projeto de parceria civil de Marta Suplicy (PT-SP), pois estavam “convictos de que a única solução para o homossexualismo, o bissexualismo e o lesbianismo é o arrependimento e o abandono de tais práticas”. A subeditora ainda denunciou que, em 10 de abril de 2001, a mesma Assembleia “rejeitou a emenda constitucional proposta pela deputada Ideli Salvati (PT) que propunha a inclusão da livre orientação sexual entre os direitos individuais e fundamentais protegidos pelo artigo 4º da Constituição do Estado”. Como bem definiu Adriana, era a “fina flor do preconceito”²⁵. Em Chapecó, semelhante moção foi enviada por 3 vereadores, e a *Comunidade Gay de Chapecó* acionou um advogado para interpela-los judicialmente. Alsari Balbinot (PMDB), justificou sua iniciativa afirmando que “o Estado deve preservar valores que fortaleçam a família e a sociedade”²⁶.

Da Capital, início de outubro de 2001, anunciava-se a venda para uma rede de farmácias, após 24 anos de funcionamento, do famoso *Bar Roma*. Enquanto perdia-se um espaço considerado “palco cultural, político, artístico” e especialmente voltado ao público homo-lesbo-bi-trans, especialmente em períodos de Carnaval²⁷, a coluna de Cacau Menezes denunciava o aumento dos crimes contra homossexuais, “aqui em Santa Catarina inclusive”, e comentava sobre pesquisa realizada no Rio de Janeiro, apontando como advogados, promotores e juizes davam a impressão de que “as vítimas contribuíram para a sua morte. [...] o que haverá de tão ameaçador num homossexual, que motiva sua morte brutal?”²⁸, perguntava-se o colunista. Dias depois anunciaria que 8 homossexuais haviam sido assassinados só aquele ano em Florianópolis²⁹. Além dos crimes bárbaros, a visibilidade de prostitutas e travestis que trabalhavam nas ruas também era combatida de forma inovadora. Segundo a mesma coluna, em dezembro de 2001, um site fora colocado no ar para postar fotos das placas e marcas de carros que paravam na Avenida Central do Kobrasol, conhecido local de trabalho das garotas³⁰.

25 BALDISSARELLI, Adriana. A fina flor do preconceito. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 06 ago. 2001, Opinião – Política, p. 39.

26 DEBONA, Darci. Vereadores são acusados por discriminar gays. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 06 set. 2001, Política, p. 09.

27 BASTOS, Ana. Bar Roma fecha após 24 anos. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 01 out. 2001, p. 27.

28 MENEZES, Cacau. Homossexuais e a justiça. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 16 out. 2001, p. 39.

29 MENEZES, Cacau. Assustam. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 19 out. 2001, p. 39.

30 MENEZES, Cacau. Entregação. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 21 dez. 2001, p. 47.



Com a chegada do período de Verão, curiosamente os discursos mudavam de direção, e o *Diário de Verão*, um dos cadernos especiais impressos durante a estação pelo jornal, anunciava em sua capa, ilustrada por dois homens de mãos dadas, que os *Gays assumem espaços nas areias da Ilha sem barreiras*³¹. Entre o vergonhoso preconceito vivenciado na Praia Mole em 2000 e o ano de 2002, as areias se tornaram “democráticas”, segundo o suplemento do jornal. Seu texto sobre o *Bar do Deca*, no entanto, apontava que

Há uns quatro anos colocaram fogo aqui no bar, queimaram tudo. Pior, de vez em quando há casos de clientes agredidos na praia quando estão saindo, por trás das dunas. Também já picharam palavras ofensivas nas pedras do costão, o que não deixa de ser agressão. [...] as pessoas não gostam de ser identificadas como gays, têm vergonha ou medo que isso as comprometa profissionalmente³².

A reportagem continuava, afirmando ser Florianópolis o segundo destino preferido do público GLS, atrás apenas da cidade do Rio de Janeiro, e apontando, além do *Bar do Deca* e seu endereço na Praia Mole, famosa praia da Ilha de Santa Catarina, os espaços GLS em funcionamento então e suas localizações, como o *Mix Café*, a *Danceteria Concorde*, a *Chandon Danceteria Bar* e o *The Pub*, todos localizados no Centro da Capital, além de citar a escolha da *Rainha Gay*, posteriormente conhecido por *Pop Gay* como uma dos principais atrativos da cidade. E menos de um mês depois, Florianópolis teria um dos três maiores *sites* voltados para o renomeado público GLBTS (*gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais e simpatizantes). Era lançado o portal *Fervo*, que disponibilizaria uma agenda atualizada com a “programação gay de Floripa, além de artigos, noticiário, dicas sobre sexo, militância e direitos [...] um site de informações, cultura e entretenimento”³³. O referido endereço eletrônico continua no ar, mas aparentemente parou de ser atualizado no início de 2013.

O combate ao preconceito sairia das colunas sociais em novembro de 2002. “É o silêncio que permite a sobrevivência do preconceito e da discriminação”. Repleta de depoimentos de psicólogos e relatos de jovens que se assumiram publicamente, ilustrada por

31 Gays assumem espaços nas areias da Ilha sem barreiras. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11 fev. 2002, *Diário de Verão*, p. 01.

32 Mundo GLS – Tom da alegria. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11 fev. 2002, *Diário de Verão*, p. 04-06.

33 MENEZES, Cacau. *Fervo*. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 mar. 2002, p. 39.



imagens de famosas/os homossexuais, o DC traria a discussão ao âmbito da família, e mães e pais eram instruídas/os a como lidar com a complexa fase da adolescência em que o medo, a insegurança e a ansiedade poderiam levar ao retraimento e à solidão de jovens homoafetivamente orientados. Marquinhos (provável nome fictício, como alertara a repórter), de 22 anos, assumiu-se aos 20 e diria que “Meu pai queria me levar num médico, para tratar o meu ‘problema’, que é como ele chamava minha orientação sexual. Até hoje ele acha que sou doente”. Começou a trabalhar e alugou um apartamento para morar sozinho. Estimulando o diálogo e a revelação, a reportagem apontava o despreparo das escolas em lidar com o assunto. “Nos colégios, esta questão não existe”, diria a repórter³⁴. A população também voltava a se mobilizar. Em celebração ao *Dia Mundial de Luta Contra a Aids*, centenas de pessoas, mesmo sob chuva, acompanharam as manifestações no Largo da Alfândega, Centro de Florianópolis, cujo tema escolhido foi *Preconceito e Discriminação*³⁵.

No Verão de 2003, os “sinais dos tempos” mostravam que até mesmo o mercado imobiliário voltado ao turismo teria de se adaptar. Ondina, 70 anos, recebera ligação de paulistas que queriam alugar sua casa na Lagoa da Conceição para 3 casais. Ao se deparar com 6 rapazes, a senhora demorou a se convencer de que aqueles eram os 3 casais³⁶. E, completando 10 anos de sucesso, a escolha das “misses Drag Queen e Beauty Queen” do já chamado “tradicional” *Pop Gay* reuniu aquele ano aproximadamente 10 mil pessoas³⁷.

Era 04 de abril de 2003 quando, por fim, transformava-se em Lei a proibição de discriminação por orientação sexual no Estado de Santa Catarina. Não apenas uma coibição, mas com punições previstas³⁸:

LEI Nº 12.574, de 04 de abril de 2003

Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e adota outras providências. [...]

34 BEVILACQUA, Viviane. O momento de contar aos pais. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 24 nov. 2002, p. 30-32.

35 RODRIGUES, Patrícia. Chuva não impede manifesto. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 30 nov. 2002, p. 18.

36 MENEZES, Cacau. Sinais dos tempos. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11 fev. 2003, p. 39.

37 BARAUNA, Giancarlo. Milhares assistem aos transformistas. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 05 mar. 2003, p. 24.

38 SANTA CATARINA. Lei 12.574/03. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e adota outras providências. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, Santa Catarina, 04 abr. 2003, Nº. 17.130, p. 02-03.



Art. 1º Serão punidos, nos termos desta Lei, toda e qualquer manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão ou cidadã homossexual, bissexual ou transgênero.

Art. 2º Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos e cidadãs homossexuais, bissexuais ou transgêneros, para os efeitos desta Lei:

I - submeter o cidadão ou cidadã homossexual, bissexual ou transgênero a qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II - proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;

III - praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV - preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;

V - preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

VI - praticar o empregador, ou seu preposto, atos de demissão direta ou indireta, em função da orientação sexual do empregado;

VII - inibir ou proibir a admissão ou o acesso profissional em qualquer estabelecimento público ou privado em função da orientação sexual do profissional; e

VIII - proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão ou cidadã homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos e cidadãs.

Art. 3º São passíveis de punição o cidadão ou cidadã, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e toda e qualquer organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas neste Estado, que intentarem contra o que dispõe esta Lei. [...]

Art. 6º As penalidades aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação ou qualquer outro ato atentatório aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana serão as seguintes:

I - advertência;

II - multa de R\$1.000 (um mil reais);

III - multa de R\$ 3.000 (três mil reais);

IV - suspensão da licença estadual para funcionamento por trinta dias; e

V - cassação da licença estadual para funcionamento.

§ 1º As penas mencionadas nos incisos II a V deste artigo não se aplicam aos órgãos e empresas públicas, cujos responsáveis serão punidos na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos.

§ 2º Os valores das multas serão corrigidos a partir da data da publicação desta Lei pela taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC -, podendo ser elevados em até dez vezes quando for verificado que, em razão do porte do estabelecimento, resultarão inócuas. [...]

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de abril de 2003.

Florianópolis: o novo Paraíso Gay do Brasil



“Florianópolis é uma das capitais brasileiras com menos índice de preconceito em relação à comunidade gay [...]”, diria a transexual e ativista Katielly, que participara da *Parada Gay de São Paulo* de 2003, com quase 800 mil pessoas, e admirava-se de uma cidade eleger um deputado homossexual, Nilton Machado, conhecido por Duduco³⁹. A elogiada cidade tinha em sua Universidade Federal, entretanto, advogados que defendiam “a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar.” A UFSC fora então condenada a pagar pensão a E.M.F., homem que mantivera uma relação estável e monogâmica com o professor A.P.Z, mas a Universidade decidira recorrer da decisão⁴⁰. A relatora que analisou o recurso da Universidade, em 2006, “entendeu que o pagamento do benefício é um direito e que a Constituição consagra o princípio da igualdade em detrimento da ‘discriminação preconceituosa’”⁴¹. A sentença previa o pagamento retroativo e acrescido de juros e correção monetária.

Ainda em julho de 2003, enquanto pouco a pouco ganhava espaço na imprensa o discurso sobre um suposto “pouco preconceito” da capital e mesmo do Estado de SC, secretários de turismo de Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis uniram-se em uma série de reuniões para definir um projeto de “combate à sazonalidade”, visando lançar campanhas publicitárias e promover roteiros turísticos: “Campanha atingirá casais em lua-de-mel, jovens, aposentados, gays, lésbicas e bissexuais”, diria a chamada. “Queremos atrair o turista de qualidade, aquele que vem de avião, e vai conhecer a cidade, vai a restaurantes, enfim, vai gastar dinheiro” diria o Secretário de Turismo de Florianópolis⁴².

Em nota comemorativa, Cacau Menezes afirmava que um especialista italiano em marketing viria à Florianópolis para dar dicas de como abrir o mercado, pois “Santa Catarina se prepara para explorar um filão de negócio dos mais rentáveis no setor de turismo. É o turismo GLS”⁴³, e dias depois era anunciada a palestra sobre *Turismo GLS*, patrocinada pela

39 MENEZES, Cacau. Floripagay. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 25 jun. 2003, p. 39.

40 UFSC condenada a pagar pensão a homossexual. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 13 jul. 2003, p. 27.

41 Homossexual terá direito à pensão. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 25 abr. 2006, p. 34.

42 SANTOS, Karla. Sul unido no combate à sazonalidade. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 19 jul. 2003, p. 19.

43 MENEZES, Cacau. GLS. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 09 ago. 2003, p. 39.



A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006) - Igor Henrique Lopes de Queiroz

prefeitura de Florianópolis no *CentroSul*, “uma oportunidade de novos negócios”, sob o título *Santa Catarina quer conquistar os GLS*⁴⁴.

Como uma das estratégias do DC para conquistar tal público, era lançada em sua revista dominical, *Donna DC*, a comovente matéria sobre *O amor que ousa dizer o nome*. Ao texto “Depois de anos de batalha por respeito e direitos, casais de gays e lésbicas deixam os quetos e vão em busca de reconhecimento legal para as uniões homossexuais”, seguiam-se depoimentos de casais de *gays* e lésbicas em uniões estáveis, que buscavam mais direitos, sentirem-se cidadãos e cidadãs plenos⁴⁵. Poucas foram as cartas divulgadas então pelo jornal contra a reportagem, e logo em seguida um evento divulgado pela mesma reportagem iria para a coluna de Cacau Menezes, o *Sappho em cena*, mostra de filmes de homossexualidade feminina realizado no Centro Integrado de Cultura (CIC), na Capital⁴⁶.

O mesmo colunista diria que amigos que se consideravam “traídos, injustiçados, ofendidos, humilhados e até culpados”, pois descobriram que seus filhos eram *gays*, e afirmava que o “mundo mudou. Ser gay, hoje, não pega pra mais ninguém. Nem pra que é e muito menos para os pais. O importante é ser feliz”⁴⁷, e confirmava que o maior *site* voltado ao público GLS então, o *Mix Brasil*, colocava Florianópolis como segundo destino preferido por homossexuais para passar o Carnaval. “Deixa vir. Gente alegre não faz mal a nada”⁴⁸. Lentamente, imprensa e membros de órgãos públicos “descobriam” o novo filão turístico e as possibilidades econômicas decorrentes.

Enquanto isso, em Blumenau comemoravam-se os 6 meses de casamento simbólico entre Adilson e Leomar, que afirmavam ser as manifestações de solidariedade maiores que as de hostilidade⁴⁹. Ao lado da comemoração dos rapazes, a notícia sobre o preocupante preconceito entre adolescentes. “Um em cada quatro jovens brasileiros não gostaria de ter um

44 MONTEIRO, Gisele kakuta. Santa Catarina quer conquistar os GLS. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 13 ago. 2003, p. 22.

45 O amor entre iguais. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 07 set. 2003, *Donna DC*, p. 01/10-13.

46 MENEZES, Cacau. Lésbicas. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 02 out. 2003, p. 47.

47 MENEZES, Cacau. Impacto. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 09 jan. 2004, p. 39.

48 MENEZES, Cacau. Meca. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 10 fev. 2004, p. 39.

49 LIESENBERG, Susan. A felicidade livre de preconceitos. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 14 mar. 2004, p. 30.



colega homossexual”, principalmente rapazes, para quem seria como se “sua virilidade e masculinidade estivessem em risco e sendo desafiadas”⁵⁰.

O preconceito, no entanto, perdia espaço e o próprio jornal passava a “policar”, a normatizar seus cronistas aos novos interesses. A coluna de Sérgio da Costa Ramos, em março de 2004, foi a primeira delas. Intitulada *Comunhão de cuecas* e publicada no *Donna DC* de 14 de março de 2004, o texto do cronista falava sobre o “fim dos tempos”, ironizava a “comunhão de cuecas” ou as “mulheres unidas pelas botinas” afirmava que as pessoas traziam “suas intimidades para a rua, no irresistível desejo de chocar, transgredir as leis da natureza” reclamava sobre beijos que as mulheres ousavam dar e dizia que só “falta agora os bigodões aderirem ao indecoroso ósculo” e ainda se perguntava “Onde já se viu convite de casamento ter que esclarecer se a benção será ministrada a Noivos Machões ou Mulherões?”⁵¹ Em cartas, não apenas leitoras/es afirmaram-se surpresas/os de receberem em casa “tamanho ultraje”, um “preconceito exacerbado e ridículo”, a admiração pelo jornal deixar publicar “tamanho barbárie” e o pedido para que entidades tomassem as devidas providências⁵², mas o próprio colunista foi obrigado a retratar-se:

O mundo foi ficando assim: irrespirável. As pessoas foram perdendo o que se chamava outrora de bom humor, a própria linguagem [...] intolerância, o livre pensar e a livre opinião assumidas como “ofensa”. O diálogo ficou difícil [...] – Está rindo de que? – interpelavam os guardas da Polícia do Pensamento. [...] Uma das maiores virtudes do povo brasileiro, a circunstância de não levar-se tão “a sério”, conjugando a vida com a generosa capacidade de rir de si mesmo, foi desaparecendo [...] Os graus de intolerância chegaram ao zênite da rabugice [...] Alguns leitores me atribuem o mau gosto de uma crônica “homófoba”, contra homossexuais. Recebo a crítica da mesma forma que acolho o elogio: com respeito e humildade. Percebo, porém, com tristeza, que o mundo de hoje não está mesmo para brincadeira⁵³.

O imortalizado Sérgio recusava a ver-se como preconceituoso, cujos textos difundiam homo-lesbo-bi-transfobia, e tentou se retratar culpando uma suposta falta de humor causada

50 Jovem brasileiro é preconceituoso. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 14 mar. 2004, p. 30.

51 RAMOS, Sérgio da Costa. *Comunhão de cuecas*. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 14 mar. 2004, *Donna DC*, p. 06.

52 Como exemplo, ver: Crônica (I e II). *Diário Catarinense*, Florianópolis, 17 mar. 2004, *Diário do Leitor*, p. 38.

53 RAMOS, Sérgio da Costa. Bom dia. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 18 mar. 2004, *Variiedades*, p. 04.



por uma repressiva “Polícia do Pensamento”. Como se vê, os próprios cronistas do jornal, em princípios de 2004, agora passavam pelo crivo do “politicamente correto”, percebendo-se que o movimento de controle discursivo caminhava em paralelo a novas oportunidades geradas pela tentativa de conquista de um público e suas/seus simpatizantes, que aumentavam, se não em tamanho, impossível de contabilizar, principalmente em visibilidade, potencialmente ampliadas pelas possibilidades de ganhos comerciais e financeiros. Cacau Menezes citaria, por exemplo, uma reportagem da revista *Época* sobre o turismo GLS em cidades como Florianópolis, setor que já chagava a movimentar bilhões de dólares anualmente⁵⁴.

Aquele ano de 2004 seria também o de lançamento do programa *Brasil sem Homofobia*, um dos marcos simbólicos para a luta por direitos, cidadania e contra as violências e crimes praticados contra homo-lesbo-bi-transsexuais no país⁵⁵. A data, 25 de maio, também traria a divulgação de pesquisas do Ministério da Educação revelando que, entre professores brasileiros, “59,7% [...] declararam ser inadmissível que uma pessoa possa ter experiências homossexuais, e 21% disseram não desejar ter como vizinhos homossexuais”⁵⁶. Da infância à vida adulta, predominava a aprendizagem, o ensino, a repetição de normas de gênero fóbicas, heterossexualmente direcionadas, como leva a crer a declaração de Jussi, 72 anos, que afirmara que seu filho não conseguira se formar em Medicina na UFSC por ser homossexual⁵⁷.

As medidas em busca de mudanças, no entanto, transformavam também as escolhas do periódico para anunciar suas notícias sobre a temática. Sob a chamada *Comportamento*, era então anunciado que a *Parada do Orgulho Gay de São Paulo*, que se tornara a maior de toda a América Latina e se transformara em uma miríade de eventos durante uma semana, seria então patrocinada pelo Ministério da Cultura: “Não repassamos recursos para um movimento social, mas para um movimento cultural”⁵⁸.

As práticas e sexualidades, portanto, tornaram-se algo cultural, em palavras literais, e o jornal as traria como sinônimos de “alegria” e “liberdade”, como diria a notícia sobre a

54 MENEZES, Cacau. Arco-íris. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 30 maio 2004, p. 55.

55 MENEZES, Cacau. Arco-íris. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 24 maio 2004, p. 27.

56 Professor discrimina homossexual. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 25 maio 2004, p. 21.

57 A década em que seu filho estudou na instituição, no entanto, não fazia parte da nota publicada. MENEZES, Cacau. Sem Censura. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 12 jun. 2004, p. 31.

58 Comportamento – Ministério da Cultura dá verba para Parada Gay. MENEZES, Cacau. Arco-íris. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 13 jun. 2004, p. 33.



Parada realizada em Blumenau em 21 de junho de 2004, amadrinhada pela “extravagância” de Elke Maravilha e que reunira mais de mil pessoas, entre “homens e mulheres homossexuais, centenas de curiosos e simpatizantes [...] jovens, idosos e crianças”⁵⁹. Já em Curitiba, a movimentação ganhara o nome de *Parada da Diversidade*, para “não chocar os conservadores” e Cacau Menezes reclamava:

As entidades do mundo GLS de Florianópolis não criaram coragem para promover sua parada na Capital catarinense. Dizem que a patrulha e a discriminação ainda são intoleráveis. Pode ser. Mas é preciso quebrar tabus. E deve começar por quem os enfrenta⁶⁰.

A reclamação do colunista renderia uma pequena nota afirmando que “custou, mas saiu”, e uma outra de data posterior informava que Florianópolis realizaria em 29 de agosto de 2004 sua “primeira Parada Gay”. O evento, porém, além de não ser o primeiro, não chegou a ser realizado aquele ano⁶¹.

A discriminação, apesar das mudanças que as alianças e estratégias políticas, econômicas, comerciais, turísticas e da imprensa tentavam implementar, era de fato grande. Um professor universitário, por exemplo, teve seu carro “riscado e com palavras ofensivas” no estacionamento da Universidade onde lecionava, referindo-se ao fato de ser homossexual⁶². Porém, era também combatida. A brasileira Marta e a inglesa Lesley, casal há 12 anos, resolveram mudar-se da Inglaterra para Florianópolis. Como o visto da inglesa estava vencido e ela resolvera voltar à Inglaterra de férias, temia não poder voltar ao Brasil. O judiciário catarinense, no entanto, entendeu a união estável das duas e citou uma resolução do Conselho Nacional de Imigração, “que prevê a concessão de visto para cônjuge de cidadão brasileiro. O objetivo da regra é proteger a unidade familiar.” Decisão louvável, mas, coincidentemente ou não, a repórter terminava seu texto informando que o objetivo do casal era abrir uma “empresa de turismo receptivo”, para divulgar o Sul do Brasil e atrair ingleses ao país⁶³.

59 Arco-íris espanta o preconceito em Blumenau. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 21 jun. 2004, p. 21.

60 MENEZES, Cacau. Arco-íris. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 01 jul. 2004, p. 47.

61 Gay. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 30 jul. 2004, p. 03.

62 MENEZES, Cacau. Vergonha. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 30 jul. 2004, p. 39.

63 BEVILACQUA, Viviane. União familiar vence burocracia. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 19 set. 2004, p. 21.



Florianópolis não é apenas praia. O título da entrevista, publicada em janeiro de 2005, anunciava novamente propostas para outros públicos além dos veranistas, visando a “ampliar o volume de visitantes em Florianópolis durante todo o ano”. A entrevista com o então Secretário de Municipal de Turismo, Luiz José Ferreira, e com o secretário-adjunto, Luciano Schoeder, apontava a preocupação com “o turismo especializado”, não o “massificado. O turismo voltado para o público da terceira idade, o GLS, que é muito importante”. Tão importante, que linhas depois seria repetido: “Vamos procurar eventos nesta área, turismo de negócios, eventos, de terceira idade, internacional, GLS [...] Haverá surpresas nos bailes gays, aos quais daremos ênfase neste ano”⁶⁴. Dez dias depois, era anunciada a eufórica acolhida pela nomeação de Thiago Silva para a Assessoria de Marketing e Eventos da Setur (Secretaria Municipal de Turismo), indicado pelo deputado Duduco. Em poucos dias no cargo, constava da nota de Cacau Menezes que o rapaz “conseguiu costurar uma parceria com casas noturnas e saunas do segmento para incrementar o próximo Pop Gay”⁶⁵. Emergiu, então, o discurso sobre Florianópolis ser, entre as capitais brasileiras prediletas do público GLS, “a única capital do país a dispor de evento específico para este grupo promovido por prefeitura, o *Pop Gay*”⁶⁶. E, da coluna de Cacau Menezes, afirmava-se finalmente: “Floripa é o novo paraíso gay do Brasil”⁶⁷.

E o novo paraíso *gay* se mobilizava cada vez mais: em abril de 2005, o grupo *New Floripa de Adolescentes e Jovens Gays*, com 70 inscritos entre 14 e 30 anos, em repúdio à expulsão de um casal de rapazes de se beijavam na lanchonete *Bob's*, localizada no Centro da capital, e ao pedido de um dos funcionários para que outro casal não desse as mãos dentro do estabelecimento, organizaram um “beijaço”, carregando bandeiras do arco-íris em frente à loja. Segundo o responsável pelo estabelecimento, “não houve discriminação” e que “exageros são coibidos não importando a orientação sexual do casal. Os namoros só são interrompidos quando um cliente da lanchonete reclama”⁶⁸. E no mesmo mês era anunciado

64 MARCELO, Claudia. ‘Florianópolis não é apenas praia’. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 16 jan. 2005, p. 24.

65 MENEZES, Cacau. Diversidade. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 26 jan. 2005, p. 39.

66 Turismo gay. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 07 fev. 2005, p. 03.

67 MENEZES, Cacau. Arco-íris. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 08 fev. 2005, p. 31.

68 Comportamento – Homossexuais protestam em beijaço. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 09 abr. 2005, p. 21.



que, com o patrocínio de bares e boates GLS, Thiago Silva seria um dos organizadores de um seminário objetivando “preparar a primeira grande parada gay da Ilha”, em 2006⁶⁹.

A I Parada da Diversidade – Orgulho GLBTS: Florianópolis, a Capital Gay do Brasil

O jornal *Diário Catarinense*, que por anos discriminara abertamente a comunidade hoje conhecida por LGBTTTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes), buscou tornar-se homo-lesbo-T’s-ófilo. Libertou partes da comunidade das áreas privativas de regulamento próprio, “onde se misturam em intimidade [...] assuntos gerais ou temas específicos, notícia e comentário, entrevista e interpretação, humorismo e gravidade”⁷⁰ ou, para outros, páginas de “boateiros” de “jornais mais sensacionalistas”⁷¹, representadas pelas *Colunas Sociais*; tentou minimizar a referência às práticas sexuais, pelo menos de gays e lésbicas, das páginas “consumidas com avidez”, onde abundam o “aproveitamento exagerado da notícia”, o jargão, os vícios de linguagem, a repetição de termos⁷², o sensacionalismo, seção repleta de recomendações a profissionais da área, como não aceitar e publicar opiniões policiais como “expressão da verdade”, “evitar especulações”, pois “a notícia criminal quase sempre atrai grande atenção” e é um serviço público de suma importância⁷³, representadas pela *Editoria de Polícia*. Em tese. Na prática, a comunidade continuou a aparecer nesses locais ou seções do jornal, mas outros qualificativos passaram a ser empregados, termos politizaram-se, sujeitas e sujeitos ganharam, sim, um pouco mais de apreço, de respeito nas páginas do jornal aqui escolhido como fonte e, principalmente, sua visibilidade foi explorada em outras notícias e seções, em temporalidades que não os verões e seus belos carnavais, quando turistas e locais, poderes políticos e jornal aproveitavam-se, cada um a seu modo, do sensual desbunde carnavalesco e caloroso, paralisador das normas e convenções.

69 MENEZES, Cacau. Foco. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 13 abr. 2005, p. 47.

70 AMARAL, Luiz. *Jornalismo*: matéria de primeira página. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982. p. 95.

71 HOHENBERG, John. *O jornalista profissional*: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Ed. Interamericana, 1981. p. 400.

72 Idem, p. 85-88.

73 Idem, p. 296-314.



Nenhum movimento, estratégia ou mudança, no entanto, está desligada de embates, contradições, e especialmente interesses – a retratação de Sérgio da Costa Ramos, por exemplo, especialista em textos extremamente homo-lesbo-bi-transfóbicos, apareceu pela primeira vez após sanções penais serem delimitadas pela Lei do Estado de SC. Teria esta Lei se tornado crível, ganhado a força de autoridade?⁷⁴ Para algumas/alguns, possivelmente. A chamada “vocação turística” de Florianópolis, que em poucos anos descobrira o segmento LGBTTTs como muito rentável, e transformara-se em novo polo de turismo *gay* seria outro exemplo.

Incremento de 35% do público, passagem de transatlânticos pelo Estado, articula o de uma programa o para o ano inteiro de atra oes, casas noturnas com público garantido, hóspedes educados e boas gorjetas, procura de pacotes turísticos que superavam expectativas – Florianópolis tornara-se, de fato, um novo polo, mas trago o significado ambivalente do termo   discussão: de um lado, a comemora o da AEGLBTS/SC (Associa o dos Empreendedores Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transg neros e Simpatizantes de Santa Catarina), criada em fins de 2005, e o sucesso comercial e econômico que se tornaram as propagandas sobre a cidade e os serviços oferecidos. Do outro lado do polo, uma militância quase silenciada, com direito a parcas linhas de canto, afirmando que o preconceito em SC ainda era muito forte, as demonstra oes de afetividade restringidas a determinados espaços e mais, que a Parada que estava sendo organizada era “artificial”, não passava de interesse econômico, completamente desligada do movimento social⁷⁵.

Em fins de junho de 2006, anunciava-se para o dia 09 a realiza o da 2^a Parada de Florianópolis, ou *I Parada da Diversidade*. Tiago Silva, em breve entrevista ao jornal, afirmara que não se tratava “de um Carnaval fora de época”, não “queremos que as pessoas confundam um movimento social de luta com uma festa”. O tema escolhido para o evento daquele ano foi “Nem mais, nem menos, apenas iguais”, e sua realiza o pretendia promover discuss oes acerca da legaliza o da união civil por homossexuais, ado o de crianças e

74 Segundo Derrida, em uma releitura de Pascal e Montaigne, leis não são justas como leis. Não as obedecemos por serem justas, mas porque têm autoridade, e esta autoridade repousaria apenas no crédito que a concedemos, um ato de f  que justificaria a alusão ao caráter místico de sua autoridade. Para tal, ver: DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 21.

75 KAFRUNI, Simone. Turismo gay se consolida na Capital. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 26 fev. 2006, p. 14-15.



inclusão de parceiros em planos de saúde. Seria uma “manifestação para reivindicar direitos” e para “esclarecer que homofobia é crime”⁷⁶.

Discussões que, apesar da ênfase de Tiago, seriam pouco consideradas em prol da importância do evento enquanto festa e lucratividade. Shows de bandas contratadas, bateria de escola de samba para iniciar a festa, hotéis, bares e restaurantes lotados, 10 ou 15 mil participantes previstos pelo então presidente da “Associação dos Empreendedores GLBTS/SC”, Audenir de Carvalho, decoração de trios elétricos com balões em forma de arco-íris e o laço que simboliza a prevenção à AIDS, um carro para arrecadação de agasalhos e alimentos para doação, excursões vindas de Curitiba, São Paulo, Porto Alegre e Balneário Camboriú, participantes de todo o Estado e até da Bahia, além da lembrança de que Santa Catarina era um dos destinos prediletos do turismo *gay* no Brasil:

É um dinheiro limpo, que movimenta a economia e gera empregos, por isso não deveria existir só no Verão, precisa ser mais incentivado. Vários hotéis, que nesta época do ano costumam oferecer hospedagem quase de graça, estão lotados por causa da parada⁷⁷.

E na segunda-feira, 10 de julho de 2006, era anunciado nas páginas iniciais do jornal, dedicadas a reportagens especiais: *Parada da Diversidade – Florianópolis, a capital gay do Brasil*. Reunindo cerca de 30 mil pessoas, a descrição do evento que se passara na Avenida Beira-Mar Norte durante a tarde anterior trazia detalhes sobre o clima festivo proporcionado pelos trios elétricos, enfatizava que fora uma realização de iniciativa da *Associação de Empreendedores GLBTS de Florianópolis*, fundada no ano de 2005 por donas/os de bares e casas noturnas da cidade, estimuladas/os pela iniciativa de Tiago Silva, custeada sem qualquer contribuição pública, apenas com recursos de tais empreendedoras/es da cidade e “militantes do movimento GLBTS de Florianópolis”, não citadas/os que movimentos ou militantes, no entanto.

Discreto e quase imperceptível paradoxo inserido na notícia sobre tal evento, ou quem sabe uma redundância: se em uma página era afirmado que a principal frase utilizada por

76 Direitos – Florianópolis fará parada gay dia 09. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 20 jun. 2006, p. 27.

77 Capital prepara a primeira parada gay. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 08 jul. 2006, p. 23.



participantes aquela tarde teria sido “homofobia é crime”, conforme era previsto desde 2003 pela Lei do Estado, na seguinte um dos entrevistados explicaria o fato de Florianópolis não realizar anualmente uma parada da seguinte forma: “Não precisava ter parada aqui porque tem muitos jovens e homossexuais na cidade. Florianópolis é uma cidade liberada [...]”⁷⁸. Em clima de festa, Carnaval e folia, entrava para o calendário oficial de Florianópolis a 2ª Parada realizada na cidade ou, como ficou conhecida, a I Parada da Diversidade – Orgulho GLBTS. Discursivamente, Florianópolis transformou-se, sim, na *Capital Gay do Brasil*.

Fontes

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, *Diário Catarinense* [1999 – 2006].

SANTA CATARINA. Lei 12.574/03. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e adota outras providências. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, Santa Catarina, 04 abr. 2003, Nº. 17.130, p. 02-03.

Referências

AMARAL, Luiz. *Jornalismo*: matéria de primeira página. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

HOHENBERG, John. *O jornalista profissional: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Ed. Interamericana, 1981.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

78 GRUBA, Alex; ZILLOTTO, Carolina. Parada da Diversidade – Florianópolis, a capital gay do Brasil. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 10 jul. 2006, p. 04-05.



A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006) - Igor Henrique Lopes de Queiroz

NEVES, Lúcia M. B. P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. B. da C. (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 09-15.

Recebido em 26 de setembro de 2014

Aceito para publicação em 31 de março de 2015



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden

Aline Maisa Lubenow*

Elisandra Forneck**

Resumo: Este estudo tem como finalidade analisar o cemitério Jardim Parque do Éden, localizado no município de Chapecó-SC. Buscamos problematizar algumas questões pertinentes ao tema como sepulturas, imagens, organização do espaço do cemitério e refletir sobre o contexto da morte na atualidade. Partindo de uma análise da morte na Idade Média e dos cemitérios “tradicionais”, buscamos conjecturar sobre a imagem que as pessoas fazem desse espaço e da morte e dialogar com a experiência que tivemos ao visitar o Parque Jardim do Éden, conversando com diversos autores que possuem algumas de suas pesquisas voltadas à problemática como Ariès, Elias e Foucault.

Palavras-chave: Cemitério-parque, morte, Parque Jardim do Éden, sepultura.

Abstract: This study aims to analyze the cemetery Garden of Eden Park, located in the municipality of Chapecó-SC. We seek to discuss some issues related to the theme as graves, images, spatial organization of the cemetery and reflect on the context of death today. Based on an analysis of death in the Middle Ages and the "traditional" cemeteries, seek conjecture about the image that people make that space and death and dialogue with the experience we had when visiting the Garden of Eden Park, talking to several authors have some of their researches the issue as Aries, Elias and Foucault.

Keywords: park-cemetery, death, Parque Jardim do Éden, sepulture.

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise da (re) configuração do sentido da morte, do cemitério como espaço de “cultivo” da memória e dos novos modelos cemiteriais em formato de parques, tendo como objeto de pesquisa o Cemitério Parque Jardim do Éden, localizado no município de Chapecó – SC.

Chapecó é uma cidade localizada na região oeste de Santa Catarina, fundada em 1917, com aproximadamente 180 mil habitantes, que tem sua economia baseada na produção agroindustrial, também conhecida como polo regional de saúde, educação, trabalho, serviços e

*Aline Maisa Lubenow – Historiadora, especialista em História Regional pela UFFS/Chapecó, mestranda em História das Ciências e da Saúde pela COC/FIOCRUZ. Email: alinemaisaa21@gmail.com

** Elisandra Forneck – Historiadora, especialista em História Regional pela UFFS/Chapecó, mestranda em História Cultural na PPGH/UFSC. Email: eliforneck@gmail.com



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

negócios¹. A origem étnica de sua população é bem diversa: índios, caboclos, migrantes do Rio do Grande do Sul, descendentes de italianos, de alemães, de poloneses, entre outros. Além disso, como atrativo regional, muitos dos seus habitantes vêm dos mais diversos municípios da região, motivados pelas universidades ou por questões de trabalho².

O cemitério que aqui analisaremos é um dos poucos na região em formato de parque e se localiza numa área afastada 3 km do centro da cidade. Na época em que foi lançado o empreendimento, em 1984³, o local era distante do centro da cidade. Hoje em dia é relativamente perto. A tranquilidade e a natureza que predominam na paisagem do mesmo, como podemos visualizar na foto 01, nos fazem vê-lo nitidamente como um local de descanso, onde o frenesi da cidade não “perturba” o descanso dos mortos. A exaltação da natureza encontramos também em um dos primeiros folders⁴ do cemitério parque. “Uma área verde de 60.000m², ricamente arborizada e gramada, totalmente fora dos padrões de cemitérios tradicionais, vai proporcionar toda a tranqüilidade espiritual tão necessária àqueles que ficam com o propósito de minimizar seu sofrimento”⁵.

¹ Dados do IBGE, 2010.

² Para conhecer mais sobre a colonização do oeste de Santa Catarina, sugerimos algumas referências. RENK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000. VICENZI, Renilda. *Mitos e histórias da colonização do Oeste Catarinense*. Chapecó: Argos, 2008. WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e ocupação do espaço no Oeste Catarinense*. Chapecó: Argos, 2006. NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009. 222p

³ Informação fornecida pelo setor administrativo do Jardim do Éden

⁴ Folder sem data.

⁵ Folder institucional, sem data.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

Foto 01: Vista parcial da entrada do Cemitério Parque Jardim do Éden.



Fonte: arquivo pessoal das autoras. Imagem registrada em 12/12/2012.

Os cemitérios em geral são considerados lugares assombrados, sinônimo de tristeza e de medo; evita-se passar em frente, ou de morar perto. Pode-se dizer que este imaginário sobre os cemitérios é construído com o auxílio do cinema, em produções cinematográficas que, em sua maioria, retratam os cemitérios como espaços lúgubres, assombrados por fantasmas, por almas que penam sem rumo, e que são representados com capacidade de fazer “o mal” aos vivos. Enfim, filmes do gênero de terror ou suspense se utilizam do cemitério para suas produções que tendem a provocar temor e constroem estigmas negativos desse espaço.

Na coletânea organizada por Bellomo (2000), que fala sobre os cemitérios no Rio Grande do Sul, o pesquisador afirma que é possível enxergar nos cemitérios o reflexo dos valores, das crenças, das ideologias, das estruturas socioeconômicas e de poder das sociedades. Defende ainda o autor que:

Ao longo tempo as sociedades humanas estão em constante transformação e os cemitérios constituem-se vestígios a céu aberto que propiciam aos historiadores interpretações históricas dessas sociedades. São fontes escritas



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

e não escritas para a reconstrução do passado, pois viabilizam a compreensão das relações sociais que se desenvolvem continuamente dentro de determinado grupo social⁶.

No caso do nosso objeto de estudo, o Cemitério Parque Jardim do Éden, o próprio nome já nos remete à ideia de origem, perfeição, ou seja, o paraíso, um lugar onde se tem vida eterna, ao contrário da “frieza” da morte do século IV, onde os sepultamentos eram realizados nos pátios das igrejas e até mesmo dentro delas. Ali os mortos eram esquecidos, sem jazigo, sem flores, sem reverências, sem identificação, ou melhor, não havia nada de concreto que ajudasse a cultivar a memória de um ente querido. A partir do século XVII, começa a faltar espaço para esse tipo de sepultamento e, com isso, surgem os cemitérios seculares fora dos limites da cidade. Além da falta de espaço, podemos mencionar mais duas problemáticas:

Por um lado, a saúde pública estava comprometida pelas emanções pestilentas, pelos odores infectos provenientes das fossas. Por outro, o chão das igrejas, a terra saturada de cadáveres dos cemitérios, a exibição dos ossários violavam permanentemente a dignidade dos mortos. Reprovava-se a igreja por ter feito tudo pela alma e nada pelo corpo, por se apropriar do dinheiro das missas e se desinteressar dos túmulos [...] Os mortos não mais deviam envenenar os vivos, e os vivos deviam testemunhar os mortos, através de um verdadeiro culto leigo, sua veneração. Os túmulos tornavam-se o signo de sua presença para além da morte⁷.

Além disso, temos também o que Foucault caracteriza como o medo da cidade, que se constitui a partir dos séculos XVII e XVIII. Além das epidemias e da violência, incluso na lista de medos está o cemitério, um dos “pequenos pânico” da sociedade urbana, segundo Foucault, principalmente de Paris. Cita como exemplo, o Cemitério dos Inocentes, que se localizava no centro da cidade, local:

[...] onde eram jogados, uns sobre os outros, os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis para merecer ou poder pagar um túmulo individual. O amontoamento no interior do cemitério era tal que os

⁶ BELLOMO, 2000, p.15.

⁷ ARIÈS, 1977, p.77.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno do claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas *caves* provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia, etc. Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida em que se desenvolve o tecido urbano⁸.

As razões político-sanitárias seriam então, segundo Foucault, responsáveis pela individualização dos túmulos a partir do final do século XVIII, e não o respeito ao corpo em si, como alguns poderiam acreditar. “Nada na teologia cristã levava a crer ser preciso respeitar o cadáver enquanto tal. O Deus cristão é bastante Todo-Poderoso para poder ressuscitar os mortos mesmo quando misturados em um ossuário”⁹. Foucault defende que os procedimentos de individualização dos túmulos e dos cadáveres, além do uso de caixões, foram medidas:

[...] político-sanitárias de respeito aos vivos. Para que os vivos estejam ao abrigo da influência nefasta dos mortos, é preciso que os mortos sejam tão bem classificados quanto os vivos, ou melhor, se possível. E assim que aparece na periferia das cidades, no final do século XVIII, um verdadeiro exército de mortos tão bem enfileirados quanto uma tropa que se passa em revista. Pois é preciso esquadrihar, analisar e reduzir esse perigo perpétuo que os mortos constituem. Eles vão, portanto, ser colocados no campo e em regimento, uns ao lado dos outros, nas grandes planícies que circundam as cidades¹⁰.

Pode-se também problematizar a questão do próprio corpo do falecido(a) na Idade Média, pois o pensamento da época estava voltado a ponderar que somente a partir da morte teriam a vida e a salvação eterna. A preocupação estava com a alma e sua salvação e não com o corpo; com isso, a medicina não teria utilidade, ela não curava, o homem não curava, o importante nesse momento era a alma e não o corpo. Uma capacidade de modernizar e

⁸ FOUCAULT, 1984 p. 87.

⁹ op.cit.p. 89.

¹⁰ op.cit.1984, p.90.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

civilizar o corpo que não estava presente na Idade Média¹¹. Em outras palavras, o que se observa nesse momento é uma mudança no modo de morrer e inclusive no modo como são tratados os corpos. Agora os cemitérios não se localizam mais nos centros, estão nas periferias. Isso para a segurança da população.

Esses cemitérios tradicionais, com suas formas sólidas, frias, cinzentas, que nos lembram dolorosamente que estamos no “território dos mortos”, a partir do século XX vão dando espaço para os cemitérios parques, principalmente para aqueles que podem pagar por um espaço “privilegiado”.

Antigamente, enterrava-se diante da imagem de Nossa Senhora, ou na Capela do Santo Sacramento. Agora queria-se não só que se voltasse ao lugar exato onde o corpo havia sido colocado, mas também que esse lugar pertencesse, como propriedade exclusiva, ao defunto e sua família. Foi então que a concessão da sepultura tornou-se uma certa forma de propriedade, subtraída, ao comércio mas com perpetuidade assegurada. Foi uma grande inovação. Vai-se, então, visitar o túmulo de um ente querido como se vai à casa de um parente ou a uma casa própria, cheia de recordações¹².

Ainda nessa lógica de ressignificação dos cemitérios e do sentido da morte, Ariès coloca que:

A partir do século XVIII, o homem das sociedades ocidentais tende a dar à morte um sentido novo. Exalta-a, dramatiza-a, deseja-a impressionante e arrebatadora. Mas, ao mesmo tempo, já se ocupa menos de sua própria morte, e, assim, a morte romântica, retórica, é antes de tudo a morte do outro – o outro cuja saudade e lembrança inspiram nos séculos XIX e XX o novo culto dos túmulos e dos cemitérios¹³.

Nestas novas formas cemiteriais e, conseqüentemente, dos sepultamentos, como é o caso do Jardim do Éden, não existem construções suntuosas, apenas pequenas lápides de identificação, onde o morto é reverenciado por flores e pelas visitas dos amigos e familiares.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

¹² ARIÈS, 1977, p.77.

¹³ ARIÈS, 1977 p. 66.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

Tal modelo não favorece a expressão artística e plástica da arquitetura mortuária. Aliado a esse “modernismo”, permanecem entre nós os cemitérios tradicionais, onde toda essa “arte” pode ser contemplada. “Os velhos cemitérios eram propriedade da Igreja, como antigamente na Europa e como ocorre ainda na Inglaterra; os novos cemitérios pertenciam a associações privadas, como sonhavam os projetistas franceses do século XVIII”¹⁴. E no caso brasileiro e de tantos outros países, a maioria pertence ao Estado ou a particulares. Nas novas formas cimiteriais “em vez das evidências alegóricas encontradas nos antigos cemitérios oitocentistas, com seus cenários operáticos, de convulsiva dramaticidade, o que os novos espaços de enterramento se propõem é diluir todo e qualquer resquício da morte. Quanto menos evidente, mais distante é a idéia da morte [...]”¹⁵.

Ao entrarmos no Jardim do Éden, a visão tradicional de um lugar assombrado é desconstruída, quebrada por uma série de elementos que caracterizam esse espaço muito mais de vida do que de morte. Um deles pode ser associado ao cemitério como um parque, onde encontramos bancos para que as pessoas possam sentar e apreciar a paisagem, pois é um espaço muito arborizado e relativamente afastado da cidade. A própria propaganda institucional, no momento de lançamento do projeto, tinha esse apelo. “Será um lugar agradável e sereno. Um ambiente tranquilo, em contato com a natureza, propícia a oração e a saudade”¹⁶. Deparamo-nos, por exemplo, com um senhor cortando a grama do espaço da família. O espaço tinha um banco, como retrata a foto 02, e o senhor que observamos parava de vez em quando para analisar o seu trabalho e descansar sob a sombra de uma árvore. Para Motta “Os novos espaços cimiteriais parecem refletir um outro tipo de realidade: superfícies gramadas, com jardins que mais se assemelham à imagem do Éden e sua eterna primavera, parques temáticos espetacularizados que conferem ao espaço do morto a inequívoca marca do *kitsch* funerário *high tech*[...]”¹⁷.

Ao contrário do que a maioria das pessoas imagina, esse novo projeto de cemitério não é tão recente assim, como coloca Ariès: “Os autores de projetos de cemitérios do século

¹⁴ ARIÈS, 1977, p.92.

¹⁵ MOTTA, 2009, p.74.

¹⁶ Primeiro folder institucional sobre o Cemitério Parque Jardim do Éden.

¹⁷ op.cit. 2009, p.74.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

XVIII, desejam que estes sejam ao mesmo tempo parques organizados para a visita familiar e museus de homens ilustres, como a catedral de Saint – Paul, em Londres”¹⁸.

Foto 02: Imagem da área central do Cemitério Parque Jardim do Éden.



Fonte: arquivo pessoal das autoras. Imagem registrada em 12/12/2012.

Em relação aos preços, há uma significativa diferença de valor, dependendo de qual área do cemitério for sepultada a pessoa. Os terrenos mais caros do Jardim do Éden estão localizados na entrada do cemitério, e os mais baratos no final, tendo o tamanho padrão de 3 x 2,5 metros¹⁹. Podemos observar na imagem 3²⁰ a planta do cemitério. Na entrada do parque, os jazigos situados na parte rosa, dentro da delimitação da cruz, custam R\$ 24.000,00²¹ e podem receber até 4 corpos imediatos²². Na parte de cor laranja, os terrenos valem R\$ 8.250,00. Nas laterais à frente, de cor verde mais escura, o valor é de R\$ 10.400,00 e os jazigos são duplos.

¹⁸ ARIÈS, 1977 p. 77-78.

¹⁹ Informações obtidas no departamento administrativo do cemitério.

²⁰ Imagem obtida no material institucional do Cemitério Parque Jardim do Éden.

²¹ Informações sobre valores constam no folder institucional do Cemitério Parque Jardim do Éden de 2014.

²² Segundo a administração do cemitério, um corpo leva três anos para se decompor. Com isso, se a família quiser, pode colocar os restos mortais de uma pessoa em uma caixa funerária menor. Se for feito isso com todos os corpos do jazido quádruplo, podem ser enterrados até 32 pessoas no mesmo terreno. No jazido duplo, 16 pessoas e no simples 8 pessoas. Isso se as pessoas que forem enterradas no local morrerem num intervalo mínimo de três anos.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

Já no Jardim das Azaléias, de cor verde mais clara, o espaço fica no valor de R\$ 4.300,00 e somente uma pessoa poder ser enterrada por vez. Além do custo do terreno, ainda se paga uma manutenção anual em torno de R\$ 100,00. Enterrar um ente nas partes mais nobres, onde todos passam e vêem, é sinônimo de status, significa que essa pessoa foi “importante” ou então que sua família possui uma situação financeira boa.

Foto 03: Mapa do Cemitério Parque Jardim do Éden.



Fonte: Folheto institucional do Cemitério Parque Jardim do Éden, de 2014.

Podemos observar também na planta do cemitério que ele foi projetado no formato de objetos religiosos do cristianismo. Na entrada, as capelas foram projetadas em forma de cálice



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

com uma hóstia e a parte mais nobre foi projetada na figura de uma cruz. Outra característica marcante do Jardim do Éden, e de outros cemitérios parques, é a substituição dos grandes túmulos por pequenas lápides. Além da identificação do morto, em muitas delas podemos notar que há mensagens, como uma forma de caracterizar a passagem do ente pela vida terrena. O ritual de ir ao cemitério levar flores, também se encaixa nesse pensamento de que devemos ir visitar os mortos, como se estivéssemos falando para a pessoa que não nos esquecemos dela. Há no túmulo ainda, coberto de grama, um espaço para a colocação de flores, isso causa a impressão de estarmos em um imenso jardim. Essa característica nova de vida dos cemitérios parques, veio ao encontro do novo sentido que se deu também à morte, ao ritual de veneração do ente. Mudanças em relação ao sentido de morrer e da morte que podem ser percebidas ainda nos séculos XVIII e XIX, onde se passou a realizar uma:

[...] série de ritos novos: o embalsamento do corpo, a fim de restituir-lhe as aparências de vida; a exposição no salão de um *funeral home*, onde o morto recebe pela última vez a visita de seus parentes e amigos, em meio a flores e música; exéquias solenes, enterros e cemitério projetados como parques, embelezados por monumentos e destinados à edificação moral dos visitantes, mais turistas que peregrinos²³.

Cabe pontuarmos algumas mensagens deixadas para os entes no Parque Jardim do Éden. Podem ser visualizadas, em sua maioria, nas lápides de pessoas relativamente jovens, numa faixa etária de 12 a 52 anos. Essas mensagens retratam que a morte de uma pessoa jovem marca com mais profundidade os familiares do que a morte de uma pessoa mais velha, que é vista como alguém que “já cumpriu sua missão, pode descansar em paz”. Citamos aqui algumas que encontramos:

Você estará conosco em cada uma de nossas lágrimas, e em cada um de nossos sorrisos... Ninguém morre enquanto permanece vivo no coração de alguém. Eternas saudades, de seus familiares! (32 anos)

²³ ARIÈS, 1977, p. 245.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

Trocaste este vale de lágrimas pelo reino no céu. Sempre foste bom a todos. Obrigado. Pais e irmãos. (20 anos)

Não existe distância entre o céu e a terra. Você partiu deixando muita saudade, estará sempre entre nós. Que a luz divina abra seu caminho e que Deus te ilumine. Amém. Te amamos muito. (12 anos)

Cris, você e seu sorriso nos deixaram uma imagem linda de brilho, alegria e amor. Nunca te esqueceremos, você sempre ficará em nosso meio. Te amamos muito. Teus familiares. (Imagem de uma jovem)

Nesse sentido, Elias ressalta que:

A imagem da morte que prevalece nas sociedades mais desenvolvidas é fortemente influenciada por esse conhecimento reconfortante. As pessoas bem sabem que a morte chegará; mas saber que ela é o fim de um processo natural ajuda a aliviar a angústia. [...] O sonho do elixir da vida e da fonte da juventude é muito antigo, mas só assumiu uma forma científica – ou pseudocientífica – em nossos dias. A constatação de que a morte é inevitável está encoberta pelo empenho em adiá-la mais e mais com a ajuda da medicina e da previdência, e pela esperança de que isso talvez funcione²⁴.

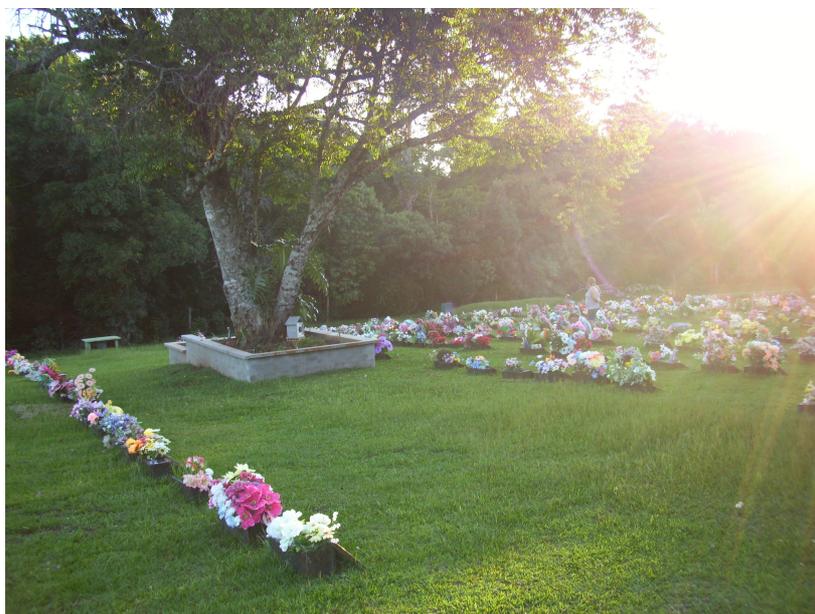
E as mensagens que encontramos nas lápides refletem o que diz Elias: a morte é inevitável, mas a esperança de reencontro em outra dimensão é nítida em muitos deles, como uma forma de consolo para a cruel separação física do ente que se foi. O cemitério parque conjectura no imaginário a visão de céu desejado após a morte: com toda sua paisagem que remete a um jardim, como podemos ver na foto 04, ele cria a ilusão de que estamos no tão desejado e imaginado paraíso, e nos sentimos reconfortados de termos nossos entes em tão lindo lugar, imaginando também que lá estaremos um dia.

Foto 04: Vista parcial do Jardim do Éden

²⁴ ELIAS, 1982 p.56.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck



Fonte: arquivo pessoal das autoras. Imagem registrada em 12/12/2012.

Outro destaque de nossa pesquisa são as fotografias que encontramos nas lápides. Estas permitem remontar a outro tempo, desencadeando representações dessas pessoas; e para os visitantes, o imaginário é provocado. Com isso, podemos idealizar essa pessoa fisicamente, e para os que são da família, ter a sensação de que o ente está mais próximo a nós. As imagens são, nesse caso, um exemplo da preocupação em manter viva a imagem e, conseqüentemente, a memória desse indivíduo. Em sua maioria, essas fotografias retratam uma expressão feliz, o que geralmente é uma escolha proposital, com a qual queremos ter a impressão de que a pessoa está em paz, como se dissesse “Estou bem, não fique triste”. Ao olhar a fotografia temos muitas vezes a impressão que essa pessoa se encontra ainda conosco, ou seja, esse olhar nos sugere proximidade do ente. É essa imagem que poderá nos fazer sentir a perda, mas também é ela que tem a capacidade de trazer conforto, pois seu semblante pode transmitir a paz que desejamos sentir.

Em contraponto a esta visão de um Jardim, chegamos à parte final do cemitério, dividida no parque por um terreno baldio. Segundo o administrador do espaço, na época da criação do local, uma das exigências para liberação da documentação de funcionamento foi a concessão de determinada área para uso de pessoas que não tivessem condições de pagar.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

Naquele momento, o cemitério municipal de Chapecó já começava a ter problemas com pouco espaço. Na ocasião, o cemitério parque cedeu 1800 sepulturas, mas atualmente são usadas em torno de 3000 nesse local, uma quantidade bem acima do que foi previsto. Não há mais espaço para novos sepultamentos nessa área e algumas medidas estão sendo pensadas para abrir novas vagas.

Nesse local, encontramos um cemitério “tradicional”, com uma parte de túmulos de concreto e outra apenas de cruzeiros. Esse cemitério à parte possui mais elementos religiosos como cruzeiros e santos, o que não aparece no restante do parque. Nesse local, a maioria dos túmulos é parecida, confeccionados de maneira simples e tradicional, apenas de concreto pintado ou de azulejos, e muito poucos de mármore, como podemos notar na foto 05. Esse local evidencia dentro do parque a estratificação social que a sociedade está sujeita. Segundo a direção do Cemitério Parque, as famílias que não tem condições econômicas para pagar por um terreno melhor localizado dentro do cemitério ou então no cemitério municipal de Chapecó, acabam optando por esse local, onde o valor é bem menor. Como pontua Bellomo, “os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e reproduzem as classes sociais [...] a morte igualitária só existe no discurso, pois, na realidade, a morte acentua as diferenças sociais”²⁵.

²⁵ Bellomo, 2000, p.13.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

Foto 05: Vista parcial do Parque Jardim do Éden.



Fonte: arquivo pessoal das autoras. Imagem registrada em 12/12/2012.

Ao encontrarmos uma família que visitava seus entes, perguntamos do porque dessa parte do cemitério tão separada e diferente do parque. Relataram-nos que essa parte dos fundos era municipal, que ali eram sepultadas as pessoas que não tinham dinheiro para comprar um terreno no parque. Relataram também que pagavam R\$ 78,00 por ano de taxa para a prefeitura e que os túmulos deveriam obrigatoriamente ser encomendados com o pessoal do jardim, que não podiam fazer com outra empresa.

Ainda existe uma última parte do cemitério, bem aos fundos, onde encontramos as sepulturas apenas identificadas com cruzeiros, em madeira ou metal, na sua maioria. Esse é o local onde são sepultados os indigentes. Percebemos também que as covas abertas à espera de um corpo não são cimentadas, dando a impressão que nesta parte as pessoas são enterradas na terra mesmo. Os cuidados com os sepulcros ali também são diferentes do que no restante do parque. Nota-se a quase total ausência de flores, velas e outros elementos comuns em cemitérios, ou seja, há um total abandono das sepulturas. Quando saímos do parque, sentimos que as diferenças sociais que percebemos diariamente por onde passamos, estão tão presentes dentro do cemitério quanto fora dele. As pessoas com poder aquisitivo menor são marginalizadas para o fundo tanto quanto são estratificadas para as periferias das cidades.



Algumas reflexões

*A morte é um problema dos vivos*²⁶.

Podemos descrever essa experiência como fascinante e, ao mesmo tempo, perturbadora. Fascinante porque estávamos num cemitério, que tradicionalmente nos causa arrepios, mas nos sentíamos num agradável passeio, deslumbradas com o colorido das flores, o cuidado de um senhor cortando a grama no espaço da família, parando seu trabalho para sentar num banco em uma bela sombra para descansar; o encanto de uma criança ajoelhada acendendo uma vela; e perturbadora no momento em que sentimos um aperto no peito ao vislumbrarmos uma família sentada na grama chorando e orando por seu ente, além da dolorosa certeza que nem na hora da morte somos iguais.

[...] Independentemente das imagens que suscita e dos meios que os vivos mobilizam para superá-la, a morte é sempre ruptura radical, por isso ainda hoje continua sendo objeto de uma série de atitudes ritualizadas, senão coletivas, individualizadas, mesmo que as morfologias tumulares, as dinâmicas sociais e seus sistemas de representação em nada mais se assemelhem às dos antigos cemitérios, que buscavam eternizar, por meio da pedra e de outros elementos alegóricos, os elos intersubjetivos que a morte foi capaz de desagregar²⁷.

Falar sobre a morte ainda não é natural, um custo para algumas pessoas admiti-la, e para a maioria um assunto tabu para se falar com crianças. A morte é pensada como parte final de um processo que tem início, meio e fim, por isso da incompreensão maior na morte de crianças, pessoas jovens e também nas mortes trágicas. “A morte violenta não se deixa domar tão facilmente. O suicídio também, enquanto assassinato de si mesmo, quando nos afeta, repete essa dura lição. Que lição? Que talvez, toda morte seja uma espécie de assassinato”²⁸.

²⁶ ELIAS, 2001, p.10.

²⁷ MOTTA, 2009, p.87.

²⁸ RICOUER, 2007, p. 371.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

No meio acadêmico, já temos muitos pesquisadores que tem como objeto de análise a morte e os cemitérios, mas toda a complexidade que esse tema abrange, ainda é pouco discutida nas salas de aula com acadêmicos dos cursos de graduação e pós- graduação. E esses temas ficam ainda mais problemáticos quando falamos em educação básica, pois segundo Elias (2001), pensamos a morte como uma última etapa do processo biológico e, por isso deixamos para refletir sobre ela quando estamos velhos. Além do mais, falar sobre morte e levar alunos para visitar o cemitério parece absurdo tanto para alguns professores quanto para muitos alunos e pais. Em seu artigo sobre cemitérios como espaço educativo, Rigo afirma

Essa dificuldade de aceitar um tema considerado “pesado” para ser abordado por adolescentes em plena vitalidade corporal e mental está associada à falta de informações sobre a contribuição histórica, artística, cultural e religiosa que o campo santo pode oferecer e também à ideia supersticiosa de que tratar sobre a morte pode acabar atraindo-a²⁹.

Os elementos discutidos ao falarmos sobre morte e cemitérios são inúmeros e complexos, pois envolvem questões sociais, econômicas, religiosas e culturais. Pontuamos neste trabalho apenas algumas questões que chamaram mais a nossa atenção na visita ao Cemitério Parque Jardim do Éden, e que conseguimos analisar melhor com as leituras referenciais dos autores citados. Mesmo identificando diferenças entre cemitérios tradicionais e parques, os mesmos são ainda espaços consagrados como um lugar onde não gostaríamos de ter razões para entrar.

De fato, a sepultura não é somente um lugar à parte de nossas cidades, esse lugar chamado cemitério onde colocamos os despojos dos vivos que retornam ao pó. Ela é um ato, o ato de enterrar. Esse gesto não é pontual; não se limita ao momento do enterro; a sepultura permanece, porque permanece o gesto de sepultar; seu trajeto é o mesmo do luto que transforma em presença interior a ausência física do objeto perdido. A sepultura como lugar material torna-se, assim, a marca duradoura do luto, o resumo do gesto de

²⁹ RIGO, 2012, p.109.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

sepultura. [...] A imagem de cemitério [...] a imagem forte da ausência definitiva dos falecidos³⁰.

Talvez a construção desses parques seja uma forma de trazer conforto para as pessoas ao pensar ou conviver com a morte, ou ainda uma forma de adiar a ideia dela, ou mesmo de ignorar sua existência sob a forma dos elementos aqui apresentados que compõem o parque, fazendo pensar mais na vida do que na morte.

A sensação de paz que esses parques transmitem está no imaginário das pessoas, eles são construídos com finalidade de transmitir tranquilidade e uma ilusão de calma. Mesmo com a constituição desses espaços arborizados, pode-se dizer que falar sobre morte ainda não é simples para muitas pessoas, pois o medo do fim e a incerteza de não saber para onde vamos não nos deixa tranquilos.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BELLOMO, Harry R (org.) *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2000.
- ELIAS, Norbert. *A Solidão dos moribundos: seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- Le GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MOTTA, Antonio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 24 n° 71 outubro/2009.
- RICOUER, Paul. A representação historiadora. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/SP: Unicamp, 2007, p.247-301.

³⁰ RICOUER, 2007, p.377-378.



(Re) significado da morte nos cemitérios parques: o Cemitério Parque Jardim do Éden – Aline Maisa Lubenow e Elisandra Forneck

RIGO, Kate Fabiani. *Cemitérios: um espaço religioso e educativo*. Anais do Congresso Internacional da Faculdade EST. São Leopoldo: EST, v.1, 2012. p.106-120.

SILVA, José Solon Sales. Cemitério – Patrimônio Cultural e Atrativo Diferencial: um estudo sobre o Cemitério São João Batista de Fortaleza. In: MARTINS, Clerton (org.) *Patrimônio Cultural – Da Memória ao sentido de Lugar*. São Paulo: Roca, 2006.

Recebido em 16 de junho de 2014

Aceito para publicação em 31 de março de 2015



Africanos livres sob a tutela do Imperial Hospital de Caridade*

Maysa Espíndola Souza

maysanehall@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: No contexto da campanha de repressão ao comércio ilegal de escravos foi criado um estatuto jurídico especial em diferentes partes do atlântico para identificar os africanos resgatados dos traficantes. Os africanos livres, como ficaram conhecidos, tiveram de cumprir um período de serviço obrigatório sob a tutela de particulares ou em instituições públicas. Este artigo tem por objetivo analisar aspectos relativos à experiência dos africanos livres tutelados pelo Imperial Hospital de Caridade de Desterro. Os africanos cedidos ao hospital tiveram arranjos de vida e trabalho bastante semelhantes aos dos escravos da instituição ainda que gozassem de condição jurídica diferenciada.

Palavras-chave: Africanos livres, Desterro, trabalho.

Abstract: In the context of the campaign of repression against illegal slave trade was created a special legal status in different parts of the Atlantic to identify Africans rescued from traffickers. The liberated Africans, as they became known, had to meet a required service period under the tutelage of private or public institutions. This article aims to analyze aspects of the experience of liberated Africans tutored by the Imperial Hospital de Caridade of Desterro. African assigned to the hospital had living arrangements and work very similar to the slaves of the institution even had differentiated legal status.

Key-words: Liberated Africans, Desterro, labour.

No contexto da campanha de repressão ao tráfico de escravos, foi criado um estatuto jurídico especial em diferentes partes do Atlântico para enquadrar os africanos resgatados dos negreiros: eram ‘africanos livres’ no Brasil, ‘liberated Africans’ e ‘emancipados’, nos impérios britânico e espanhol respectivamente. No Brasil, aproximadamente 11 mil pessoas foram reconhecidas como africanas livres e tiveram direito a esse estatuto jurídico diferenciado enquanto o historiador David Eltis calcula em 760 mil o número de africanos importados entre 1830 e 1856, que foram mantidos sob a escravidão¹.

* Este texto faz parte das reflexões desenvolvidas no trabalho de conclusão de curso “Africanos livres em Desterro: tutela, trabalho e liberdade”, apresentado em 2012 como requisito para a obtenção dos graus de licenciatura e bacharelado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisa realizada enquanto a autora era bolsista PIBIC/CNPq.

¹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: Silvia Hunold Lara; Joseli Mendonça. (Org.). *Direitos e Justiças no Brasil: Ensaios de História Social*.



O Estado Imperial empenhou esforços sem precedentes na produção de registros para identificar os africanos livres. No entanto, para a historiadora Beatriz Gallotti Mamigonian, ao fazer isto, o Estado Imperial garantia a liberdade de um pequeno grupo e negava-a aos demais escravizados ilegalmente². Legitimar a propriedade dos compradores de africanos ilegais isentava-os de serem julgados por participação no tráfico como previa a Lei de 7 de novembro de 1831, que pela primeira vez estendia penas àqueles que cientemente adquirissem os africanos trazidos pelo tráfico³. O temor de que mais de meio milhão de pessoas pudessem questionar a legitimidade da escravização e que o clima de contestação se estendesse aos escravos podem ter levado o governo brasileiro a produzir tamanha quantidade de documentação sobre os africanos livres e a ser conivente com a escravização ilegal dos demais.

O estudo dos africanos livres lança luz sobre as políticas acerca da escravidão no século XIX e sobre o início do processo de construção do Estado nacional brasileiro. Historiadores como Luiz Felipe de Alencastro e Miriam Dolhnikoff, juntamente com grande parte da produção historiográfica atual, não deixam de mensurar a importância do processo de repressão ao tráfico de escravos na configuração e na manutenção do território do Brasil⁴. É muito provável que tenha sido a defesa da escravidão e o controle do fim do tráfico que mantiveram as elites regionais coesas em relação à permanência da unidade do Império. Nas palavras de Dolhnikoff,

Campinas: Unicamp/CECULT, 2006. p. 129-160.

² _____, *Africanos livres (só) no papel*: o Estado imperial, os registros individuais e as fronteiras da escravidão e da liberdade no século XIX. Projeto aprovado no edital universal do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – de 2009. p.04.

³ A interpretação da lei de 1831 como uma “lei para inglês ver” tem se mostrado cada vez mais como uma leitura superficial da história política do Brasil no século XIX. Conferir: PIRES, Ana Flávia Cicchelli. A abolição do comércio atlântico de escravos e os africanos livres no Brasil”. p. 8. In: LECHINI, Gladys (ed.) *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina*: herencia, presencia y visiones del otro. Córdoba, Centro de Estudios Avanzados, Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. p. 89-115; MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.); GRINBERG, Keila; MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.). *Para inglês ver?* Revisitando a lei de 1831 – Dossiê da Revista Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Universidade Cândido Mendes, 2007.

⁴ Sobre a relação entre permanência da unidade nacional e a defesa do fim do tráfico de escravos, conferir: ALENCASTRO, Luiz Felipe. La traite négrière et l’unité nationale brésilienne. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*, tomo 66, n. 244-45, p. 395-417, 1979; DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.



A unidade era uma possibilidade, que poderia ser concretizada desde que preenchidas algumas condições. Não interessava a tais grupos que a pretendida autonomia regional pusesse em risco a continuidade do sistema escravista. Era preciso combinar autonomia e força política para fazer frente aos obstáculos que se apresentavam à manutenção desta ordem: pressões dos demais setores sociais, exigências inglesas para o fim do tráfico negroiro, etc⁵.

Neste sentido, a defesa da sociedade escravista e a adesão apenas formal à campanha de abolição do tráfico de africanos eram os pontos em comum dos diferentes projetos das elites política e econômica das várias partes da ex-colônia portuguesa.

Sem êxito na tentativa de negociar um asilo em território africano e se recusando a pagar para enviar os africanos para colônias britânicas, o governo brasileiro mostrou-se impossibilitado de levar adiante o artigo da Lei de 1831 que ordenava a reexportação.⁶ Para solucionar o problema, em 1834, foram estabelecidas regras para distribuir a tutela dos africanos entre instituições públicas e concessionários privados; tal medida significou o fornecimento de trabalhadores compulsórios às obras públicas, no primeiro caso, e arrecadação de renda do ‘aluguel’ dos africanos livres, no segundo. A tutela temporária já havia sido acordada pelo alvará português de 26 de janeiro de 1818, que obrigava os arrematantes a “alimentar, vestir e doutrinar os africanos”⁷. O mesmo alvará estabeleceu o tempo de tutela de “quatorze anos de prestação de serviços pelos africanos, prevendo-se a possibilidade de diminuição por ‘dois ou mais annos’ daqueles ‘libertos’ que, pela qualidade dos seus serviços e por seus préstimos, demonstrassem merecer o ‘pleno direito da sua liberdade’”⁸.

Paralelo ao sistema de aprendizado imposto aos ex-escravos no Caribe Britânico, este período deveria servir para que os africanos adquirissem “bons costumes” e a disciplina

⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In.: JANCSÓ, István. (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003. p. 435.

⁶ “Art. 2º Os importadores de escravos no Brazil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Código Criminal, imposta aos que reduzem á escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas da reexportação para qualquer parte da Africa; reexportação, que o Governo fará effectiva com a maior possível brevidade, contrastando com as autoridades africanas para lhes darem um asylo. Os infractores responderão cada um por si, e por todos.” Cf. Lei de 7 de Novembro de 1831. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1831*, Página 182 Vol. 1 pt I (Publicação Original).

⁷ *Coleção das leis do Brasil de 1818*. Alvará de 26 de janeiro de 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 7- 10.

⁸ *Ibidem*. p. 7.



necessária para viver autonomamente, ou como expressão da época, “viver sobre si”. Na lógica dos governantes era impensável que africanos boçais, recém-chegados, pudessem viver independentes sem qualquer tipo de tutela que os ensinasse a religião cristã, “bons costumes” e disciplina de trabalho. A representação dos africanos como bárbaros coadunava os diversos projetos da elite política, fazendo com que “as posições ficassem sempre entre a devolução à África e sua distribuição entre instituições públicas e particulares, e nunca entre uma delas e a emancipação (imediate e definitiva)”⁹.

A produção historiográfica sobre a campanha de abolição do tráfico atlântico de escravos levada a cabo no século XIX é bastante extensa. De forma geral, a historiografia recente, talvez dos últimos vinte anos, tem buscado demonstrar a participação ativa do governo brasileiro no processo de repressão ao tráfico de escravos logo nos primeiros anos após a promulgação da Lei de 1831, a importância dos debates sobre o fim do comércio atlântico de escravos no processo de formação e consolidação do Estado nacional e suas implicações nas políticas da escravidão.

Cada vez mais os trabalhos têm chamado a atenção para as conexões atlânticas neste ‘jogo’ entre o contexto mais amplo e a experiência dos indivíduos. Os trabalhos sobre os africanos livres propriamente são muito mais recentes no Brasil, é possível dizer que a maior parte deles surge a partir dos anos 2000¹⁰. Eles têm evidenciado a importância de pensar os africanos livres como um grupo à parte dos escravos, como de fato eram. Ainda que seus arranjos de trabalho e moradia tenham sido, na maioria das vezes, semelhantes aos dos escravos, considerá-los assim limitaria todas as possibilidades de compreender a condição e o lugar que realmente ocupavam na sociedade brasileira do século XIX.

Ainda no final da década de 1990, a publicação de “Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema”, do historiador Jaime Rodrigues, trouxe à tona o caso de insubordinação dos africanos livres que prestavam serviços na Fábrica de Ferro São João de Ipanema. O estudo de caso do trabalho na Fábrica de Ferro demonstrou a capacidade de articulação dos africanos livres que na década de 1840 compunham o maior contingente de trabalhadores do referido estabelecimento. Crentes do direito à plena emancipação depois do

⁹ FLORENCE, Afonso Bandeira. *Entre o cativo e a emancipação: a liberdade dos africanos livres no Brasil (1818-1864)*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 32-33.

¹⁰ Uma das exceções é o artigo do brasileiro Robert Conrad, “Neither Slave nor Free: The Emancipados of Brazil, 1818-1868”, *Hispanic American Historical Review* 53 (1973), p. 50-70.



cumprimento do tempo de serviços, um grupo de africanos livres se apresentou ao juiz de órfãos de Sorocaba em 1849 reivindicando a liberdade¹¹. Esse caso de insubordinação dos africanos livres na Fábrica de Ferro de Ipanema foi retomado no artigo “Do que o ‘preto mina’ é capaz”, publicado no ano de 2000. Nele, Beatriz Mamigonian reconstituiu a trajetória de um grupo de africanos livres nagôs do momento do resgate da escravização ilegal em 1835 até o final do período de tutela na década de 1850. Alguns deles prestavam serviço na Fábrica de Ferro durante o episódio de 1849. Depois da reivindicação coletiva em Sorocaba, os africanos minas desse grupo estiveram articulados, mas entraram individualmente com petições junto ao Ministério da Justiça e ao Imperador requerendo seu direito à emancipação.

As primeiras ações de liberdade deste grupo datam de 1854 e são de Cyro e João, que recorreram a diversas testemunhas, como um curador que os representou e de um dos ex-diretores da Fábrica de Ferro de Ipanema. Cientes do Decreto 1.303, buscaram através das testemunhas comprovar que trabalharam anos além do período estabelecido¹². Em conjunto, as petições impetradas pelos africanos revelam o uso de laços de solidariedade que combinavam status jurídico, condição de trabalho e “identidade étnica como instrumento de persuasão e articulação na luta dos africanos, através dos meios legais, pelo direito à emancipação”.

No ano de 2002, a dissertação de Afonso Bandeira Florence demonstrou através do caso dos africanos remetidos à Santa Casa de Misericórdia de Salvador e a particulares como eram submetidos a maus tratos, jornadas de trabalho excessivas e à alimentação e vestimenta escassa. Para o autor, “a coerção e a liberdade envoltas em mecanismos de dependência e sujeição pessoal foram duas marcas da inserção dos africanos livres no mercado de trabalho escravista do oitocentos”¹³. Florence trabalhou também com as diferentes leituras de liberdade construídas por africanos livres e africanos que descobriram terem sido escravizados ilegalmente. O autor mostra que a constante interferência do Estado na mediação das relações

¹¹ RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema. *História Social*, nº. 4-5 (1998). p. 10.

¹² Decreto nº 1.303, de 28 de Dezembro de 1853. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1853*, Página 420 Vol. 1 pt II (Publicação Original) - "Declara que os africanos livres, cujos serviços foram arrematados por particulares, ficam emancipados depois de quatorze anos, quando o requeiram, e providencia sobre o destino dos mesmos africanos."

¹³ FLORENCE, A. B.. Op Cit. p. 76.



de trabalho dos africanos livres e concessionários influenciou também o acesso à justiça por parte dos escravos, que cada vez mais recorreram a ela reivindicando direitos.

Ainda no mesmo ano, a tese de Beatriz Gallotti Mamigonian, *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*, acrescentou novos dados e questões à história dos africanos livres. A utilização de fontes de várias tipologias e produzidas em diferentes âmbitos e o confronto de informações, permitiram à historiadora comparar contextos, reduzir a escala de análise e analisar diversos elementos que compunham a experiência das pessoas atingidas pela campanha de abolição do tráfico atlântico. Em geral, os estudos sobre o tráfico de escravos eram desenvolvidos a partir de processos amplos, debates parlamentares e relações diplomáticas sem considerar os próprios africanos¹⁴. Os dados levantados demonstraram que a maioria dos africanos livres estava inserida no mercado de trabalho da mesma forma que os escravos e trabalhou muito mais do que os 14 anos de serviço previstos na tutela. De acordo com a autora,

A política de manutenção dos africanos livres virtualmente como escravos de seus concessionários não foi parte de um plano premeditado por nenhum dos administradores imperiais mas foi gradualmente inscrita na política governamental, uma vez que os africanos eram cada vez mais vistos como perigosos para a ordem social, por causa de seu potencial de resistência e por causa da incompatibilidade de sua condição jurídica com a hierarquia escrava¹⁵.

Em 2005, a dissertação de Alinnie Silvestre Moreira explorou a experiência dos africanos livres concedidos à Fábrica de Pólvora da Estrela, no Rio de Janeiro. Neste estabelecimento, os africanos prestaram serviços ao lado de soldados artífices, escravos da nação e trabalhadores livres. Entre questões relativas às relações de trabalho compulsório, condições de vida e à busca pela emancipação definitiva, a historiadora apresentou a experiência dos filhos dos africanos livres, que por terem nascido de ventre livre no Brasil, tinham direito à liberdade e à cidadania, no entanto foram mantidos sob tutela do

¹⁴ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese de Doutorado em História, University of Waterloo, 2002. p. 10.

¹⁵ _____. Revisitando a "transição para o trabalho livre": a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII -XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 389-417.



estabelecimento. Moreira demonstrou que as disposições acerca dos filhos dos africanos livres foram bastante semelhantes àquelas presentes mais tarde na Lei do Ventre Livre, de 1871, sobre os filhos de mulheres escravas¹⁶.

A tese de Enidelce Bertin, “Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX”, de 2006, analisou a vida dos africanos livres remetidos a estabelecimentos públicos da província de São Paulo. De acordo com Bertin, a tutela nos estabelecimentos públicos era vista pelos africanos livres como proteção e também como elemento ratificador de sua condição de livres. O fato de que os africanos solicitassem a troca de estabelecimentos ou fugissem de um estabelecimento para o outro significava que a resistência não se dava em relação à obrigatoriedade do trabalho, mas em relação ao tratamento coercitivo recebido¹⁷.

A partir de então, as pesquisas específicas sobre os africanos livres têm se mostrado muito mais frequentes no Brasil. Os trabalhos de história social têm se utilizado bastante da metodologia da micro história e têm exposto um campo bastante profícuo – e ao mesmo tempo, desafiador – àqueles interessados na exploração intensiva e qualitativa das fontes.

Trajetórias de escravos, libertos, livres de cor, africanos livres, entre outras, têm demonstrado as possibilidades de extrair significados de experiências individuais e coletivas, que compõem, ou até mesmo problematizam, contextos mais amplos¹⁸. O presente trabalho busca explorar a experiência de 12 africanos livres cedidos aos cuidados do Imperial Hospital de Caridade da freguesia de Nossa Senhora do Desterro entre as décadas de 1850 e 1860. Documentos como as atas do estabelecimento, listagens internas, registros de batismo, livro de doações e receitas e matérias de jornais, são as principais fontes utilizadas.

Africanos livres no Imperial Hospital de Caridade

¹⁶ MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica da Pólvora da Estrela, Serra da Estrela, RJ (1831-1870)*. Campinas: Unicamp, Dissertação Mestrado, 2005.

¹⁷ BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹⁸ A exemplo pode-se citar trabalhos como *The Biography of Muhammad Gardo Baquaqua*, de Paul Lovejoy e Robin Law; Domingos Sodré, um sacerdote africano, de João José Reis; O Alufá Rufino, de Flávio dos Santos Gomes, João José Reis e Marcus de Carvalho; Hilario Congo and the Traps of Freedom in Nineteenth-Century Brazilian Slave Society, de Daryle Williams; *Visões da Liberdade*, de Sidney Chalhoub; José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas de trajetórias da era da abolição, de Beatriz Gallotti Mamigonian; *Liberata: a lei da ambiguidade*, de Keila Grinberg. Cito ainda, *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg, que não aborda temas de escravidão ou trabalho compulsório, mas é uma das obras precursoras na abordagem metodológica de redução da escala de análise e que influenciou muitos dos trabalhos mencionados.



De acordo com a documentação pesquisada, todos os africanos livres que tiveram de prestar serviços a instituições na província de Santa Catarina o fizeram ao Hospital de Caridade situado na freguesia de Nossa Senhora do Desterro. Em Santa Catarina, havia quatro casas de misericórdia: a de São Francisco, fundada em 1859, a de Laguna, fundada em 1855, a de Caldas da Imperatriz, fundada na década de 1820 e, a mais antiga, a da capital, fundada em 1789. Essas instituições promoviam a assistência aos enfermos, auxiliavam na criação dos expostos e, até a criação dos primeiros cemitérios públicos, também serviam de local para enterrar os mortos.

O hospital era administrado diretamente pela Irmandade Senhor Bom Jesus dos Passos ou por membros destacados da mesma congregação. Políticos eminentes, grandes comerciantes, militares de alta patente e suas famílias, a população branca em geral, compunha o corpo de devotos da Irmandade Senhor Bom Jesus dos Passos. Pode-se dizer que a presença das irmandades com distinção dos devotos pela condição social trata-se de uma incorporação segregada à sociedade, uma vez que brancos, crioulos e africanos tinham suas posições bastante demarcadas, característica bastante singular do sistema escravista português¹⁹.

De “Hospital de Caridade” a “Imperial Hospital de Caridade”: a concessão dos serviços dos africanos livres.

A ampliação dos serviços e do espaço físico da santa casa de Desterro datam de 1845, ano em que o imperador Dom Pedro II e a esposa, Tereza Cristina, visitaram a província. De acordo com o memorialista Oswaldo Cabral, o imperador visitou o hospital da Irmandade Jesus dos Passos no terceiro dia de sua estada na freguesia. Foi recebido pelos membros da irmandade no começo da ladeira e conduzido à capela, a ocasião contou ainda com o toque do Te deum e com a doação de esmolas aos pobres e de dez contos de réis do imperador e de mais um conto da imperatriz ao hospital da irmandade²⁰. “No dia seguinte, os membros da

¹⁹ Sobre a “incorporação segregada” de livres e libertos de cor conferir: BERBEL, Márcia; Marquese, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

²⁰ *Ibidem*. p. 215.



irmandade foram beijar-lhes as mãos e oferecer-lhes o título de protetores da Santa Casa”²¹.

Cerca de uma semana depois, Dom Pedro II lançou a pedra fundamental para a construção do novo edifício do Hospital de Caridade, que findaria somente dez anos mais tarde²². No ano de 1852, ainda durante as obras, o governo imperial concedeu ao hospital a tutela de 12 africanos resgatados do tráfico de escravos e, em março de 1855, com a inauguração do novo edifício veio também a mudança do nome da santa casa para “Imperial Hospital de Caridade”.

A concessão dos serviços dos africanos livres foi registrada na ata referente à reunião do dia 8 de agosto de 1852, que contou com presença do provedor Polidoro do Amaral, do secretário e escrevente Anastacio Silveira de Souza e Silva e dos mesários. De acordo com a ata, foi lida na reunião uma relação contendo os nomes e marcas dos 12 africanos e também foram reconhecidos e agradecidos os esforços do senador José da Silva Mafra em demonstrar ao imperador os benefícios que faria ao hospital concedendo a guarda dos africanos. Além disto, agradeceu-se a Joaquim Luís Soares o trabalho empenhado no transporte dos africanos livres a Desterro:

Foi lido o officio do EX.^{mo}. Snr Senador José da Silva Mafra e cinco documentos, induziu uma relação de contendo os nomes e signaes de 12 affricanos livres que apedido da meza foram agenciados, do Governo Imperial, pelo mesmo Ex.^{mo} Senhor Senador para serviço do Hospital. A meza sciente de tudo, foi por ella demonstrada a maior manifestação pelo valorozo beneficio prodigalizado pelo Muito Alto, e Muito Poderozo Imperador do Brazil, o Sr. Dom Pedro 2º, Protector deste estabelecimento, e Fundador do novo Hospital em construção, a respeito dos Affricanos livres de ambos os sexos mandos[mandados] pelo seu [abreviação], para o serviço da Santa Caza = e resolveu-se que em nome da Meza de officios do Ex.^{mo} Sr. Senador Mafra, no sentido da maior e mais significativo agradecimento de que a Meza se acha penhorada, pelos sacrificios por elle feitos para obtêr os 12 affricanos livres que mandou para o serviço do Hospital; e que igualmente por officio também se agradeça ao [Sr.] Joaquim Luis Soares, o trabalho e zello que tem levado a ffeito a [...] embarque dos ditos Affricanos, ajudando-lhe que ao [por mais [...tavos] haja de aceitar a [...] que se lhe convier [...] apolices desta Santa Caza²³.

²¹ Idem.

²² COMERLATO, Fabiana. Hospital de Caridade, parte da história de Santa Catarina. *Biblos* (Rio Grande), Rio Grande, v. 15, p. 69-85, 2003. p. 76.

²³ BIHC. Ata da Irmandade Senhor Jesus dos Passos e do Imperial Hospital de Caridade do Termo da Mesa de 08 de agosto de 1852, livro. n.º 04, pág. 232 e verso.



O documento que lista os nomes e as marcas dos africanos livres mencionado acima não foi encontrado. O documento mais antigo que faz o arrolamento de seus nomes aparece transcrito em uma compilação da documentação registrada no livro de doações ao hospital e à irmandade correspondente ao período de 1762 a 1988, elaborado em 1989.

Na relação das doações feitas ao hospital e à irmandade consta a “Doação de D. Pedro II de escravos por nomes: Antero, 7 anos; Aurélio, 8 anos; Bertoldo, 10 anos; Luciano, 10 anos; Narbaro, 7 anos; Henrique, 20 anos; Duarte, 16 anos; Bonifácio, 26 anos; Benguela, 24 anos; Cornelia, 12 anos; Felipa, 8 anos e Leonor, 7 anos”.²⁴ Os africanos cedidos ao hospital eram bastante jovens: apenas ¼ deles tinha mais de 16 anos de idade e apenas três eram do sexo feminino. É provável que os traficantes de escravos estivessem optando por escravos bastante jovens e, sobretudo, do sexo masculino tendo em vista a repressão ao comércio ilegal e a necessidade de garantir usufruir de toda a vida produtiva dos africanos. Talvez o índice de masculinidade dos africanos trazidos durante a ilegalidade fosse superior ao do período do comércio lícito. O grupo foi possivelmente o maior distribuído em Santa Catarina, os demais africanos livres que estiveram na província estavam acompanhados dos arrematantes dos seus serviços, não há evidências de outros entregues a instituições. Como na listagem todos africanos livres são mencionados como “escravos”, só foi possível identificar que se tratava dos emancipados ao comparar seus nomes com os presentes em outra listagem, elaborada no ano de 1858²⁵.

Africanos livres e escravos no serviço da Santa Casa

Segundo Beatriz Mamigonian, os africanos livres são possivelmente o grupo melhor documentado da história do Brasil até o século XIX, pois de muitos deles existem registros produzidos pelos agentes que os resgataram dos traficantes de escravos, outros produzidos durante o período de tutela e, ao final desta, na emancipação. Ainda segundo a autora, “para os africanos livres havia um sistema de identificação pessoal centralizado pelo poder

²⁴ BIHC. Livro de Registro de Importâncias e Espécies recebidas pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, 1989. fl. 3.

²⁵ Trata-se da relação dos africanos livres existentes no Imperial Hospital de Caridade – 1858. Cf. *De Desterro à Florianópolis: o Legislativo Catarinense resgatando a história da cidade. 1836-2005*. Florianópolis: Assembleia Legislativa, Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos, 2005.



executivo que, ainda sendo imperfeito, era comparável a sistemas de identificação adotados na Europa e em outras partes das Américas”²⁶.

Entre a documentação sobre os africanos livres é bastante comum encontrarmos listagens arrolando nome, idade, data da apreensão e ou da primeira emancipação, identificação étnica, marcas e a ocupação dos africanos durante a tutela. O cruzamento das listagens produzidas pelo governo imperial, pelos arrematantes dos serviços dos africanos e pelas delegacias de polícia no ato da emancipação definitiva permite reconstruir diversas partes da trajetória de muitos africanos livres.

Em instituições como a Fábrica de Ferro São João de Ipanema, que possuía escravos e era também concessionária dos serviços de africanos livres encontram-se inúmeras listagens dos emancipados. Em pesquisa de iniciação científica foi possível acompanhar a trajetória de muitos africanos, entre elas a trajetória de Honorata Benguela. A africana teve a sua condição de livre declarada quando o bergantim *Orion* foi condenado em 20 de dezembro de 1835 pelo Tribunal da Comissão Mista, sediada no Rio de Janeiro, por achar-se engajado no tráfico. Dos 245 resgatados, alguns, não se sabe o número exato, foram arrematados por concessionários privados, outros para instituições no Rio de Janeiro ou para a Fábrica de Ferro São João de Ipanema, como aconteceu com Honorata. Durante os anos que passou na instituição, a mulher teve três filhas e ao menos uma relação conjugal que manteve com o africano livre André. Honorata e André constam como casados na listagem dos trabalhadores da própria fábrica, em 1849. De lá foram, com outros africanos livres, para a colônia militar de Itapura no final da década seguinte. O casal aparece, com o sobrenome Pirataca, em listagem produzida pela chefia de polícia de São Paulo por ocasião de sua emancipação definitiva, em 1865, quando ambos declararam que passariam a residir em Itapura como colonos. O mais interessante de sua trajetória foi poder encontrá-la na documentação referente ao julgamento do negreiro pela Comissão Mista, durante os cerca de trinta anos de trabalho compulsório que teve de prestar e ainda na emancipação definitiva²⁷. Reconstituições como esta demonstram, na pequena escala,

²⁶ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres (só) no papel: o Estado imperial, os registros individuais e as fronteiras da escravidão e da liberdade no século XIX*. Projeto aprovado no edital universal do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – de 2009. p. 04.

²⁷ Sobre a trajetória da africana livre Honorata ver: MAMIGONIAN, Beatriz G.. Revisitando o problema da 'transição para o trabalho livre': a experiência dos africanos livres. In: Florentino, Manolo. (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005. p.405-407; SOUZA. Maysa Espíndola. *Africanos livres (só) no papel: o Estado imperial, os registros individuais e as fronteiras da escravidão e da liberdade no século XIX*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa



como as políticas de repressão ao tráfico de escravos e os acordos bilaterais entre Brasil e Inglaterra atuavam no cotidiano das pessoas.

Dos africanos livres do Imperial Hospital dispomos apenas de parte da documentação elaborada durante o período de tutela. A elaboração deste tipo de documentação tinha como um de seus objetivos fazer o controle do destino dos africanos e ratificar a sua condição de livres em meio aos milhares de africanos escravizados ilegalmente²⁸.

A listagem de 15 de janeiro de 1858, registrada no quadro 1, faz parte da documentação da santa casa que tinha por objetivo informar às autoridades imperiais sobre as condições dos africanos que a ela prestavam serviço.

Quadro 1: Relação dos Africanos livres existentes no Imperial Hospital de Caridade

| Nº | Nomes | Anos de Idade | Moralidade - Conduta | Ofício e seu adiantamento | Saúde | Observações |
|---|-------------------|---------------|----------------------|---|-----------------------------------|---|
| 53 | Antero | 12 | Regular | Aprendiz de pedreiro | Boa | Entregue ao Tenente Frederico Antonio José Feliciano que o ensina |
| 54 | Aurelio | 13 | Id. | Dito de barbeiro id. | Ulcera incurável na presente data | Presta os serviços de seu ofício na casa |
| 63 | Cornelia | 17 | Id. | Lavadeira e costureira | Boa | --- |
| 71 | Bertoldo | 15 | Id. | Servente das obras ou da cozinha | Id. | --- |
| 92 | Henrique | 25 | Id. | Servente das obras ou de qualquer outro serviço da casa | Id. | --- |
| 96 | Felippa | 13 | Id. | Lavadeira ou costureira | Sofre do peito | --- |
| 126 | Manoel (Benguela) | 29 | Id. | Servente das obras ou de qualquer outro serviço da casa | Boa | --- |
| 144 | Bonifácio | 31 | Id. | Servente do hospital | Sofre do peito | --- |
| 137 | Leonor | 12 | Maníaca | Lavadeira e presta outros serviços | Sofrível | --- |
| 213 | Luciano | 15 | Regular | Servente do hospital | Boa | --- |
| 416 | Narbaro | 12 | Id. | Aprendiz de pedreiro Com adiantamento | Id. | Entregue ao Tenente Frederico Antonio José Feliciano que o ensina |
| Consistório da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos na cidade de Desterro, em 15 de Janeiro de 1858. Secretário Luiz de Souza Fagundes | | | | | | |

Catarina, 2011. Relatório de pesquisa PIBIC/CNPq.

²⁸ MAMIGONIAN, B. G.. *“Illegal slave trade, individual identification and rights in nineteenth century Brazil”* comunicação apresentada no seminário Slavery and Freedom in Africa and Beyond, Institute for Advanced Studies, Berlim (WIKO), junho de 2012.



FONTE: Relação dos africanos livres existentes no Imperial Hospital de Caridade – 1858. *De Desterro à Florianópolis: o Legislativo Catarinense resgatando a história da cidade. 1836-2005*. Florianópolis: Assembleia Legislativa, Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos, 2005.

Escapa-nos o significado da numeração situada à esquerda do nome dos africanos livres; na lista dos escravos ela aparece em sequência e corresponde exatamente à quantidade de cativos que a instituição possuía naquele momento. É possível que esta numeração remeta à listagem produzida no Rio de Janeiro a época do resgate ilegal. Neste documento são arrolados 11 africanos; Duarte, que contaria cerca de 20 anos, é o único que não aparece na relação, por ter falecido em data não especificada.

Dos 11 africanos livres, buscaram-se as informações sobre, nome, idade, moralidade e conduta, ofício, a existência de adiantamento, saúde e outras informações importantes inseridas na coluna “observações”. Passados seis anos da concessão de seus serviços ao hospital, os africanos contavam entre 12 e 31 anos, sendo que a maioria ainda tinha menos de 17 anos. Sobre a “moralidade e conduta” apenas Leonor foi listada como ‘maníaca’, os demais como ‘regular’.

Sobre o ofício, Antero e Narbaro eram os únicos aprendizes de pedreiro e também os que não permaneciam na instituição por terem sido entregues ao tenente Manuel Frederico José Feliciano que os ensinava. Aurelio tinha o ofício de barbeiro e o prestava na própria santa casa. Aos mais velhos, de 15 a 31 anos, cabia os ofícios de: “servente do hospital”, “servente das obras ou da cozinha” e “servente das obras ou de qualquer outro serviço da casa”, todas funções que não requeriam especialização. Quanto ao trabalho das meninas, é claramente possível falar na existência de uma divisão sexual do trabalho, pois somente Cornelia, Felippa e Leonor eram citadas como lavadeiras e costureiras, sendo que a última prestava também outros serviços mas que não foram especificados. As condições de saúde dos africanos também foram registradas. Dentre os 11 apenas 3 não gozavam de “boa saúde”. Bonifácio, o mais velho do grupo, de 31 anos, e Felippa, de 13, foram mencionados com sofrendo do peito e Leonor como de sofrível saúde.

Outra questão que chama atenção na tabela é a forma como o Manoel foi registrado. Na documentação relativa à distribuição dos serviços dos africanos ele foi citado apenas pela origem étnica, “benguela” e na listagem de 1858 com o prenome de Manoel acrescido do termo benguela. Nenhum outro africano do hospital teve a origem étnica relacionada, fato



incomum para a época, pois nas listagens produzidas em províncias como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia entre outras, a menção de tais informações era bastante sistemática.

No entanto, é preciso atentar para o fato de que as identidades étnicas de escravos e africanos livres registradas nas documentações podem ser bastante imprecisas. Geralmente elas remetiam aos portos de embarque dos africanos e não aos seus grupos de origem. Era comum também que os próprios agentes da repressão ao tráfico de escravos fizessem a identificação dos grupos de pertencimento dos africanos sem critérios muito específicos. Tais classificações eram realizadas quase sempre com critérios variados e, a despeito do pretenso exclusivo parâmetro étnico, usavam termos genéricos relativos a áreas geográficas, portos de embarque, ou ainda a pequenos grupos étnicos²⁹. Russell-Wood chama a atenção para a iniciativa dos próprios africanos se apropriarem das designações recebidas e ressignificá-las. Enidelce Bertin e Beatriz Mamigonian demonstram como os africanos livres se apropriaram das identidades étnicas atribuídas para fazer valer direitos ou para estabelecer novos laços de pertencimento do outro lado do atlântico³⁰.

Na mesma data em que os africanos livres do Imperial Hospital de Caridade foram listados fez-se também um arrolamento dos cativos pertencentes àquela instituição:

Quadro 2: Relação dos escravos pertencentes ao Imperial Hospital de Caridade

| Nº | Nomes | Anos de Idade | Serviço que prestam | Observações |
|----|-----------------|---------------|---------------------------|-------------|
| - | Lucas | 29 | Cozinheiro | --- |
| - | Domingo | 61 | Serviço da lenha e enxada | Quebrado |
| 3 | Maria Jeronima | 51 | Pouco serviço presta | Dartrosa |
| 4 | Antonio Cabinda | 41 | Serviço da lenha e enxada | --- |
| 5 | Sebastião | 31 | Cozinheiro | --- |
| 6 | Roza | 66 | Pouco serviço presta | --- |

Escravo Francisco faleceu em Fevereiro de 1854, e o crioulo Januário de menos idade foi vendido e o seu produto aplicado em Apólices.
Consistório da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos na Cidade do Desterro, em 15 de janeiro de 1858.
Secretário Luiz de Souza Fagundes

FONTE: Relação dos escravos pertencentes ao Imperial Hospital de Caridade – 1858. *De Desterro à Florianópolis: o Legislativo Catarinense resgatando a história da cidade. 1836-2005*. Florianópolis: Assembleia Legislativa, Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos, 2005.

²⁹ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Apud. BERTIN, Enidelce. Construindo novas identidades: a emancipação dos africanos livres. In: IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009, Curitiba – PR. Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009.

³⁰ BERTIN, Enidelce. Op. Cit., 2009; MAMIGONIAN, Beatriz G. Op. Cit., 2000.



Em número inferior ao dos africanos livres, os cativos da santa casa tiveram informações diferentes listadas na documentação. Sobre eles constam nomes, idades, ocupações e uma seção com observações. As idades variavam de 29 a 66 anos, sendo que apenas Lucas e Sebastião, de 29 e 31 anos, respectivamente, eram os únicos abaixo dos quarenta anos. Quanto às ocupações, Domingo e Antonio Cabinda se ocupavam do “serviço da lenha e enxada”, as mulheres, Maria Jeronima e Roza, pouco serviço prestavam e Lucas e Sebastião eram cozinheiros. Domingo e Maria Jeronima foram os únicos a receber observações que possivelmente remetem a condições de saúde, sendo “quebrado” algum problema que afetou a condição física do homem e “dartrosa” uma palavra utilizada para identificar a presença de manchas ou esfoliações produzidas na pele por diversos tipos de doenças.

Comparando as idades e ocupações de escravos e africanos livres não é difícil supor que, no final da década de 1850, o trabalho pesado do hospital fosse realizado pelos africanos livres, por serem mais jovens e saudáveis. As diversas obras de ampliação e reforma que as edificações da instituição receberam certamente foram realizadas pelos africanos livres que exerciam os ofícios de pedreiros e serventes, ainda que provavelmente não estivessem sozinhos. Os dois escravos da instituição em idade mais propícia para realizar os trabalhos pesados eram empregados na cozinha.

No livro de doações à santa casa e à irmandade, aparecem diversas doações de cativos, imóveis, utensílios e alimentos que a santa casa recebia dos devotos da Irmandade. Em 1825, Joaquim Rodrigues e sua mulher Maria Joaquina, pretos forros, fizeram a doação de uma casa situada na Rua da Cadeia³¹. José Maria da Luz pagou sua promessa, por ter se salvado de um naufrágio, fazendo questão de ser o provedor de todas as despesas da Festa de Nosso Senhor Jesus dos Passos do ano de 1838³². Entre as doações havia também lençóis, travesseiros, colchões, joias, relíquias, cavalos, braças de terras, sobrados, quantias em dinheiro, entre outros. Uma forma de fazer renda com as casas e os terrenos doados era aforá-los, tal como fizeram à Luisa Bernardina do Livramento o aforamento 4 braças de terras na ladeira da Rua do Menino Deus.

³¹ Livro de Registro de Importâncias e Espécies recebidas pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade (16.05.1762 a 19.04.1988). p. 5v.

³² Idem.



Alguns dos escravos recebidos pelo hospital eram vendidos e os valores empregados de diversas maneiras diferentes. No ano de 1851, foram doados Domásio, de 60 anos, Farines, de 69 anos, Sebastião, de 70 anos, Antero, de 50 anos, Maria Jeronima, de 50 anos, Maria Francisca de 60 anos, Maria Josefa de 50 anos, Januário de idade ilegível e Rosa de 59 anos. Destes cativos apenas Maria Jeronima aparece na de listagem de 1858³³, os demais foram vendidos ou por já chegarem em idade avançada na instituição morriam em poucos anos. No caso do crioulo Januário, o dinheiro arrecadado com a sua venda foi aplicado em apólices.

Em junho de 1858, em virtude da mudança dos membros da administração do Imperial Hospital de Caridade, o provedor Francisco Duarte Silva precisou inventariar os bens da instituição e publicou os relatórios em jornal. Por manter alguma relação com os membros do corpo editorial, o provedor optou por publicar os relatórios no periódico ‘Cruzeiro do Sul’. O jornal, que se dizia “d’instrução pública, literário e noticioso”, publicado nas terças e quintas-feiras, publicava instruções do governo provincial, transcrições de notícias de outros periódicos, crônicas, anúncios e cedia lugar para matérias que pudessem ser de interesse local, como os relatórios de Duarte Silva.

A publicação dos relatórios abrangeu diversos números do jornal. A que se refere aos africanos livres aparece no exemplar de domingo, 4 de julho, logo abaixo da seção “Patrimônio do Hospital”, com o título de “Escravos e Africanos Livres ao Serviço do Estabelecimento”. Sobre os escravos mencionava o seguinte:

De 7 que eram os escravos pertencentes a Santa Casa seis são os que hoje possui em razão da venda do acima mencionado, sendo 4 machos e 2 fêmeas. Destes, melhor serviço prestam 3, em razão de sua robustez e sendo, em quanto que os outros 3 por valetudinários e idosos são de pouco préstimo.

Tem mais em serviço a Santa Casa 11 africanos livres 8 varões e 3 fêmeas, os quais servem regularmente, sendo preciso trazê-los com submissão. A africana Cornelia teve uma filha, no dia 9 de maio findo, que já se acha batizada com o nome de Sebastiana³⁴.

³³ Não se sabe ao certo se os nomes Rosa e Roza remetem à mesma escrava, pois no livro de 1858 constam a doação de pelo menos 3 cativas com o mesmo nome em épocas semelhantes. É bastante provável que a cativa da listagem de 1858 seja a escrava Roza doada nos primeiros dias do mesmo ano pelo padre João Boaventura Cardoso.

³⁴ Cruzeiro do Sul. Cidade de Desterro. 04.07.1858. p. 3.



De acordo com Duarte Silva, o hospital não contava mais com o número de 7 cativos porque conveio à administração alienar Januário pela quantia de 1:200\$000, pelo crioulo “ter mostrado má índole”³⁵. Em relação aos demais escravos, a metade deles por ter idade avançada e ou sofrer de graves enfermidades acabava por realizar poucos trabalhos, ou nas palavras do próprio provedor, eram “de pouco préstimo”. Se considerarmos as idades, os que considerava prestarem os melhores serviços provavelmente eram Lucas, Sebastião e Antonio Cabinda.

Dos africanos livres, o provedor afirmava que serviam regularmente à instituição, no entanto, acrescenta que era “preciso trazê-los com submissão”. Não foi permitido o acesso às atas do final da década de 1850, que poderiam expor mais elementos do cotidiano dos africanos livres, mas não seria improvável inferir que a expressão utilizada pelo provedor estivesse se referindo à aplicação de um tratamento bastante severo dispensado aos africanos livres para mantê-los no árduo regime de trabalho. Não seria improvável inferir que os africanos, conhecedores da sua condição jurídica especial, estivessem se recusando a ser tratados como os cativos, ou ainda, a realizar serviços que caracterizassem relações escravistas de trabalho.

Outra questão importante mencionada por Francisco Duarte Silva é o nascimento de Sebastiana, filha de Cornelia, em 9 de maio de 1858. O batismo da menina foi realizado poucos dias após o seu nascimento, em 23 de maio. No registro do batismo de Sebastiana não consta o nome do pai, apenas o nome da mãe. Como a africana não era casada não aparece o nome do pai da menina no registro. Dos demais africanos livres não se sabe quantos tiveram filhos ou estabeleceram matrimônio. Do caso de Cornelia e a filha sabe-se apenas que os padrinhos da menina foram os escravos Julião e Thereza³⁶. Mortari assinala que a “os laços de compadrio podem ter possibilitado aos africanos escravos e libertos a reafirmação de antigos vínculos, ou criação de novos, que conferiu sentidos às suas vidas na diáspora”³⁷. O fato de Cornelia ter escolhido escravos para padrinhos de Sebastiana podem remeter à criação de

³⁵ Idem.

³⁶ AHESC. Batismo de Sebastiana, filha da africana livre Cornelia. Family Search. Brazil, Catholic Church Records. Santa Catarina. Fpolis. Nossa Senhora do Desterro. Batismos 1850, Out-1858, Ago. Disponível em <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-267-12705-62933?cc=1719212&wc=MMPGQKV:227418251>> Acesso em 12 maio 2012.

³⁷ MORTARI, Cláudia. *Os africanos de uma vila portuária no sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades – Desterro, 1788 –1850*. Tese de doutorado em História: Pontifícia Universidade Católica – RS, 2007. p. 159



laços com pessoas que a africana considerava em condição semelhante à sua própria condição. Os dados elaborados por Mortari demonstram ainda que a maioria das mães africanas escravas optava por estabelecer relações de compadrio com pessoas livres ou forras, que estariam em condição social melhor que a delas³⁸. Se Cornelia pôde escolher os padrinhos da filha ela seguiu padrões contrários ao da maioria das mães africanas de Desterro.

“Crueldade na caridade”: episódios do tratamento dispensado aos africanos livres

Em 19 de maio de 1860 a relação do Imperial Hospital de Caridade com os africanos livres que lhe prestavam serviços foi notícia na primeira página do jornal *O Argos*. A matéria intitulada de “Crueldade na Caridade” denunciava o tratamento dispensado aos africanos livres:

Informa-nos pessoa de credito que anteontem a tarde, em ocasião que o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Província achava-se no adro da capela do Menino Deus, e onde as Santas e Servos do Senhor rezavam o terço, ouviram-se gritos dolorosos, que parecia partirem de uma das enfermarias, causando surpresa à quantos ali estavam.

Um Irmão da Santa Casa perguntou ao Tesoureiro se os gritos eram de algum enfermo, este respondeu-lhe que eram de uma preta da casa, que costuma embebedar-se e dar gritos como louca; mas continuando cada vez mais fortes os gritos, porque quem os dava se aproximava do portão, reconheceu-se que o azorrague (por grande caridade) batia horripelmente no lombo da pobre preta embriagada!...Ótimo remédio para os bêbados! adotado na Casa de Caridade, dominada pelas Santas Irmãs e pelos RR. PP.

Se um semelhante fato se desse em casa de família honesta, a policia tomaria imediatamente contas á quem ousasse aplicar tão bárbaro castigo a um escravo ou filho, mas como é feito na santa casa (que já foi de caridade) dominada, repetimos, por tão santas criaturas, e em uma africana, embora livre (de liberdade) não há quem dê fé disso, antes terá plena aprovação, por ser indício de ali haver forte disciplina por efeito de GRANDE CARIDADE, e remédio eficaz para os bêbados.

O que podemos assegurar sem receio de errar, porque desde muito tempo está no domínio público, é; que ali poucos passam a vida regalada à custa de todos; muitos sofrem privações e maus tratos, e alguns levam de vergalho sem compaixão!

Vai portanto as mil maravilhas o 1º estabelecimento de Caridade de Santa Catarina!...menos para os enfermos, e os poucos africanos livres que prestam ali os seus serviços!

³⁸ Ibidem. p. 154



D’ora em diante nos ocuparemos mais vezes com este estabelecimento, dando conta ao público do que de – bom – ali houver ou tenha havido³⁹.

Esta matéria do jornal pode exemplificar o que o antigo provedor da Santa Casa queria dizer quando afirmou que em relação aos africanos era “trazê-los com submissão”. A matéria do jornal foi elaborada em tom de denúncia e sugere que os africanos livres não recebiam tratamento adequado à sua condição jurídica e, apesar de livres, eram mantidos como escravos.

Sobre a mulher mencionada na matéria acredita-se que possivelmente se tratava de Cornelia, pois Felippa e Leonor contavam na época com 15 e 14 anos, respectivamente, e possivelmente não seriam denominadas de ‘mulher’; era muito mais provável que a mãe de Sebastiana com 19 anos, em 1860, assim o fosse. Mas a aplicação do vergalho não se limitava à africana livre embriagada, ele se estendia aos demais africanos. O periódico denuncia certa conivência da polícia com a instituição ao omitir-se de verificar os castigos infligidos aos emancipados que ao que parecia eram de “domínio público”.

Ainda que a vida dos africanos livres de Desterro não fosse tão bem documentada quanto a de africanos livres em outras províncias, com este trabalho foi possível reconstituir fragmentos de diferentes momentos de suas trajetórias. As trajetórias dos africanos a serviço do Imperial Hospital de Caridade remetem a uma questão bastante pertinente da história do trabalho no século XIX: não era apenas o estatuto de africano livre que garantia o tratamento diferenciado em relação aos escravos. As experiências destes africanos demonstram que o local de trabalho foi elemento bastante definidor de sua condição de livres.

O número de africanos livres que cumpriu tutela em Santa Catarina, se comparado o das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo é bastante diminuto, provavelmente não ultrapassassem três dezenas, sendo que a maioria ficou mais concentrada na Capital. Sob a guarda de concessionários públicos ou particulares, os africanos livres tiveram arranjos de vida e trabalho bastantes diferentes uns dos outros.

Os africanos livres tutelados pelo hospital vivenciaram talvez o maior grau de controle. Por prestarem serviço em grupo e pelo fato do concessionário não representar uma única pessoa, estes africanos podem ter se visto em muitos momentos em pé de igualdade

³⁹ O ARGOS. Cidade de Desterro. Nº 584. 19.05.1860. p.1.



com os escravos da instituição. Para muitos deles a liberdade estaria apenas na vida após a tutela e não durante o período de tutela como realmente deveria ser. Para muitos dos africanos o morigeramento tão evocado pelos elaboradores da tutela não significou uma iniciativa de inserção no mercado de trabalho, mas um período de exploração de sua força de trabalho análoga à escravidão. O fato da capital da província de Santa Catarina ser na segunda metade do século XIX um pequeno centro urbano pode ter favorecido a não incorporação de africanos livres ao espólio dos arrematantes uma vez que outras pessoas poderiam reclamar a propriedade sobre africanos. Dadas as proporções de Desterro e o pequeno número de emancipados que foram distribuídos era certamente mais fácil apontar os africanos livres.

Em sentido mais amplo, as reflexões desenvolvidas nesta pesquisa buscaram demonstrar que não havia peculiaridades entre Santa Catarina e as demais regiões do Império: a liberdade dos africanos livres, o tráfico de escravos, o controle senhorial, autonomia de escravos e libertos entre outros assuntos acerca dos trabalhadores de origem africana faziam parte da agenda do governo imperial e também das autoridades locais. Assim, buscou-se “reconectar” Desterro ao cenário atlântico que explorou a mão de obra destes homens e mulheres livres de forma semelhante à dos escravos. Desterro era uma cidade escravista assim como várias outras do restante do Atlântico e a escravidão pautava as diversas outras relações de trabalho, como já tem enfatizado a historiografia recente da escravidão.

Referências

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. Memória 2. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 214.

COMERLATO, Fabiana. Hospital de Caridade, parte da história de Santa Catarina. *Biblos* (Rio Grande), Rio Grande, v. 15, p. 69-85, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In.: JANCSÓ, István. (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.



ESPÍNDOLA-SOUZA, Maysa. *Africanos livres (só) no papel: o Estado imperial, os registros individuais e as fronteiras da escravidão e da liberdade no século XIX*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Relatório de pesquisa PIBIC/CNPq.

FLORENCE, Afonso Bandeira. *Entre o cativo e a emancipação: a liberdade dos africanos livres no Brasil (1818-1864)*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese de Doutorado em História, University of Waterloo, 2002.

_____. Revisitando a "transição para o trabalho livre": a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII -XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: Silvia Hunold Lara; Joseli Mendonça. (Org.). *Direitos e Justiças no Brasil: Ensaio de História Social*. Campinas: Unicamp/CECULT, 2006.

_____. GRINBERG, Keila (Org.) *Para inglês ver? Revisitando a lei de 1831 – Dossiê da Revista Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Universidade Cândido Mendes, 2007.

_____. *Africanos livres (só) no papel: o Estado imperial, os registros individuais e as fronteiras da escravidão e da liberdade no século XIX*. Projeto aprovado no edital universal do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – de 2009.

MORTARI, Cláudia. *Os africanos de uma vila portuária no sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades – Desterro, 1788 –1850*. Tese de doutorado em História: Pontifícia Universidade Católica – RS, 2007. p. 159.

Recebido em 28 de dezembro de 2014
Aceito para publicação em 31 de março de 2015



O Office of The Coordinator Of Inter-American Affairs e o Instituto Brasil-Estados Unidos em Florianópolis na década de 1940

Camila Goetzinger¹

camila.gtzinger@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: este artigo buscará trazer uma breve contribuição aos estudos relacionados à história de Santa Catarina no contexto da Segunda Guerra Mundial por meio do envolvimento de duas instituições que estiveram presentes em Florianópolis – durante os anos de 1940 até 1946 – e representaram os Estados Unidos no esforço de guerra voltado ao Brasil. As Instituições em questão são o Instituto Brasil-Estados Unidos e o escritório do *Office of The Coordinator Of Inter-American Affairs (OCIAA)*, ambos eram 'filiais' que tinham suas sedes principais no Rio de Janeiro e também estavam presentes em outras regiões do Brasil.

Palavras-chave: Estados Unidos. Florianópolis. OCIAA. Instituto Brasil-Estados Unidos.

Abstract: This paper is an attempt to bring a brief contribution to studies related to Santa Catarina's history in the context of the Second World War by the involvement of two institutions that were in Florianópolis – during the years from 1940 until 1946 – and that represented the United States in the war effort toward Brazil. The institutions in question are the 'Instituto Brasil-Estados Unidos' and the office of the *Office of The Coordinator Of Inter-American Affairs (OCIAA)*, both being 'filials' that had their main offices in Rio de Janeiro and also were present in other regions of the country.

Keywords: Estados Unidos. Florianópolis. OCIAA. Instituto Brasil-Estados Unidos.

O século XX é marcado por ser um período conturbado na história e isso se deve ao fato dos grandes avanços técnicos de que é herdeiro do século anterior, além de fatores de desenvolvimento políticos, sociais e econômicos². Logo em seu início testemunhamos uma guerra de proporções inéditas, que colocaria em xeque muitas das concepções políticas que

1 Agradecimentos ao professor Dr. Alexandre Busko Valim pela disponibilização da documentação pertinente ao artigo, de microfilmes do *National Archives and Records Administration* aqui mencionado como *NARA*.

2 Segundo Hobsbawm: “A história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo mas irregular crescimento econômico, e de crescente "globalização", ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global. O progresso técnico continuou e até se acelerou na Era da Catástrofe transformando e sendo transformado pela era de guerras mundiais.” In: HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos, o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo, SP, Companhia das Letras, 1995. p. 91.



determinaram os anseios da modernidade e pouco mais de vinte anos mais tarde novamente o mundo voltaria seus olhares para um conflito mundial ainda mais intenso e devastador em termos de experiência que a humanidade testemunhara coletivamente, a Segunda Grande Guerra.

Quando a Segunda Guerra ganha contornos os países envolvidos passam a buscar possíveis alternativas de mercados, de suporte militar e apoio ideológico e nesse espaço nasce uma disputa específica entre o mercado alemão e o mercado estadunidense sobre o apoio do Brasil. Apesar dos Estados Unidos (EUA) não estarem comprometidos, nem serem afetados inicialmente diretamente pela guerra havia desde o início um 'apoio informal' às nações envolvidas contra o fascismo³.

Os EUA vinham de uma tradição de políticas e ideologias de caráter intervencionista para a América Latina, desde a Doutrina Monroe⁴ que previa a ideia de que a América era destinada aos americanos, e nesse sentido buscava afastar intromissões europeias nas Américas, sob a liderança estadunidense – política do *Big Stick* -. Na década de 1930 os EUA eram um país em expansão econômica e conforme aponta Moura⁵ a ideologia adotada pelo então presidente dos EUA na época, Franklin Delano Roosevelt, significou uma mudança na política voltada ao restante dos países americanos que perdurava desde o início do século, nascia, em sua gestão, a Política de Boa Vizinhança que se caracterizava “pela revogação de métodos coercitivos e pela adoção de negociações diplomáticas e colaboração econômica e

3 Tota indica uma mudança da opinião pública americana logo no início do conflito sobre a neutralidade dos EUA, que de certa forma se posiciona contra o nazi fascismo já em 1940. TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: companhia das Letras, 2000. p. 42

4Influenciada pela antiga ideia de Destino Manifesto, que buscava justificar o 'direito' de expansão e conquista de territórios pelos EUA ideologia essa apoiada numa escatologia cristã; “A América (EUA) é o último esforço da Divina Providência em favor da raça humana, um novo começo de uma civilização nova e mais avançada (...) a casa do homem, que deve se estender às Ondas do Oceano Pacífico. Um Destino amigável e sublime.” (EMERSON apud FERES, 2005, p. 64).” “[...] no caso da doutrina do Destino Manifesto, a assimetria temporal em operação assemelha-se [...] à da escatologia cristã antiga, pelo menos no que tange à valorização da providência divina como chave para se entender a história humana. É claro que [...] a doutrina do Destino Manifesto também faz uso do argumento da superioridade material e moral, [...]. Contudo, essas coisas são interpretadas como sinais, ou expressões de uma superioridade que, mediada pelo aspecto da raça, era divinamente ordenada. Como cruzados medievais, esses americanos concebiam a si próprios como uma vanguarda na terra de uma narrativa histórica sagrada. Diferentemente dos cruzados, contudo, o escopo semântico posto a serviço dessa nova doutrina é rica em elementos raciais, ou porque não dizer racistas.” In: FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru – SP: EDUSC, 2005. p. 67.

5 MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 58



militar”.

A Política de Boa Vizinhança significava uma nova relação que os EUA se propunham⁶ a manter com o Brasil – e com a América Latina – onde se pressupunha o respeito à autonomia dos estados nacionais e ao estabelecimento de políticas comuns de fortalecimento das Américas. É certo dizer ainda que essa ideia não vem desacompanhada da tradicional imposição de metas e ideologias estadunidenses no plano social, político e econômico. Era uma política que, basicamente, resistia mais à intervenção armada e direta em economias e políticas de outros países americanos, mas se investia de novas formas de coerção, baseadas em conversações diplomáticas, em acordos e negociações⁷.

É importante compreender que os novos rumos da política externa estadunidense têm esse novo formato também por conta da conjuntura política e econômica mundial. Moura⁸ aponta o que Green e Gambini argumentam, que:

[...] a política de boa vizinhança respondia também às necessidades de recuperação econômica do país, que exigia mercados externos crescentes para as exportações norte-americanas, além de suprimento de matérias-primas e campo para investimentos. No caso da América Latina, isso significava ação no sentido de incrementar o intercâmbio econômico interamericano”⁹.

Nesse contexto, conforme a historiografia especializada já apontou, o Brasil se insere numa nova conjuntura política, que permite que sejam feitas concessões, que haja uma via de mão dupla nas relações entre o Brasil e os EUA a partir dos interesses e condições inseridas

6 [...] a política da *boa vizinhança*, [...] se fundava nas seguintes idéias: os Estados Unidos tinham abandonado sua política de intervenção na América Latina; reconheciam a igualdade jurídica entre todas as nações do continente; aceitavam a necessidade de consultas periódicas para resolver os problemas que surgissem entre as repúblicas; e concordava em cooperar por todos os meios para o bem-estar dos povos da América”. In: MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*; 7ª edição. Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, São Paulo, 1991. p. 17.

7 Bandeira indica que as pressões e intromissões no campo político se mantiveram, embora investidas de novas formas. Em uma passagem traz elementos de uma nota da Embaixada americana, sobre a atitude dos EUA em relação às eleições brasileiras em 1944, onde é possível notar os novos termos de relações estabelecidas ao longo da nova política externa em questão: “Os *Estados Unidos* – acrescentava a nota- *não interviriam, mas esperavam que as transformações se fizessem, pacificamente, e resultassem num governo livre e mais democrático*. A *boa vizinhança* não renunciava a intromissões nos assuntos internos de outro país, ao abuso e às ameaças.” In: BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (Dois séculos de História), 2ª. Edição; Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978. p. 414.

8 MOURA, 1980, p. 58.

9 MOURA, 1980 apud Green, 1971, 18-20; Gambini, 1977, 37-42.



no contexto mundial.

Na década de 1930 o Brasil mantinha fortes relações comerciais com a Alemanha que em 1934 figura como principal fornecedor europeu do Brasil, relação que se expande até 1939¹⁰. Para os EUA a relação forte entre o Brasil e a Alemanha constituía séria preocupação – especialmente após a entrada dos EUA na guerra – por no mínimo três razões: o comércio compensado com a Alemanha¹¹, as colônias alemãs no sul do Brasil e o sistema político-econômico brasileiro que em determinadas esferas, dentro da política do Estado Novo se aproximava da Alemanha na visão dos EUA. Nesse sentido poderia haver, no contexto geral, inclinações brasileiras para apoiar e fortificar as relações políticas com a Alemanha e não com os EUA e as relações político-econômicas com o Eixo não beneficiava o esforço Aliado¹².

O Brasil do final de 1930 é caracterizado pela política centralizadora do Estado Novo, de cunho fortemente nacionalista resultante do movimento de busca de saídas nacionais e de privilegiar o mercado interno, solução que se espalha nos países em recuperação após a Depressão de 1929¹³. Figuravam como políticas prioritárias no governo Vargas reformas com

10 Na década de 30 [...] o comércio externo brasileiro dependia grandemente da Europa, que se apresentava como principal fornecedor de produtos industriais. O predomínio europeu nesse terreno manteve-se praticamente inabalado entre 1932 e 1938, correspondendo a cerca de 55% das importações brasileiras. Um ligeiro declínio se fez sentir no início da guerra, quando o volume cai para 47%. destacando-se no início da década como principal fornecedor, a Inglaterra começa a perder terreno para a Alemanha a partir de 1933, sendo rapidamente ultrapassada por esta dois anos após. O período compreendido entre 1936 e 1939, quando ocorre a decretação do Estado Novo, assiste ao apogeu da influência comercial alemã no Brasil, superior por alguns pontos à americana, extinguindo-se porém bruscamente a partir de 1940.” In: GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo, Ed. Símbolo, 1977. p. 105.

11 O comércio compensado com a Alemanha “dispensava a moeda internacional como base de troca de algodão e café por bens industriais. [...] As vendas para a Alemanha deveriam ser pagas com marcos especiais, válidos apenas para compras na própria Alemanha” in: p.107. Era um sistema que 'prendia' o Brasil ao mercado exportador da Alemanha, o que não era necessariamente vantajoso ao Brasil dentro do mercado liberal. “A razão pela qual o sistema de compensação era tolerado prende-se ao fato de que a Alemanha pagava ao exportador brasileiro um preço mais alto que o oferecido no mercado mundial, servindo-se para tanto de subsídios pagos pela sociedade como um todo através de impostos e da contenção interna”. Op. cit. p. 108

12 “O diagnóstico de Washington sobre a América Latina era o seguinte: as Américas Central e do Sul constituíam parte importante dos planos de dominação mundial dos nazistas; além disso, constituíam um campo de colonização potencial, em virtude dos alemães que viviam nessas regiões; esses países tinham sido importantes para o rearmamento alemão, visto que forneceram às indústrias germânicas matérias-primas vitais, por intermédio do comércio compensado ainda mais: muitos desse países centro e sul-americanos tinham suas forças armadas instruídas por missões alemãs e eram alvo de uma propaganda sistemática que procurava criar um antagonismo entre esses países, que enfrentavam novas dificuldades econômicas. Finalmente, as vitórias do Eixo em várias partes do mundo estavam retirando do alcance dos Estados Unidos muitos materiais estratégicos, que poderiam ser encontrados no sul do continente americano. Esse conjunto de circunstâncias exigia maior coordenação de esforços dos vários departamentos governamentais em Washington em relação à América Latina”. MOURA, 1991, p. 19.

13 Cf. CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. Campinas, SP: [s.n.], 1997.



vistas à industrialização, diversificação da economia, maior intervenção do Estado na economia. Ao mesmo tempo desde 1935 o governo brasileiro mantinha uma política externa ainda de cunho liberal – associada aos EUA no Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos de 1935¹⁴.

Nesse espectro é possível apontar para uma política que foi característica do Brasil da Era Vargas e que é esboçada por Moura: a política de equidistância pragmática¹⁵, que permitia, por meio da conjuntura política interna brasileira, uma política de barganha e neutralidade em que era possível buscar vantagens da instabilidade conjuntural para obter ganhos ao Brasil como 'potência associada'. Segundo Moura esse posicionamento foi explorado pelo governo brasileiro com relação aos EUA e à Alemanha até o momento em que pôde ser sustentado.

Tota aponta para a atenção voltada dos EUA sobre o Brasil pelo que consideravam ser um 'perigo' alemão. São identificados pelo governo estadunidense simpatizantes do nazismo dentro do governo brasileiro, além do medo de que as colônias alemãs no sul do Brasil configurassem um ponto de apoio ao nazismo e tivesse influência decisória sobre algum posicionamento de apoio ao Eixo¹⁶.

Até 1930 o Brasil presenciava o que se convencionou chamar de República Velha, onde a prática política era a do chamado 'coronelismo' onde a estrutura girava em torno de alianças entre o governo federal com os governo estaduais e desses, por sua vez, com os municípios numa lógica clientelista¹⁷. Em 1930 após o golpe a política de Vargas – que

14 Cf. SIMIS, Anita. O Tratado de Comércio entre o Brasil e os EUA. Revista Neamp. Aurora, 5 : 2009. São Paulo.

15 “[...] minha hipótese mais específica de trabalho é a de que as decisões da política externa brasileira nesse período respondem mais diretamente à dinâmica da *conjuntura* política brasileira. Nesta, por sua vez, ocorre uma completa divisão, tanto nas instâncias centrais quanto nas instâncias inferiores de decisão, e a política externa reflete essa indefinição da luta política (que não se deve atribuir à ‘ambigüidade de Getúlio Vargas’), apresentando-se ela própria como uma política de indefinições, ou de *equidistância pragmática* entre os centros hegemônicos emergentes. Essa equidistância não deve, porém, ser visualizada como uma trajetória retilínea, mas como aproximações alternadas e simultâneas a um e outro centro. É necessário, contudo, estabelecer nuances: essa política equidistante, fruto da própria indefinição na luta política interna, ocorre enquanto os ‘sistemas de poder’ rivais possuem uma capacidade semelhante de acesso ao aliado potencial.” In: MOURA, 1980, p. 62.; Cf. MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1959: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012.

16 Cf. TOTA, 2000, p. 88 e Ibid. p. 126. A ideia de envolvimento da Alemanha com setores nacionais e com células alemãs também é apontada por GAMBINI, 1977.

17 Cf. MELLO, André Vinicius Inacio Penna. *O Tio Sam na Ilha de Santa Catarina: o funcionamento do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs de Florianópolis (1943-1944)*. Florianópolis, SC, 2013. p. 44 e



assume o governo provisório – é a de centralização e de valorização nacional. Nesse contexto Santa Catarina é diretamente atingida por meio de prerrogativas federais. Getúlio Vargas opta pela opção de destituir as oposições nos Estados e a oligarquia dos industriais do vale de Santa Catarina é substituída pelos latifundiários da região do planalto, que são ligados a Vargas. A partir da Instituição do Estado Novo e do início da guerra a perseguição à germanidade que era resguardada pelas comunidades alemãs se acentua e, por um contexto de política nacional, aliada ou não ao contexto mundial é possível observar uma dura repressão à 'identidade' alemã e se observam esforços do governo federal de assimilar a cultura alemã à favor da nacionalidade brasileira.

Carone assinala as ambiguidades do Estado Novo, onde ao mesmo tempo que era um estado de características fascistas não estava ligado diretamente em seu corpo de governo nenhum elemento de ligação direta com o Eixo, senão apenas simpatizantes, e suas ações internas obedeciam a uma ordem de razões de segurança caseira. É nesse espaço que identificamos as medidas nacionalistas que se impõem a partir de 1938¹⁸ e se desenrolam em decretos que vão diminuindo os espaços de liberdade e a busca de assimilação das colônias estrangeiras no Brasil.

[...] Um dos problemas estruturais do Estado é a questão das minorias estrangeiras, principalmente as dos italianos e, mais ainda, a dos alemães do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Devido ao isolamento geográfico, estas últimas minorias continuam ter sua cultura e tradição, sem grandes problemas de assimilação¹⁹”.

Essa ressalva de Carone é importante para refletirmos sobre as especulações que giravam em torno do 'perigo' que as colônias estrangeiras, principalmente as alemãs, significavam, mas principalmente de sua significação para o Estado Novo e a forma como essas dissidências eram tratadas e as articulações do Estado Novo em torno disso.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão intelectual. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

18 Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, conhecida como “Lei da Nacionalização”. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724publicacaooriginal-1-pe.html>>

19 Cf. CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. Difel- São Paulo – Rio de Janeiro, 1976. p. 161.



Podemos dizer que a convicção estadunidense do sucesso das relações econômicas entre o Brasil e a Alemanha também estava apoiado nas redes de influência alemã por meio das escolas, clubes, associações, centros culturais alemães espalhadas pelo Brasil²⁰. Nesse contexto de política de Boa Vizinhança, de propaganda pan americana e de posterior esforço de guerra contra o Eixo é que surgem ações diretas no campo da criação de associações, institutos e programas estadunidenses voltados a espalhar as ideias do que viria a ser chamado de 'americanismo', ou seja, são criados órgãos voltados a difundir a ideologia liberal democrática na América Latina que fossem capazes de sobrepujar influências ideológicas relacionadas aos países do Eixo. Ainda em 13 de janeiro de 1937 foi fundado o Instituto Brasil- Estados Unidos no Rio de Janeiro e da aproximação com o Brasil que vinha se desdobrando desde então é criado o *Office for Cordinator of Commercial and Cultural Relations between the Americas* em junho de 1940, que em 1941 mudaria o nome para *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA).

Outras questões podem e devem ser apontadas a respeito do amplo processo de 'americanização' que se buscou alcançar no Brasil pelos Estados Unidos. Questões pontuais, por exemplo sobre a importância de absorção pelos EUA da exportação brasileira após o bloqueio inglês à Alemanha a partir da tomada da França pelos nazistas e a importância de 'conter' uma possível desestabilização econômica que pudesse gerar colapsos e desse lugar à políticas que aproximassem o subcontinente americano do nazi-fascismo ou mesmo de propostas socialistas²¹, dentre outros aspectos devem ser melhor observados. Nos deteremos aqui, porém, em tratar da gerência em Florianópolis, dessas duas instituições que fizeram parte do aparato ideológico de propaganda estadunidense no Brasil no período abordado.

O Instituto Brasil-Estados Unidos foi criado com o objetivo de expandir o intercâmbio cultural do Brasil com os EUA²². Na data de sua fundação as relações com o vizinho do norte

20MELLO, 2013, p. 33.

21 Possibilidades que são levantadas por TOTA, 2000, p. 52.

22 Os objetivos do Instituto, no momento de sua criação estão registrados na Ata de Fundação do Instituto Brasil- Estados Unidos e são: “[...] a) Promover [...] a expansão das relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos; b) colaborar com as instituições congêneres estabelecidas em outros países do continente americano; c) dar a sua solidariedade aos esforços, devidamente orientados, no sentido de aproximar espiritualmente o Brasil de outros povos deste e de outros continentes” In: *National Archives And Records Administration (NARA)*, microcópia 1515, rolo 35, rolo 13: Registros do Departamento de Estado relativo aos Negócios Internos do Brasil, 1940-1944; Documento decimal 832, 832.43/22 – 832.463/34, Rolo 35, target 1, 832.43, *Sociedades*.



já estavam estabelecidas em determinados pontos. Conforme anteriormente mencionado em 1935 já era acordado entre Brasil e EUA um acordo de comércio entre os dois países e este previa uma série de facilidades de trocas comerciais. No rastro dessas negociações vinham facilidades de entradas de produtos que, dentre outros, também tinham funções de bens culturais – como o cinema, revistas, etc. - que auxiliariam no processo de difusão ideológica estadunidense. A Fundação do Instituto Brasil-Estados Unidos em 1937 nos traz uma pista da importância dada neste momento pelos EUA à questão da propaganda ideológica com vistas ao 'convencimento' e à difusão cultural.

O *OCIAA* era um órgão que foi criado especificamente para tratar dos assuntos interamericanos e continha quatro divisões responsáveis por diferentes setores: comunicações, relações culturais, saúde, comercial/financeira²³. O *OCIAA* no Brasil tinha sua 'sede' no Rio de Janeiro que era dirigida por Berent Friele – o coordenador geral do *OCIAA* era Nelson Rockefeller-, porém o órgão estava espalhado pelo país por meio de subcomitês em várias cidades²⁴ e contava com o apoio da embaixada estadunidense, dos consulados espalhados pelo país e por “um Comitê de Coordenação composto por empresários e cidadãos estadunidenses residentes no país”²⁵.

O Instituto Brasil-Estados Unidos de Florianópolis foi fundado em 27 de setembro de 1941 “representando um sincero e crescente interesse de um grupo de brasileiros proeminentes para aprenderem mais sobre a cultura dos EUA”²⁶, segundo a documentação oficial. O comitê regional do *OCIAA* em Santa Catarina foi fundado em março de 1943 e o presidente do mesmo em Florianópolis era Alcino Fanaya, que também era funcionário da *Texas Co.*, empresa ligada à *Standart Oil Company*, de Nelson Rockefeller, o coordenador geral do *OCIAA*²⁷.

Ambos os órgãos, além de terem sido inicialmente organizados por meio do consulado

23 Para leitura específica sobre o *OCIAA* e sua estrutura interna ver MOURA, 1991.

24 Outras cidades que abrigavam agências do *OCIAA* eram: São Paulo, Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Cf. DUARTE, Adriano Luiz; VALIM, Alexandre Busko. *Brazil at War: Modernidade, liberdade e democracia nos filmes produzidos pelo Office of Interamerican Affairs* (In.) O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. 1ed. Rio de Janeiro/ Multifoco/TEMPO UFRJ/FINEP/CNPq, 2010, v.1, p. 726

25 Cf. MOURA, 1991.

26 *NARA*, microcópia 1515, rolo 35, rolo 13: Documento decimal 832, 832.43/22 – 832.463/34, Rolo 35, target 1, 832.43, *Sociedades*

27 MELLO, 2013, p. 41.



estadunidense de Florianópolis²⁸, mantiveram estreita relação entre si, conforme aponta Mello:

[...] o comitê regional de Florianópolis já nasceu vinculado com o Instituto Brasil Estados Unidos deste município, já que estes funcionários atuavam nas duas instituições e traziam para o OCIAA um *Know-how* de combate aos ideais do Eixo em Santa Catarina, além de utilizarem o espaço do Instituto para realizar atividades do comitê, como por exemplo, exposições de filmes e cinejornais²⁹.

Mello aponta que em 11 de março de 1944 o vice-cônsul dos EUA em Santa Catarina – William Preston Rambo – faz um pedido de material impresso ao presidente do comitê regional de São Paulo sob o argumento de que “era o estado com a maior concentração germânica do Brasil, e para agravar a situação, 10.000 catarinenses habitantes das chamadas 'colônias alemãs' haviam jurado fidelidade ao *Führer* em 1936”³⁰. Antes ainda, no início de 1943 circula um memorando do vice-cônsul em Florianópolis, – dessa vez Reginald S. Kazanjian – que era o diretor do Instituto Brasil-Estados Unidos de Santa Catarina, ao chefe da Divisão de Relações Culturais estadunidenses – Charles A. Thomson – onde ele faz uma espécie de relatório de prestação de serviços diversos sobre o Instituto e aponta a importância da necessidade de expansão no Estado devido ao investimento alemão em escolas, sociedades, cultura e propaganda³¹.

Eu quero mais uma vez enfatizar a importância de expansão aqui. Os alemães devem ter gastado vários milhões de dólares anualmente nesse Estado em suas 500 escolas seculares e religiosas; em suas sociedades,

28 Inclusive em novembro de 1943 o subcomitê do OCIAA de Florianópolis fica sob a direção do vice-cônsul por razão da renúncia do então diretor. Ibid., p. 57.

29 Ibid. p. 54.

30 Ibid. p. 42.

31 O vice-cônsul ainda solicita filmes e literatura instrutiva sobre paralisia infantil – que aponta como sendo um problema recorrente da região – e de outras doenças: “[...] malária, tuberculose, lepra, doenças venéreas, prisões, asilos, escolas correcionais, casas para cegos, penitenciárias [...]” além de material sobre higiene e ética social. Pede livros, dentre os quais “[...] gramáticas de inglês [...]; livros de viagem, estatísticas dos EUA; livros de técnica de arte, música e literatura; de educação nos EUA; mineração; pescaria; indústria têxtil e madeireira; e uma grande quantidade de álbuns para colecionar fotografias dos EUA [...]”, além de trazer várias sugestões para o Instituto. In: NARA, microcópia 1515, rolo 35, rolo 13: Documento decimal 832, 832.43/22 – 832.463/34, Rolo 35, target 1, 832.43, Sociedades



cultura e propaganda. Com a quantia insignificante que eu estimei [no mesmo relatório ele faz um levantamento de custos para a manutenção do Instituto], ou em torno de \$ 10,000, podemos espalhar nossa política cultural Brasil- Estados Unidos como fogo selvagem pelo Estado; [...] Eu também enfatizo que qualquer recuo agora será mais danoso que se não tivéssemos iniciado. O “homem esquecido” aqui insiste em que seja lembrado”³².

Esses apontamentos feitos pelos dois representantes consulares no Brasil trazem, um no início das atividades do Instituto Brasil-Estados Unidos e outro no decorrer das atividades do OCIAA, importantes reflexões sobre a especificidade do Estado de Santa Catarina no contexto nacional e internacional. Fica evidente pelos relatórios, memorandos, cartas trocadas – que também podem ser instrumentos de 'politicagem', manipuláveis dentro dos próprios órgãos estadunidenses por meio dos quais os representantes poderiam buscar vantagens de ascensão ou proveito particular, apesar de não termos claramente nenhum indício que indique que essa prática ocorresse nesse setor³³ – que havia uma preocupação muito evidente a respeito das comunidades alemãs no nordeste do Estado que afetava ao menos os principais responsáveis pela difusão de propaganda – e/ou cultura estadunidense no Estado. É interessante notar a última frase do vice-cônsul, onde ele se utiliza de uma frase que podemos classificar como retórica em busca de favorecimento. O “esquecimento” que menciona parece estar ligado com o fato de que provavelmente ele já tenha se reportado às instâncias superiores estadunidenses em busca de auxílio financeiro e material ao Instituto de Florianópolis e não tenha recebido muita atenção. Aparentemente ele se aproveita da situação particular do Estado de sua atuação para conquistar o material que julga necessário para seu trabalho.

Poderíamos interpretar essa situação como paradoxal, tendo em vista a importância aparente que a região tinha para os EUA, porém a documentação que segue a esse memorando é de vários envios de materiais à Florianópolis. São documentos de pedidos de materiais de Florianópolis aos EUA e dos repasses desses pedidos do Departamento de Estado

32 NARA, microcópia 1515, rolo 35, rolo 13: Documento decimal 832, 832.43/22 – 832.463/34, Rolo 35, target 1, 832.43, *Sociedades*; Todas as traduções inscritas aqui são de tradução literal da autora, sujeitas à novas interpretações e observações.

33 O mesmo problema é apontado por MELLO, 2013, p. 57.



para as diversas Divisões governamentais que possam contribuir com material³⁴ referente à cultura 'americana'³⁵ para serem enviados à Santa Catarina.

Além de termos conhecimento dessa documentação oficial que traz elementos passíveis de interpretação acerca da realidade do início da década de 1940 em Santa Catarina e dos temores dos representantes estadunidenses sobre um 'levante' nazista Tota nos traz informações que foram importantes aos executores da Política de Boa Vizinhança no mesmo contexto e que também atestam da desconfiança sobre as colônias alemãs do sul da América:

Quase 1 milhão de alemães, com fortes motivos para apoiar a idéia nazista de uma grande *Fatherland* germânica, que se estendera por toda a América Latina, era um dado assustador. Os norte-americanos tinham de levar em consideração as várias estratégias propostas para evitar a disseminação do nazismo na região, considerada cabeça-de-ponte para a ocupação do Atlântico Sul pela Alemanha. Dentre as diversas possibilidades que foram aventadas pelo serviço secreto chefiado por “Wild” Bill Donovan, uma delas foi a invasão do Rio Grande do Sul pelos Estados Unidos fosse executada por uma tropa de soldados negros? Nesse caso, seria preciso tomar certos cuidados, pois se tratava de um região onde [...] existe um certo mal-estar no relacionamento entre as colônias de origem alemã e os descendentes de portugueses. Esse mal-estar resulta principalmente das atitudes de superioridade dos alemães, o que provoca animosidade entre os brasileiros [...] Apesar de haver poucos negros e de ainda existir preconceito entre os moradores locais, eles têm orgulho de não fazer distinções de cor. Por isso se ressentiriam diante de qualquer tentativa de impor um *color line*, mesmo que aplicada apenas às tropas de negros estrangeiros que desembarcassem na região³⁶.

A passagem de Tota é muito significativa por demonstrar além de um extremo conhecimento regional das relações dentro do Estado de Santa Catarina e das colônias ali presentes traz aspectos de cultura – de raça/etnia – e traça um elaborado plano para a tomada da região por meios militares se necessário para conter o nazi-fascismo se esse viesse a ter

34 Dentre os materiais que eram pedidos estão: kits de rádio, radio vitrolas, partituras, discos de canções típicas dos EUA, bandeiras dos EUA, fotografias dos EUA, livros de literatura estadunidense, dicionários, pôsteres, etc.

35 O termo 'americano' aqui é utilizado com precaução, tendo em vista não haver intenção de tratar por 'americano' o que se refere ao 'estadunidense'. Há portanto, da parte da autora, o cuidado de usar o termo 'americano' se referindo específica e unicamente ao 'estadunidense' apenas em situações de transcrição, tradução e circunstancialmente ligadas ao contexto onde o termo não possa ser relocado para 'estadunidense'. Cf. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, ed. 1998.

36 TOTA, 2000, p 88.



preponderância. A 'terra do Tio Sam' tinha conhecimento – informações possivelmente repassadas pelos seus representantes na região – e planos concretos, de alto investimento sobre o assunto.

Apesar da 'ameaça alemã' que pairava na região sul do Brasil Gertz fez um levantamento que indica que não há dados que possam afirmar a quantidade de partidários do nazismo no Brasil, mas que a quantidade máxima de filiados pode ter sido de 5.000 em todo o país³⁷.

Tanto o *OCIAA* quanto o Instituto Brasil-Estados Unidos foram instituições ativas em Florianópolis na primeira metade da década de 1940. Estabeleceram relações com a imprensa local, com rádios³⁸, distribuíam cartazes propagandísticos pela cidade, financiaram exibições de filmes em Florianópolis e no interior do Estado³⁹, observavam as publicações da imprensa, organizavam cursos de inglês⁴⁰, etc. Sua atuação se mantém marcada pela colaboração na ilha de Santa Catarina, observamos por meio da documentação que existem interligações e conexões entre os funcionários de ambas⁴¹.

Quanto à questão dos alemães do sul do Brasil representarem ou não um “real perigo” aos interesses estadunidenses de se impor econômica e politicamente sobre o Brasil a conclusão de Mello contempla, de certo modo, as reflexões desse artigo:

[...] o cultivo de traços germânicos era involuntário para maior parte da população teuta, e [...] estas perseguições ocorridas durante as décadas de 1930 e 1940 – que estavam na pauta do *Office* – devem ser compreendidas dentro de uma disputa política que se travava internamente em Santa

37 GERTZ apud MELLO, 2013, p. 43.

38 A rádio Guarujá Ltda, por exemplo, apontada por Mello como sendo uma grande aliada do *OCIAA* no esforço de guerra ideológica na cidade. Cf: MELLO, 2013, p. 60.

39 Ibid., p. 61.

40 Em memorando da Embaixada do Rio de Janeiro para o seu Conselheiro representantes do Instituto Brasil-Estados Unidos apontam, dentre outras coisas para o fato de que existe “cerca de 150 pessoas estudando inglês num estado onde a língua estrangeira predominante costumava ser o alemão”, *NARA*, microcópia 1515, rolo 35, rolo 13: Documento decimal 832, 832.43/22 – 832.463/34, Rolo 35, target 1, 832.43, *Sociedades*.

41 Temos por exemplo, uma autorização e instrução para que sejam comprados os materiais pedidos pelo Instituto a serem pagos pela reserva do *OCIAA* “[...] Todas as despesas decorrentes da compra e do carregamento desse material serão pagas pelo Conselho Americano de Sociedades Aprendizes além dos fundos alocados à isso pelo *OCIAA* para a compra de livros, revistas e outros materiais para uso de institutos culturais nas outras repúblicas americanas.” de William L. Schurz, Assistente chefe, Divisão de Relações culturais; e agradecimento do vicecônsul à funcionários do *OCIAA*, *NARA*, microcópia 1515, rolo 35, rolo 13: Documento decimal 832, 832.43/22 – 832.463/34, Rolo 35, target 1, 832.43, *Sociedades*.



Catarina. Todavia, o “medo alemão” também existia em esferas nacionais e não era de todo infundado, pois havia no Brasil uma tradição do “medo alemão” devido a um possível plano de anexação do sul brasileiro pelo Reich que já pululava desde o século XIX decorrente das políticas imperialistas da Alemanha neste período 70, tradição esta facilmente reavivada entre a década de 1930 e 1940, sendo inclusive um dos motivos para a decretação do Estado Novo. Muitos estudiosos, como René Gertz e Stanley Hilton, refutam veementemente a existência de um plano de invasão alemã, embora este debate ainda esteja em pauta⁴².

O *OCIAA* no Brasil manteve suas atividades até 1946 e o Instituto em Florianópolis também não sobreviveu muito além do pós-guerra. Com a nova configuração mundial a partir do final da guerra em 1945 as relações estabelecidas entre os EUA com a América Latina já estavam bem firmadas e o Brasil tinha se rendido à posição de potência associada dos EUA. No plano político cultural o contexto brasileiro também mudava e os objetivos estadunidenses eram outros, o interesse de reestabelecer as economias europeias se tornam mais importantes e em termos econômicos as vantagens comerciais com o Brasil já tinham sido acertadas até o final da guerra. A manutenção do *OCIAA* e provavelmente de Institutos que já não tinham a importância de outrora podem ter sido facilmente dispensáveis devido às novas configurações que se apresentavam no pós-guerra.

Cercados das reflexões apontadas fica evidente o grande palco de disputas que se encerravam na política da década de 1940, é possível notar disputas desde o plano estrutural à nível internacional – disputa de hegemonias mundiais – até disputas internas nacionais e regionais. Observar a ordenação racional de aparatos burocráticos e organizados governamentalmente por um Estado Nacional na busca por difusão ideológica política e cultural dentro de outro Estado ao qual se busca associar são movimentos que manifestam a particularidade de um contexto mundial cujas características não podem ser ignoradas, pois respondem a uma dinâmica que refletiu – pelas particularidades que encerra, como por exemplo o uso dos meios de comunicação e a instituição da 'informação' pelos mesmos meios como afirmadores de determinadas ideologias e interesses -, sendo explícito ou não, na história e rumos políticos e sociais que dizem respeito à ideologia e história regional, nacional e mundial.

42 MELLO, 2013, p. 47.



Referências

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (Dois séculos de História), 2ª. Edição; Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, ed. 1998.

CARONE, Edgard. *A Terceira república* (1937-1945). Difel – São Paulo – Rio de Janeiro, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. Campinas, SP: [s.n.], 1997.

DUARTE, Adriano Luiz; VALIM, Alexandre Busko. *Brazil at War: Modernidade, liberdade e democracia nos filmes produzidos pelo Office of Interamerican Affairs* (In.) O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. 1ed. Rio de Janeiro/ Multifoco/TEMPO UFRJ/FINEP/CNPq, 2010, v.1, p. 723- 744.

FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru – SP: EDUSC, 2005.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo, Ed. Símbolo, 1977.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos, o breve século XX,1914-1991*. São Paulo, SP, Companhia das Letras, 1995.

MELLO, André Vinicius Inacio Penna. *O Tio Sam na Ilha de Santa Catarina: o funcionamento do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs de Florianópolis (1943-1944)*. Florianópolis, SC, 2013.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1980.

_____, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1959: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012.



O Office of The Coordinator Of Inter-American Affairs e o Instituto Brasil-Estados Unidos em Florianópolis na década de 1940 – Camila Goetzinger

_____, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*; 7ª edição. Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, São Paulo, 1991.

SIMIS, Anita. *O Tratado de Comércio entre o Brasil e os EUA*. Revista Neamp. Aurora, 5: 2009. São Paulo.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: companhia das Letras, 2000.

Recebido em 17 de junho de 2014

Aceito para a publicação em 24 de julho de 2014



Novas tradições: a criação da Capital da Cebola – Eduardo Luiz Formagi

Novas tradições: a criação da Capital da Cebola

Eduardo Luiz Formagi*

duformagi@msn.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: este artigo pretende abordar o processo de construção do rótulo de “capital da cebola”, na cidade de Ituporanga (SC). Para isso, mobilizarei a categoria “tradição”, tal como pensada por Eric Hobsbawm (1984). O ponto de vista escolhido para auxiliar esta tarefa é o de um político e empresário, figura de destaque na criação da Festa Nacional da Cebola, que acontece na cidade. A partir de suas memórias, analisarei os motivos que levaram a criação desta tradição, bem como avaliar o impacto do evento neste processo.

Palavras-chave: Tradição; Ituporanga; Cebola; FEXPONACE.

Abstract: this article aims to address the construction process of the label of "capital of onion" in the city of Ituporanga (SC). For this, I will mobilize the category "tradition" as conceived by Eric Hobsbawm. The point of view chosen to assist this task is that of a politician and businessman, a leading figure in the creation of the National Onion Festival, which happens in the city. From his memoirs, I will analyze the reasons that led to the creation of this tradition, and to assess the impact of the event in this process.

Keywords: Tradition; Ituporanga; Onion; FEXPONACE.

Qual a importância de se pensar a tradição? Ir além. Não aceitar que as coisas são assim e sempre foram. Não necessariamente para criticar, mas para compreender as mudanças. É o que pretendo fazer aqui. Partirei da ideia de que a tradição é, como Hobsbawm diz,

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceita; Tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com o passado¹.

Mas para que haja uma continuidade, é preciso ter havido um passado para a orientar. Sim, mas basta que esse passado exista na mente das pessoas. Quer dizer, basta que as pessoas acreditem que suas práticas cotidianas estejam fundadas no passado. Se isso acontece, a

*Graduando de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ HOBBSAWN, Eric, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1984, p. 9.



Novas tradições: a criação da Capital da Cebola – Eduardo Luiz Formagi

tradição é eficaz. Dentro desta concepção, a tradição vira uma categoria bastante maleável, e o autor fala até em tradição “inventada”. Isso desnaturaliza a tradição, porque deixa claro que aquele conjunto de práticas, que parece fundada em um passado inquestionado, passou a ser utilizado a partir de determinado momento, ou seja, nem sempre foi daquele jeito.

Para ilustrar isto, uso novamente Hobsbawn: “Nada parece mais antigo e ligado a um passado imemorial do que a pompa que cerca a realeza britânica em quaisquer cerimônias públicas de que ela participe. Todavia [...], este aparato, em sua forma atual, data dos séculos XIX e XX.”¹

Não há, entretanto, nenhum tipo de fórmula ou modelo exato para analisar a criação de tradições. Em primeiro lugar, partirei do pressuposto de que este processo pode partir de grupos específicos, numa atitude calculada, ou ainda fruto de ações que esperavam tomar um rumo diferente. Quer dizer, ela pode ser criada conscientemente ou ao acaso. Também considerarei que, ainda que resultado esperado, a consolidação de uma memória tradicional em grupos de atores nunca será controlada por quem a idealizou. A criação da tradição, sob qualquer aspecto, consistirá, no máximo, em dar o “pontapé inicial”, o “tiro de largada”, sendo impossível prever quais sentidos não só algo tradicional, mas qualquer coisa no mundo social irá tomar. E isto justamente porque as pessoas não são passivas, como a própria categoria que usei deixa bem claro, elas atuam, agem e transformam as características estruturais (como as tradições, por exemplo) do mundo social que as cerca. Um autor como Giddens², por exemplo, é fundamental para o desenvolvimento deste ponto de vista, embora nem sempre use as mesmas categorias que usei acima.

Mas, voltando ao assunto, temos inúmeros casos de tradições criadas recentemente, e, muitas vezes, mais perto do que imaginamos. Peguemos as festas que foram criadas na década de 1980 em Santa Catarina, para dar novas opções turísticas para o estado, além das praias do litoral. Wolff & Flores³ citam algumas festas que lembraram a herança alemã do estado. Além da Oktoberfest, pesquisada pelas autoras neste artigo, temos também a Fenarreco, de Brusque, a Kegelfest de Rio do Sul e Fenachopp de Joinville, por exemplo. As

2 GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 3ª ed. 2009, p.29

3 FLORES, Maria Bernardete Ramos; WOLFF, Cristine Scheibe. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. *Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994/1997, p.162



Novas tradições: a criação da Capital da Cebola – Eduardo Luiz Formagi

pesquisadoras dizem que estas festas se apropriam de elementos culturais locais, passando-os por um processo de *bricolage*, ou seja, manipulando-os, excluindo alguns elementos, incorporando outros, para transformar as festas em espetáculos rentáveis.

Essas festas se apoiam em discursos sobre a germanidade. Mas há também outra lógica que orientou a criação de festas, “inventadas” mais ou menos no mesmo período, e que se notabilizam por associar culturas agrícolas (vegetais, cereais, frutas, etc) aos municípios nos quais são realizadas. Um destes casos é o da cidade de Ituporanga, localizada no Vale do Rio Itajaí do Sul, onde acontece a Festa Nacional da Cebola. O objetivo aqui é analisar alguns dos meios fundamentais para o estabelecimento deste rótulo, desta tradição, com destaque para a Festa da Cebola, realizada no município. Nesta análise, não há uma pergunta central, em minha opinião, mas uma série de perguntas que, quando respondidas, levam a outras perguntas. A primeira tarefa deste estudo é mostrar alguns exemplos do uso do rótulo Capital da Cebola. Depois, responder se o cultivo do produto tem uma longa história no município ou se é uma tradição relativamente recente. Depois, procurarei analisar o processo de criação da Festa da Cebola, e responder, por exemplo, porque a cebola foi escolhida para dar nome ao maior evento realizado pela prefeitura municipal? Considerando as limitações desta pesquisa, optei por uma conversa com o prefeito da cidade na época da expansão da festa, mais ou menos em 1985-1986, Gervásio Maciel.

A Capital Nacional da Cebola

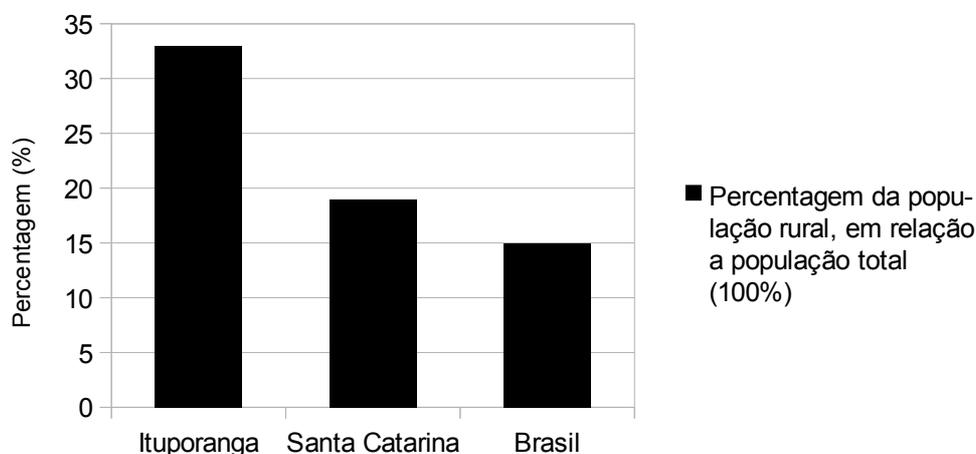
Ituporanga é uma pequena cidade, com 22.250 habitantes, distribuídos sobre 336,929 km², segundo o Censo do IBGE realizado em 2010⁴. A cidade tem um perfil bastante parecido com o das pequenas cidades espalhadas por Santa Catarina. Uma economia que, embora tenha um setor de serviços mais representativo economicamente, tem como base de sua economia a agricultura. Prova disso é que 7.418 pessoas moravam no campo em 2010, ou seja, 33% da população mora no meio rural, percentual significativamente maior do que a média de Santa Catarina, que é de 19% de população rural, e ainda maior se compararmos com a do Brasil, que era de 15% em 2010.

4 Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420850&search=santa-catarina|ituporanga>>, acessado em 01/12/2014.



Novas tradições: a criação da Capital da Cebola – Eduardo Luiz Formagi

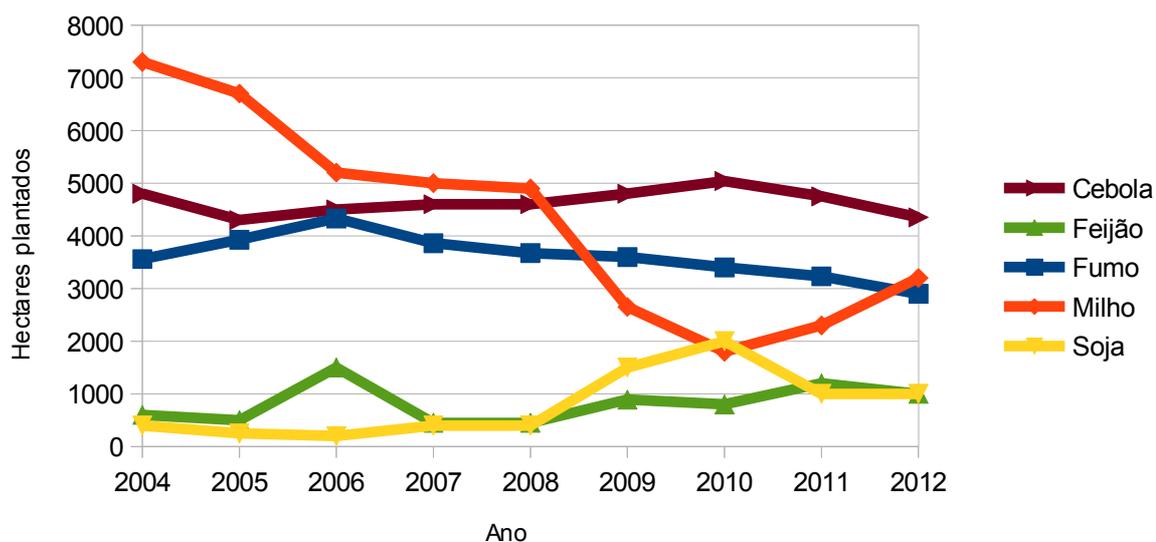
Gráfico 01: Percentagem de população residente rural



Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420850&search=santa-catarina|ituporanga>>, acessado em 01/12/2014.

Ituporanga, assim como toda a região ao seu redor, tem condições favoráveis ao cultivo de diversas espécies vegetais, não há uma destas que domine o mercado agrícola da cidade. Desde 2004, primeiro ano no qual há estatísticas do IBGE, temos estes dados:

Gráfico 02: Produção Agrícola de Ituporanga



Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420850&search=santa-catarina|ituporanga>>, acessado em 01/12/2014.



Como podemos ver aqui, a agricultura da cidade produz principalmente cebola, fumo e milho, e tem soja e feijão na sequência. Há ainda outros produtos com menor produção, como batata inglesa e trigo, por exemplo. Podemos perceber também que o milho, em 2004, tinha muito mais hectares plantados do que a cebola, mas sofreu uma queda vertiginosa nos anos seguintes, para voltar a crescer apenas em 2011. O fumo, por sua vez, teve uma subida de 2004 até 2006, quando começou a decair lentamente, até 2012, último ano no qual o IBGE disponibiliza estatísticas. A produção da cebola é notável por um aspecto: a constância no período observado. Mudou muito pouco, seja para mais ou para menos, e prova disto é que a maior diferença de hectares plantados nos anos observados é de 740, entre 2005 (4300 hectares) e 2010 (5040) hectares.

Mas, apesar dessa “liderança” da cebola de 2009 para frente, esta não ocorre com larga vantagem. O que quero dizer com tudo isto é que, embora importante, a agricultura ituporanguense não se resume à cebola. Sobre as últimas décadas do século XX, só relatos orais foram encontrados durante a pesquisa. O secretário da agricultura atual, ele próprio agricultor desde muito jovem, contou, em conversa informal, que acompanhou o início da produção de cebola na região no começo da década de 1970. A agricultura já era fundamental desde o começo da colonização do que seria Ituporanga, a vila de Salto Grande, em 1912, e só cerca de 60 anos depois o cultivo de cebola foi introduzido nas propriedades da cidade. Ou seja, é bem provável que o cultivo de cebola em grandes proporções na cidade date de meados da década de 70. Quer dizer, é razoavelmente recente, com relação ao que o comumente (ou seja, em termos de senso comum) se espera de uma atividade “tradicional”.

Mesmo com uma produção recente na cidade, a cebola foi escolhida para ter uma festa em sua homenagem pela prefeitura. Então, em 1981, aconteceu a EXPOCACE (Exposição Catarinense de Cebola), nas dependências da Igreja Matriz Santo Estevão. As três edições seguintes (1982, 1983 e 1984) ocorreram no pavilhão João Carlos Thiesen. Estas quatro primeiras edições aconteceram no centro da cidade. O “pulo do gato” do evento parece ter sido em 1985, quando já chamada de EXPONACE, a festa foi transferida para o recém-construído Parque da Cebola, afastado alguns quilômetros do centro da cidade. Desde então ela tem sido realizada lá, e se tornou muito popular, atraindo turistas de várias partes de Santa



Novas tradições: a criação da Capital da Cebola – Eduardo Luiz Formagi

Catarina e até de fora dele. A edição de 2014, por exemplo, levou cerca de 100 mil pessoas ao Parque em quatro dias de festa, segundo o *website* da Rádio Educadora AM⁵, com uma média de aproximadamente 25 mil pessoas por dia, pouco mais do que a população da cidade.

Tendo na agora Festa Nacional da Cebola seu maior evento turístico, a cidade é muitas vezes referenciada como a “A Capital Nacional da Cebola”, ou “Capital da Cebola”. Um dos três jornais da cidade, o *Vale Sul*, se define como o “caçula dos periódicos da Capital da Cebola”⁶. No *website* da festa, há uma página que fala sobre Ituporanga⁷, e o título do texto já deixa claro a tentativa de construção de identidade a partir da festa: “A Capital Nacional da Cebola”. Ao longo do mesmo, é possível encontrar esta frase: “Ituporanga, como Capital Nacional da Cebola, tem sua economia voltada para a agricultura[...]”.

Ainda sobre isto, a deputada estadual na época da 22ª Festa Nacional da Cebola (2014) Dirce Heiderscheidt⁸, natural de Ituporanga (segundo matéria da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, referenciada ao final do texto) disse, através de sua assessoria de imprensa: “Com uma produção anual de 100 mil toneladas de cebola, não é por acaso que Ituporanga, no Vale do Itajaí, é a Capital Nacional da Cebola. E a Expofeira Nacional da Cebola, que aliou cultura, gastronomia e diversão, confirmou esse título”.

Hobsbawn, no texto já citado, distingue entre dois “modelos” distintos, por assim dizer, de tradições inventadas. Segundo ele, existem tradições que são “criadas” a partir de elementos novos ou recentes, que se transformam facilmente em antigos na mente das pessoas. Também existem as que se utilizam de elementos presentes no passado, remodelando-os, transformando-os, para construir uma nova tradição a partir de elementos antigos⁹.

A Oktoberfest de Blumenau, estudada por Wolff e Flores¹⁰, certamente se encaixa nesta última categoria. Ela foi criada a partir de uma remodelagem das ideias de germanidade. No começo do século XX, alguns dos aspectos que caracterizam os discursos sobre o *deutschtum* (o espírito germânico) por parte dos periódicos teuto-brasileiros, analisados por

5 Disponível em <<http://www.educadora.am.br/noticia/festa-nacional-da-cebola-atraiu-cerca-de-100-mil-visitantes/>>, acessado em 30/10/2014.

6 Disponível em <<http://www.jornalvalesul.com/site/quemsomos>>, acessado em 30/10/2014.

7 Disponível em <<http://www.festanacionaldacebola.com.br/ituporanga.html>>, acessado em 30/10/2014.

8 Disponível em <http://agenciaal.ale.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dirce-afirma-que-feira-nacional-da-cebola-confirma-titulo-de-capital-da-ceb>, acessado em 30/10/2014.

9 HOBBSAWN, Eric, RANGER, Terence. *Op. Cit.*, p.13-14.

10 FLORES, Maria Bernardete Ramos; WOLFF, Cristine Scheibe. *Op. Cit.*, 1994, p. 209-219



Novas tradições: a criação da Capital da Cebola – Eduardo Luiz Formagi Seyferth¹¹, defendiam manifestações germânicas como o uso do idioma alemão, e realizavam uma discussão a respeito das ideias de cultura nacional e cidadania, por exemplo. Quer dizer, havia, segundo os estudos da autora, no Vale do Itajaí, um grupo étnico germanista, e, portanto, uma identidade étnica muito importante no cotidiano das pessoas. Na década de 1980, a germanidade propagada é muito diferente. Ela ainda conserva o uso do idioma alemão, embora em escala muito menor, e divulga o caráter trabalhador do povo alemão. Mas esta volta às origens reveste a germanidade com um caráter lúdico, com o consumo de bebidas e comidas supostamente típicas, e as danças regadas a músicas alemãs.

Mas, como já disse anteriormente, a Festa da Cebola é um pouco diferente. Além de não ser baseada na ideia de *deutschtum* (embora Ituporanga tenha tido colonizadores de descendência alemã), ela se apropria de um elemento recente (a produção de cebola), sem evocar nada que remeta ao passado da cidade. Ou seja, ela foi uma invenção que vincula algo recente na cidade a própria identidade da cidade (Capital da Cebola). Temos de ter em mente estas particularidades, para não cometer enganos ao comparar o caso de Ituporanga com o caso de Blumenau, por exemplo, do qual há muitos estudos, que demonstram uma tradição pensada de maneira diferente.

Como mostrei antes, o grande salto que proporcionou o crescimento da festa foi quando ela deixou de ser EXPOCACE e virou EXPONACE, mudando para um parque muito maior, construído principalmente para a realização da festa. Essa mudança aconteceu durante o governo de Gervásio Maciel. O ex-prefeito parece ter sido muito importante para o crescimento do evento, haja vista que até meados de 2014 o parque onde a festa é realizada se chamava “Parque Nacional da Cebola Prefeito Gervásio José Maciel”, e o nome foi retirado apenas por uma lei que impede que locais públicos tenham nomes de pessoas vivas atribuídos a suas denominações¹². Não parece haver ninguém melhor do que este cidadão ituporanguense para dar respostas sobre o processo de criação e consolidação da festa.

Construindo a terra do “coração”

11 SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 214-220.

12 Disponível em <<http://www.rbatv.com.br/noticia-jr/parque-da-cebola-perde-nome-de-gervasio-jose-maciel-9446>>, acessado em 30/10/2014.



Gervásio José Maciel não nasceu em Ituporanga, mas sim em Florianópolis, e chegou muito novo, em 1944, ao que naquela época era Salto Grande, ainda um distrito, e não um município, o que viria a acontecer em 1949. Apesar disto, o entrevistado afirma que é “ituporanguense de coração”, procurando demonstrar uma ligação afetiva com a Capital da Cebola. Segundo ele mesmo, é descendente de alemães, por parte de pai, e de açorianos e indígenas por parte de mãe. Devido as minhas intenções, nos limites deste artigo, não narrarei a história da vida do ex-prefeito, preferindo, ao invés disto, me ater no que ele tem a dizer a respeito da Festa da Cebola e do rótulo de Capital Nacional da Cebola. O que cabe dizer aqui é que ele foi prefeito de Ituporanga de 1983 a 1989, mas, segundo ele mesmo, participou de decisões do governo municipal antes e depois. Ainda hoje, o agora empresário participa ativamente das atividades do partido político do qual é membro.

Dividirei a conversa com o ex-prefeito de Ituporanga em dois tópicos. Primeiro, tratarei da criação e consolidação da EXPONACE. Depois, os motivos pelos quais a festa foi criada, seguida de uma interpretação destes. Por último, as estratégias de divulgação do evento adotadas em seus primórdios.

As conversas sobre a realização de uma festa no município já existiam, segundo o entrevistado, desde o governo municipal de Antônio Vandresen (1973-1977), no qual trabalhou como assessor. Dá-se a entender, segundo o discurso registrado na entrevista, que a cebola já era, nesta época, a cultura agrícola que daria nome a festa. Depois disto, Gervásio Maciel foi candidato a deputado estadual, mas foi derrotado. Nos anos seguintes, quando Leo Muller teve seu primeiro mandato a frente da prefeitura municipal (1977-1983), ele foi convidado para assumir a direção da 1ª EXPOCACE, que foi um grande sucesso. Aqui, o entrevistado diz que “construiu” o pavilhão João Carlos Thiesen (são recorrentes os momentos nos quais ele reivindica a autoria de alguma obra na cidade, seja para ele apenas ou para um “nós”, que ele não diz a quem se refere), onde foram realizadas as três edições seguintes. Em 1983, ele é eleito prefeito da cidade, num mandato que foi até 1989, e que, segundo ele mesmo, trouxe significativas mudanças para a cidade. Com relação a meu objeto de estudo, duas mudanças são significativas. Primeiro, é criada em 1984 a estação experimental da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) em Ituporanga. O órgão, que na época se chamava ACARESC, dedicava-se (como o



Novas tradições: a criação da Capital da Cebola – Eduardo Luiz Formagi
próprio nome diz) a pesquisas envolvendo os principais produtos agrícolas da região. Segundo o ex-prefeito, hoje a cidade é um referência nas pesquisas envolvendo a cebola, tendo inclusive algumas variedades da planta nativas da própria cidade, resultado direto das pesquisas da EPAGRI¹³.

A outra mudança significativa foi a já comentada mudança para o parque afastado do centro urbano do município. Para isto, foi necessário que se desapropriasse um grande terreno, e isto gerou uma grande dívida para a Prefeitura Municipal. Segundo o entrevistado, a festa foi um sucesso gigantesco, gerando cinco vezes mais de lucro do que todo o faturamento da administração municipal durante um ano. Não parecia haver, aqui, uma associação entre a cultura da cebola e o município que justificasse a realização do evento. Quando questionado sobre o porque da escolha da cebola, o ex-prefeito deu uma resposta muito pouco convincente. Ele citou a presença da EPAGRI, mas, como mostrado, a estação experimental só chegou ao município em 1984, e, naquele momento, a Exposição Catarinense de Cebola já havia acontecido. Num momento diferente, ele cita que Ituporanga já foi referência na produção de batata e pecuária suína, o que só comprova a ideia de que a vinculação da cidade como produtora de cebola começa com a festa, aproveitando a aparente ascensão do produto na agricultura municipal no período anterior a realização da festa¹⁴.

Então, era necessária uma propaganda agressiva para que ela tivesse o sucesso esperado. Sobre isto, Gervásio Maciel disse que “mandou” para o Estado inteiro bilhetes da rifa da festa, distribuindo-os entre gerentes de banco, presidentes de sindicato, delegados, etc (o entrevistado não especifica outros atores), os quais ganhariam 20% dos bilhetes que vendessem. Mas, ele afirmou que a exceção eram procuradores e juizes, sem afirmar, contudo, o motivo disto. Um dos prêmios da rifa era um caminhão carregado de cebola, que, segundo o ex-prefeito, foi uma ideia que surgiu para dar “sustentação” à festa. Outro elemento tratado como fundamental para explicar o sucesso, e até mesmo os objetivos do evento, foram os artistas que foram se apresentar lá, muitos deles de reputação nacional. Quando indagado sobre a idealização do rótulo de “capital da cebola”, o entrevistado simplesmente não se preocupou nem proferiu grandes falas, como fizera anteriormente. Ele apenas disse que já

13 MACIEL, Gervásio José. Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi. Ituporanga, 21 de novembro de 2014.

14 MACIEL, Gervásio José. Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi. Ituporanga, 21 de novembro de 2014.



Novas tradições: a criação da Capital da Cebola – Eduardo Luiz Formagi
existia esta vinculação nas três primeiras edições da festa, quando ela era menor, e que isso foi um meio de “valorizar” a festa, sem, contudo, entrar em detalhes a este respeito. Sem citar outras ações de marketing, ele disse que “não houve em Santa Catarina, e até mesmo no Brasil, quem não soubesse da Festa da Cebola¹⁵”.

Considerações finais

Num certo sentido, a conversa com o ex-prefeito ituporanguense foi muito direta, sem muitos detalhes, tão importantes, seja para a prática historiográfica ou sociológica. Foi um tanto quanto difícil conseguir contatar o entrevistado, porque ele passa pouco tempo na sua empresa, único lugar onde parecia possível encontrá-lo. Mas, quando ficou sabendo da minha intenção, Gervásio Maciel atendeu prontamente, concedendo a entrevista no seu escritório. A conversa foi bastante tranquila, com poucas interrupções, e, como ex-prefeito e pessoa envolvida na política regional (o que foi considerado na análise dos dados), ele tinha muito a falar, e não tive que me preocupar muito em fazer perguntas específicas, pois ele as respondia antes mesmo que eu as fizesse. Logo, apesar da falta de alguns detalhes que poderiam tornar a entrevista ainda mais “rica”, podemos chegar a algumas conclusões, juntamente com as outras etapas da pesquisa, sobre a criação desta associação entre a cebola (e o seu cultivo) e Ituporanga.

Primeiro, parece claro que esta associação, hoje, tem um caráter tradicional. Ou seja, ela é mais do que um produto da agricultura municipal, ela é tratada como o produto municipal por excelência, ainda que os dados relativos à produção agrícola municipal anteriormente mostrem que a ela não é hegemônica, como o rótulo de “Capital da Cebola” parece supor.

Uma das maiores preocupações foi verificar em que momento a produção de cebola se tornou suficientemente relevante para ser identificada como o principal produto municipal. Não é possível demonstrar uma conclusão através de dados estatísticos, devido a falta destes anteriores ao ano de 2004, mas em dois relatos- do secretário da agricultura em 2014, mencionado anteriormente, e de nosso entrevistado, ex-prefeito da cidade ¹⁶- de que o cultivo

15 MACIEL, Gervásio José. Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi. Ituporanga, 21 de novembro de 2014.

16 MACIEL, Gervásio José. Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi. Ituporanga, 21 de novembro de



Novas tradições: a criação da Capital da Cebola – Eduardo Luiz Formagi
da cebola começou na cidade no começo da década de 70, o que nos remete a uma tradição que se apropria de elementos de um passado muito recente.

Como mostrado antes, a associação entre a cebola e o município ganha força com a festa. Porque era necessário algo que se desse nome a ela. O objetivo sempre foi o sucesso do evento, e não o fortalecimento da “Capital da Cebola”. Esse título não parece ter sido prioridade. Como dito anteriormente, não se pode controlar por inteiro os rumos de nada que envolva relações sociais. Ituporanga parece ter virado a cidade da cebola em parte pelas ações planejadas que levaram a criação da EXPOCACE (hoje FEXPONACE), em parte por uma cadeia de acontecimentos praticamente impossível de ser rastreada ou controlada.

Mas qual seriam os objetivos que o evento deveria alcançar? O primeiro e- a fala de nosso entrevistado sugere- principal motivo para sua realização foi a atração de compradores de cebola para a cidade. Quer dizer, havia uma grande produção de cebola, mas não haviam empresas que comprassem e negociassem o produto na cidade em número suficiente. Ou seja, intenção era consolidar o cultivo da cebola no município¹⁷. Essa preocupação com elementos econômicos é evidenciada quando o sucesso financeiro da primeira EXPONACE é destacado pelo ex-prefeito. Ele fez questão de fornecer uma ideia do lucro que a edição nacional da Exposição de Cebola proporcionou. Como um político atuante no cenário regional, Gervásio Maciel fez questão de citar vários motivos, dizendo que deu importância a “todos” em seu governo. Mas o único no qual ele parecia realmente ter conhecimento eram os motivos econômicos. De fato, a festa foi e continua sendo um enorme sucesso, levando milhares de pessoas ao Parque da Cebola, o que mostra que os idealizadores alcançaram seus objetivos principais, como o de consolidar o cultivo do produto no município.

Visto sob esta ótica, o processo de criação e consolidação da FEXPONACE guarda algumas semelhanças com a Oktoberfest, citada anteriormente. Flores e Wolff¹⁸, assim como Frotscher¹⁹, mostram que a festa de Blumenau foi criada tendo em vista, principalmente, ter o turismo como alternativa para a “reconstrução” da cidade após a enchente de 1983. Porém,

2014.

17 MACIEL, Gervásio José. Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi. Ituporanga, 21 de novembro de 2014.

18 FLORES, Maria Bernardete Ramos; WOLFF, Cristine Scheibe. *Op. Cit.*, p. 215-216

19 FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: memória, identidade e poder. In: FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri. (org.) *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000, p. 198-202



Novas tradições: a criação da Capital da Cebola – Eduardo Luiz Formagi em Ituporanga, o meio foi diferente, o que nos remete novamente a Hobsbawn²⁰, caracterizando este último caso como uma tradição que foi criada apropriando-se de elementos novos, diferente da primeira, que apela ao passado. Ainda assim, há um ponto em comum: as duas festas visam o lucro. Seja de forma direta, como o evento de Blumenau, ou de forma indireta, com a Festa da Cebola.

A pesquisa que aqui desenvolvi só mostra que nosso evento se inseriu num movimento comum em toda Santa Catarina, de ver as festas municipais como interessantes alternativas de fontes de renda, embora tenham sido desenvolvidas de maneiras distintas, geralmente usando ou da memória da imigração européia, ou de produtos agrícolas municipais. Mas isto não significa, é claro, que este assunto está encerrado. Ainda há muitas coisas a serem ditas a respeito destas festas que proliferaram a partir da década de 1980, porquê, elas, na prática, representam muito mais do que um meio de gerar lucro, podendo ser, por exemplo, como mostramos aqui, uma maneira de criar tradições em âmbito municipal.

Referências

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: memória, identidade e poder. In: FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri. (org.) *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; WOLFF, Cristine Scheibe. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. *Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; WOLFF, Cristine Scheibe. Imagens Que Não se Apagam: representações de gêneros na Oktoberfest. *Proj. História*, São Paulo, (14), fev. 1997.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 3ª ed. 2009.

MACIEL, Gervásio José. Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi. Ituporanga, 21 de

20 HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *Op. Cit.*, p.13-14.



Novas tradições: a criação da Capital da Cebola – Eduardo Luiz Formagi
novembro de 2014.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

Recebido em 30 de outubro de 2014

Aceito para publicação em 31 de março de 2015



Enchente de 1983: discursos do Governador Esperidião Amin, com base no jornal “O Estado” de Santa Catarina

Cristhina Boni Lavratti¹

cristhina21@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar os pronunciamentos do Governador do Estado de Santa Catarina, Espiridião Amin, com relação às enchentes que ocorreram em Santa Catarina no ano de 1983. Assim como, irá buscar compreender a dimensão que foi dada à cidade de Blumenau, frente às outras que sofreram o mesmo desastre, no mesmo período. Isto é, este artigo terá como objetivo principal compreender a forma como é trabalhada a política e a politicagem no jornal “O Estado” de Santa Catarina.

Palavras-Chave: Desastres Ambientais. Políticas Públicas. Pronunciamentos.

Abstract: This work aims to analyze the pronouncements of the Governor of the State of Santa Catarina, Espiridião Amin, regarding the flooding that occurred in Santa Catarina in 1983. Namely, will seek to understand the dimension that was given to the city of Blumenau, front to others that suffered the same disaster, in the same period. Namely, this article will primarily aim to understand how is crafted policy and politicking in the newspaper "O Estado" of Santa Catarina.

Keywords: Environmental Disasters. Public Policy. Pronouncements.

As enchentes que ocorreram em julho 1983 trouxeram muita agitação no Estado de Santa Catarina, tanto para a população atingida, quanto para os políticos que tinham o dever de atender a todas as necessidades. Neste contexto, percebe-se que as publicações do jornal O Estado faziam coro aos pronunciamentos do grupo político no poder.

Em 1983, havia 199 municípios em Santa Catarina, desses em torno de 162 declararam o estado de calamidade pública². Mais de 200 mil pessoas foram desabrigadas por conta das

1 Graduanda no curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: cristhina21@hotmail.com. O texto foi enviado para a revista em 16/04/2014 .

2 FRAGA, Nilson Cesar. Enchentes urbanas no Vale do Itajaí, Brasil. 25 anos da enchente catástrofe de 1983 – reflexos socioambientais e culturais no século XXI. In: XII Encuentro de Geógrafos da América Latina – Caminando a una América Latina en Transformación, 2009, Montevideo, Uruguay. Anais do 12 EGAL. Montevideo, Uruguay: Editora Universidad de la República, 2009. v. 1. Página 07.



enchentes³, provocadas pelas fortes chuvas e o transbordamento dos rios, como por exemplo, o rio Itajaí-Açu que subiu 15 metros à cima do seu normal⁴. Por conta disto o Governador Esperidião Amin almejava mostrar que orientava muitas ações de ajuda aos flagelados e enviou telegramas para o Presidente da República João Figueiredo e outros Estados brasileiros relatando a situação e fazendo apelos no sentido de que fossem providenciadas medidas imediatas, principalmente na parte de socorro, remédios e alimentos.⁵ Neste sentido os municípios atingidos se encontravam em uma situação calamitosa e o Estado de Santa Catarina precisava do apoio dos recursos nacionais para reconstruir o que havia sido destruído pelas águas.

O jornal noticia com base em seus interesses e dos políticos que o favorecem, portanto muito do que é dito em relação à ajuda que os atingidos receberam – como, por exemplo, a LBA (Legião Brasileira de Assistência) com a campanha SOS-SUL⁶ –, não é repassada para todos os municípios com urgência, e sim para aqueles que se tem mais conveniência. Desta forma, as notícias buscavam mostrar a imagem de um atuante Governador, como as inúmeras viagens que realizou nas zonas do desastre, os auxílios que prestou, ou até mesmo sua prestativa esposa, Ângela Amin, nas suas voluntárias ajudas aos flagelados. As ações e a imagem do líder, em diversos momentos, ganhavam mais destaque que o próprio cenário de calamidade.

Com as análises do periódico nota-se que este jornal, em específico, muitas vezes busca desenvolver suas notícias através dos discursos dos políticos, com os quais a linha editorial do periódico está atrelada. Neste sentido, as publicações almejavam evidenciar o caráter ordeiro e trabalhador de um estado que continuaria nos trilhos do progresso.

Desastres ambientais

Para compreender os desastres ambientais, primeiramente precisamos compreender

3 Idem.

4 SCHIESTL, Saraga. Enchente em Santa Catarina: tragédia no Estado completa 30 anos. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/84641-enchente-de-1983-tragedia-natural-em-santa-catarina.html>. Acesso: 12/04/2014 às 09h52min.

5 Esperidião apela em carta ao Presidente da República. *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1983, p. 03.

6 LBA lança campanha pelos catarinenses. *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1983, p. 02.



que são originados dos ditos desastres naturais que sempre ocorreram e sempre vão ocorrer, pois fazem parte da natureza, são eventos que não são planejados, e não podem ser controlados. No entanto, muitas vezes estes desastres ocorrem em locais onde vivem pessoas, e por isto o governo tem a obrigação de proteger, auxiliar e atender as mesmas, pois é de sua responsabilidade. Porém, como muitas vezes não é previsto, a responsabilidade do governo se torna ainda maior, para retirar as pessoas dos locais, buscar por auxílio e reconstruir a(s) cidade(s).

Segundo o Ministério Da Integração Nacional a Instrução Normativa Nº 01, De 24 De Agosto De 2012 estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou calamidade pública:

Art. 2º A situação de emergência ou o estado de calamidade pública serão declarados mediante decreto do Prefeito Municipal, do Governador do Estado ou do Governador do Distrito Federal.

§ 1º A decretação se dará quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial, que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas⁷.

Então, podemos compreender por desastres ambientais como sendo fenômenos socioambientais que podem ser caracterizados pela disposição indesejável do cotidiano de um determinado lugar, que provoca danos humanos, materiais e ambientais. “Na Sociologia dos Desastres o conceito está atrelado fundamentalmente (a) a um acontecimento trágico, b) a elementos físicos que sofrem gradações de destruição e (c) a um contexto social”⁸.

Os desastres ambientais ocorrem por um acaso e a despreocupação do governo quanto ao meio ambiente. As cidades urbanas são muitas vezes levantadas de qualquer forma, sem qualquer planejamento: é preciso a destruição de árvores, rios, etc., para acomodar a sociedade que não se preocupa com a forma como o ambiente reage em tais localidades, e também por serem feitas de forma desregular, são simplesmente um aglomerado de

7 Ministério Da Integração Nacional. Instrução Normativa Nº 01, De 24 De Agosto De 2012.

8 VALENCIO, Norma; VALENCIO, Alceu. O processo de vulnerabilização de populações inseridas à jusante de barragens no Brasil: apontamentos sociológicos para catástrofes anunciadas. In: V Encontro da ANPPAS, 2010, Florianópolis. Anais da ANPPAS. Florianópolis: ANPPAS, 2010. v. 1. p. 1-15. Página 02.



construções que quando acontece um desastre se torna grande e impactante que é praticamente inevitável.

Política de governança

Em julho de 1983 ocorreram no estado de Santa Catarina enchentes que foram provocadas pelas fortes chuvas e transbordamento dos rios, estas trouxeram muita agitação no Estado, tanto para a população atingida, quanto para os políticos que tinham o dever de atender a todas as necessidades da população, já que por volta de 162, dos 199 municípios de Santa Catarina declararam estado de calamidade pública, e mais de 200 mil pessoas foram desabrigadas⁹. Neste período ficou a cargo do então governador Esperidião Amin atender a todos os municípios atingidos.

O jornal “O Estado”, mais antigo e influente da época em Santa Catarina, foi importante por trazer informações diárias de tudo o que estava ocorrendo em grande parte dos municípios catarinenses, com abundante capacidade de produzir as reportagens, pois dispunha de equipes de jornalistas que cobriam todos os acontecimentos importantes e transmitiam para o estado através do jornal. Inclusive o jornal teve grande influência na eleição de Esperidião Amin a governador do Estado de Santa Catarina, iniciando seu mandato em 15 de março de 1983, pelos diários discursos relativos à sua pessoa. Basta abrir o jornal, neste período, para se perceber que em todas as publicações são expostas páginas completas sobre o candidato a Governador e suas tarefas diárias em prol da sociedade. Lê-se no jornal “O Estado” do dia 07 de outubro de 1982: “De todos os candidatos ao governo do Estado, o Sr. Esperidião Amin tem sido único a prestar contas periodicamente de seus atos e de seus propósitos”. Percebemos que as publicações do jornal faziam coro aos pronunciamentos do grupo político no poder, pois segundo Remy Fontana esta “afirmação [é] incorreta como podem atestar os que acompanharam o processo eleitoral”¹⁰.

9 FRAGA, Nilson Cesar. Enchentes urbanas no Vale do Itajaí, Brasil. 25 anos da enchente catástrofe de 1983 - reflexos socioambientais e culturais no século XXI. In: XII Encuentro de Geógrafos da América Latina - Caminando a una América Latina en Transformación, 2009, Montevideo, Uruguay. Anais do 12 EGAL. Montevideo, Uruguay: Editora Universidad de la República, 2009. v. 1. p. 1-19. Página 07.

10 FONTANA, Remy. Governo Amin – um voto de desconfiança - “a opção pelos pequenos” como meio de realizar a política dos grandes. *Revista de Ciências Humanas/UFSC*. v. 2. n.3. P 16-51, Florianópolis, 1982. p.



Conforme afirma o autor Remy Fontana, a política do governador Esperidião Amin, além de inovar e renovar consistia em uma fórmula considerada fundamental: a “Opção pelos Pequenos”, ou seja, não passava de propaganda política durante a campanha e proposta de integração e amparo, pois “pequenos” não formam uma categoria social, nem um conceito sociológico, por isso,

A estratégia é clara: tratar forças sociais heterogêneas com a mesma designação, uniformizando-as no discurso, tornando-as indiferenciadas, visa massificá-las, dissimular seus contornos para integrá-las, sob a égide de um centralismo pretensamente iluminado, paternalista e autoritário. Numa palavra visa-se integrar, via ação estatal, para consolidar o ancestral domínio, sob as novas roupagens da inovação e da renovação¹¹.

Durante a ocorrência das enchentes o Governador Esperidião Amin almejava mostrar que orientava muitas ações de ajuda aos flagelados e enviou, inclusive, telegramas para Brasília e outros Estados brasileiros relatando a situação e fazendo apelos no sentido de que fossem providenciadas medidas imediatas, principalmente na parte de socorro, remédios e alimentos. Neste sentido os municípios atingidos se encontravam em uma situação calamitosa e o Estado de Santa Catarina precisava do apoio dos recursos nacionais para reconstruir o que havia sido destruído pelas águas.

Com o Estado semi-destruído — 80 mil desabrigados, 14 mortos, mil casas destruídas, 110 dos 199 municípios em estado de calamidade pública, 50 incomunicáveis e 44 sem água — o Governo resolveu pedir a intervenção de Brasília, baseado na Constituição Federal. É a maior enchente da história de Santa Catarina: Blumenau (foto acima) está dividida em oito “ilhas” com água 16 metros acima de nível; em Itajaí, famílias e rebanhos de gado estão sobre a BR-101 sem ter para onde ir e o tráfego foi interrompido ontem à noite; os pilotos de helicópteros carregam alimentos e remédios para Interior — Oeste, Planalto e Vale do Itajaí — contam que os rios estão represados e não dão vazão por causa da maré alta. (Páginas 4, 6 7 e 8)¹².

Baseado no artigo 155, da Constituição Federal, o Governo do Estado, em telex enviado no final da tarde de ontem ao Palácio do Planalto, solicita ao Presidente João Figueiredo a decretação de medidas urgentes e necessárias

17.

11 Idem, página 30-31.

12 80 mil desabrigados. Amim apela a Brasília. *O Estado*, Florianópolis, 10 de julho de 1983, p. 01.



em face do estado de calamidade pública em que encontra a maioria dos Municípios Catarinenses¹³.

Amin afirmava que a recuperação assim que as águas baixaram foi penosa, por isso precisavam do Governo Federal que tinha o dever de prestar ajuda a Santa Catarina. Dizia que o estado, por injusta tradição, não recebia ajuda neste âmbito, apesar de ser um estado que oferecesse grande contribuição para o desenvolvimento nacional. “Temos sabido suportar nossas dificuldades com dignidade, mas não com conformismo”¹⁴. O estado necessitava de abastecimento de alimentos, bebidas, vestimentas, e até mesmo gasolina:

Dona Angela Amin, ciente de que é muito difícil impor uma condição para os postos venderem gasolina e outros combustíveis só para quem participa da campanha em prol dos desabrigados, fez um apelo pessoal: “que as pessoas, os motoristas, pensem antes de ir abastecer seu veículo no fim de semana. O façam só mesmo se forem levar a outras cidades ou bairros donativos aos flagelados. Quem não está diretamente ligado à campanha, que espere a segunda-feira para abastecer seu carro. É preciso essa conscientização por parte de todos os catarinenses”¹⁵.

Algumas colunas do jornal trazem publicações voltadas aos interesses do governador e de sua esposa Ângela Amin em levar auxílio aos flagelados, e muitas vezes outros comunicados com intenção de apoio.

COMUNICADO

O Governo do Estado através da Sra. Angela Amin, Presidente da LADESC, informa que todas as agências do BESC em nosso Estado estarão recebendo contribuições e donativos a serem distribuídos aos necessitados, para crédito da conta “LADESC – Conta Enchentes”. As agências da Grande Florianópolis farão plantão, no horário de expediente normal, durante todo o dia de sábado e domingo, exclusivamente para esta finalidade.¹⁶

Milhares de catarinenses vivem nesta hora momentos de angústia e de dor. O flagelo das inundações são tem poupado homens, mulheres e crianças que, como você, com trabalho e sacrifício, ajudam a construir um futuro melhor para este País.

13 Governo do Estado pede a intervenção de Brasília. *O Estado*, Florianópolis, 10 de julho de 1983, p. 06.

14 Tragédia Catarinense. *O Estado*, Florianópolis, 10 de julho de 1983, p. 04.

15 Postos vão abastecer, mas evitando abusos. *O Estado*, Florianópolis, 10 de julho de 1983, p. 07.

16 80 mil desabrigados. Amim apela a Brasília. *O Estado*, Florianópolis, 10 de julho de 1983, p. 01.



Você, que não foi diretamente atingido pela tragédia, tem um dever de solidariedade para com seus irmãos do Norte, do Oeste, do Vale do Rio do Peixe e do Vale do Itajaí. Estenda sua mão. Contribua, com aquilo que lhe for possível, com as campanhas que foram lançadas em todo o Estado para auxiliar as vítimas das cheias. Sua ajuda é valiosa. Seus irmãos precisam de você¹⁷.

Os discursos do Governador diante da população em calamidade mostravam seu interesse em ajudá-los a se reerguer e o quanto necessitavam da ajuda de outros Estados e principalmente do suporte do âmbito federal, como por exemplo esta carta enviada, em 12 de julho de 1983, ao Presidente da República João Figueiredo:

Nesta hora difícil, eu gostaria de fazer o que os catarinenses sempre fizeram ao longo de sua história: oferecer trabalho e ajuda ao Brasil, mas estamos com 2/3 do nosso setor produtivo inteiramente paralisados. As regiões acima referidas são responsáveis por 75% da nossa produção e da nossa capacidade de geração de tributos. Vamos, pois, precisar de sua ajuda, aqui e agora, e nos próximos tempos¹⁸.

Ainda no dia 12 de julho de 1983 o jornal noticiou que o Presidente garantiu ajuda ao estado e confiou a Mario Andreazza, Ministro do Interior, a coordenação desta ação:

Preocupado com a extensão da calamidade que neste momento atinge o povo catarinense, quero comunicar a V. Excia que determinei a mobilização de todos os meios e recursos do Governo Federal para ajudar este Estado. Conferi ao Ministro Mário Andreazza a coordenação desta ação conjunta que envolve a participação imediata de serviços de todos os Ministérios. Ele estará em contato permanente com V. Excia para tudo o que estiver ao nosso alcance. Peço a V. Excia dizer aos catarinenses que terão todo o meu apoio e o auxílio federal, não só agora, para enfrentar suas dificuldades, mas também para reconstrução tão logo seja possível. Cordialmente, João Figueiredo¹⁹.

O “Ministro do Interior, Mário Andreazza, garantiu ao Governador Esperidião Amin que não haverá limite de recursos do Governo Federal para as operações de emergência durante as cheias que atingiram grande parte do Estado.” Houve repasse em dinheiro para a

17 Estenda sua mão. *O Estado*, Florianópolis, 10 de julho de 1983, p. 11.

18 Esperidião apela em carta ao Presidente da República. *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1983, p. 03.

19 Figueiredo telegrafa garantindo ajuda. *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1983, p. 02.



compra de medicamentos, de carros-pipa, aluguel de helicópteros e outros meios para ajudar no resgate e limpeza das cidades. Assim como uma linha de crédito especial junto à Caixa Econômica Federal que auxilia a “particulares” a recomprem suas casas que foram atingidas pelas águas, entre Cr\$ 500 mil e Cr\$ 2 milhões por família²⁰.

Estas atitudes, vistas no jornal “O Estado”, de um Governador que presta ajuda ao povo – com fotografias e pronunciamentos de auxílio – são desmascaradas pela simples razão de que todas as famílias que sofreram com o desastre passaram anos nestas situações de calamidade até se reerguer, praticamente por conta própria. Muito se vê no jornal sobre auxílio de outros estados e até mesmo do exterior

É grande a movimentação nos postos de recolhimento de donativos para as vítimas das enchentes em Santa Catarina, instalados no Terminal Rita Maria e na Celesc, coordenados, respectivamente, pela Emcater-Ladesc e pela Associação dos Funcionários da Celesc (Abecelesc) com a participação da Cruz Vermelha.

Funcionando ininterruptamente, desde sexta-feira passada os dois postos já haviam remetido até a noite de ontem cerca de 30 caminhões e outros veículos carregados de alimentos, roupas, água potável, remédios, cobertores e acolchoados. [...]

DO EXTERIOR

Mil fardas de roupas, com 60 kilos cada um, foram oferecidos ao Governo do Estado pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. Só que essa grande quantidade de agasalhos se encontra nos Estados Unidos, sede mundial da Igreja mas a tarde, o Governador Esperidião Amin recebeu da Varig o oferecimento para transportar esse material nos seus vôos internacionais. Esses agasalhos, segundo o Diretor de Assistência Social da Igreja, são de excelente qualidade, grande parte de cobertores.

Além dessa grande quantidade de agasalhos, a Igreja Adventista do Sétimo Dia está colaborando com medicamentos e alimentos para serem enviados para os flagelados com as enchentes²¹.

Assim há de se estranhar quando lemos discursos como de Dalto dos Reis, o Prefeito da cidade de Blumenau – uma das cidades atingidas que recebeu mais auxílio – quando anuncia que não recebe ajuda do Estado:

20 Andrezza garante a SC recursos sem limite. *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1983, p. 03.

21 Toneladas de donativos são enviadas para todo o Estado. *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1983. p. 05.



Dois golpes de uma só vez lançam ao chão todos os projetos que tínhamos sonhado realizar em 1983. Nossa situação diante de tão graves problemas é delicada e por isso apelo para a compreensão, porque mesmo abatidos por duas calamidades, março e maio, ninguém do governo Estadual e Federal nos estendeu a mão, a não ser para jogar migalhas²².

Segundo Zimmermann, outras cidades do estado também foram atingidas com tamanha intensidade e não receberam tanta atenção quanto Blumenau que ainda é associada quase que exclusivamente a enchente de 1983. As diversas propagandas direcionadas a esta cidade nos faz compreender este enfoque. Frotscher argumenta que o turismo surgia como opção para o revigoramento da cidade, ou seja, os blumenauenses utilizaram-se da cultura alemã, herança dos imigrantes que fundaram a cidade, para fazer propaganda de um povo trabalhador, e principalmente, é desse processo que desemboca a realização da primeira Oktoberfest, a maior festa do Chopp do Brasil, em 1984, e assim se investe na divulgação de Blumenau como a “cidade alemã”, a cidade que “valia a pena visitar”²³.

Podemos observar com base no próprio jornal que muitas outras cidades do estado sofreram e precisavam de auxílio tanto quanto Blumenau. Segue exemplos de algumas dentre muitas outras que foram ou não noticiadas:

Caçador — O Prefeito desta cidade, Onélio Menta, decretou ontem estado de calamidade pública e considerou que esta é a maior enchente no município e também no Vale do Rio do Peixe. O rio atingiu ontem no final da tarde, 5 metros acima do nível interrompendo, em parte, o serviço telefônico, o total abastecimento de água e fazendo 4 mil desabrigados, além de cobrir 30 por cento da área urbana²⁴.

As águas do rio do Peixe subiram desde Caçador, até Capinzal, destruindo com a cidade e seus patrimônios e deixando toda a população do Vale do rio do Peixe em alerta e muitos desabrigados. “O Rio do Peixe atingiu toda a cidade, subindo 13 metros acima de seu

22 ZIMMERMANN, Keith Damas. As enchentes de 1983 em Santa Catarina: as cidades atingidas, porém esquecidas. *Revista Santa Catarina em História*, v. 5, n. 2, p. 137-141, Florianópolis, 2011. p. 140.

23 FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: identidade, memória e poder. In: Méri Frotscher; Cristina Ferreira. (Org.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. 1ed. Blumenau: Nova Letra, 2000. Página 187.

24 Calamidade Pública em Caçador. *O Estado*, Florianópolis, 8 de julho de 1983, p. 8.



nível normal”²⁵. No entanto, o próprio jornal expressava pensamentos de que Blumenau necessitava mais que os outros municípios, por exemplo, quando se refere a Brusque, diz que famílias tiveram que ser removida de suas casas já que o rio Itajaí-Mirim atingiu seis metros, mas que “Mesmo assim, a Cidade, ainda está em melhores condições do que Blumenau e, por isso a Ação Social Paroquial e o Clube de Diretores Lojistas estão promovendo uma campanha de solidariedade a Blumenau. Pelo menos 20 postos de recolhimento de alimentos, roupas e remédios foram espalhados por toda a cidade”²⁶.

Muito do que é escrito sobre a história da enchente relacionada com a cidade de Blumenau, traz um ponto de vista romantizado, ou seja, trata do povo que perdeu tudo, mas que ainda assim não esmorece. O que não deixa de ser verdade, já que, através de algumas fotos da época, percebemos que Blumenau se transformou em ilhas, as águas levaram casas, fábricas, plantações, vidas, praticamente tudo. Mas como sabemos Blumenau não foi a única cidade catarinense nesta situação. E segundo o que é escrito e dito por muitos, o Governador Amin, permaneceu “otimista: a comunidade participa do esforço de reconstrução com um moral elevado e uma vontade inabalável”²⁷.

Segundo Moacir Pereira, “A maior inundação da história do estado projeta nacionalmente, para uma plateia atenta e comovida, a figura do carismático governador Esperidião Amin Helou Filho”²⁸. Ou seja, este ponto de vista, que não é notado em diversos jornais, livros e discussões, mostra que a figura do governador e suas ações como um líder em diversos momentos ganhavam mais destaque do que o próprio cenário de calamidade.

Fontana escreveu seu texto em 1982, ou seja, ainda antes das enchentes e do governo propriamente dito de Esperidião Amin, e já previa que “O governo do Sr. Amin, poderá ser capaz de uma gestão sofisticada, de tomar iniciativas até inovadoras no âmbito do funcionamento da aparelhagem estatal, com consequências ‘modernizantes’ ao nível de setores da sociedade, mas, se nossa análise for correta, certamente não governará sob a ótica dos interesses populares, e na direção das transformações estruturais que o momento histórico exige. Poderá ocorrer reacomodações no sistema oligárquico catarinense, mas para adequá-lo

25 Vale do Rio do Peixe em calamidade, *O Estado*, Florianópolis, 9 de julho de 1983, p. 07.

26 Brusque começou a ser atingida desde ontem. *O Estado*, Florianópolis, 9 de julho de 1983, p. 07.

27 PEREIRA, Moacir (org.). AMIM: 30 anos depois – democracia, abertura política, enchentes, eleições diretas. Florianópolis: Insular, 2013. Página 197.

28 *Ibidem*, p. 28.



aos novos tempos, tempos de fortes demandas pela ampliação da cidadania”²⁹.

Mas o que não se poderia prever foram estas enchentes que o colocaram em uma situação complicada, pois os prováveis planos que tinha para Santa Catarina foram “por água a baixo” e teve que lidar com o estado praticamente destruído, além da necessidade de um povo que buscava por se reerguer. Diferente do que lemos no jornal e alguns livros, o governador Amin não atuou como o homem que colocou “a mão na massa” e ajudou o povo catarinenses, os “pequenos”³⁰, na verdade, fez muito pouco além de mandar telegramas para governadores e presidente. A operação de limpeza e assistência das famílias foi realizada pelo próprio povo, contando com alguns outros políticos, que esperavam por auxílio e ajuda, mas que pouco recebiam, e tiveram que se abraçar por apoio mútuo, e é por isso que lemos e ouvimos que os catarinenses são fortes e trabalhadores.

Depois que as águas de julho baixaram, deixando cicatrizes na terra e na alma de Santa Catarina, um antigo som, muito familiar aos 3,8 milhões de catarinenses, voltou a repercutir na atmosfera das cidades e dos campos. Os teares recomeçaram a produzir o fio, o arado retornou às terras vegetais do Oeste, o rumor das máquinas e dos equipamentos industriais denunciou uma nova atividade nas fábricas³¹.

Por estas razões escolhi como fonte primária, trabalhar com o jornal “O Estado”, pois apesar de ser um dos principais veículos de informação e comunicação nos anos trabalhado, 1983/84, apresentava artigos que muitas vezes não expressava a verdade, até porque os jornais, revistas, livros e etc., são documentos que são repletos de interesses e ideais e que se utilizam de argumentos para fazer valer o seu ponto de vista. Segundo Le Goff, o documento é uma montagem da história, da época, da sociedade que o produziram e das épocas em que continuou a viver, o testemunho e o ensinamento que traz devem ser analisados desmistificando o seu significado aparente. “O documento é monumento. Resulta do esforço

29 FONTANA, Remy. Governo Amin – um voto de desconfiança - “a opção pelos pequenos” como meio de realizar a política dos grandes. *Revista de Ciências Humanas/UFSC*. v. 2. n.3. P 16-51, Florianópolis, 1982. Página 51.

30 Ajudar os “pequenos” era uma de suas metas, a “opção pelos pequenos”, discutida no texto do Remy Fontana, citado anteriormente.

31 PEREIRA, Moacir (org.). *AMIM: 30 anos depois – democracia, abertura política, enchentes, eleições diretas*. Florianópolis: Insular, 2013, p. 191.



das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”³².

Segundo a autora Tânia Regina Luca, para analisar um periódico precisa-se observar a materialidade do impresso devendo ter em vista que a grande variação na aparência resulta da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos. “É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural. Das letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas”³³, historicizar a fonte requer levar em conta as condições técnicas de produção e do que foi escolhido reproduzir nestes periódicos, por isto, é importante estudar as funções sociais destes periódicos.

O jornal “O Estado” naquele período era referência na comunicação impressa, um dos principais meios de comunicação que trazia fatos do que estava ocorrendo no estado e que circulava por toda a população, mas que era repleto de ideais e interesses e por isso devemos analisar seus argumentos. Cada periódico era desenvolvido para divulgar informações intencionais, por isso, era separado por páginas de esporte, economia, entretenimento, mas a capa era a que devia conter dados para chamar a atenção do leitor, e no caso de 1983 as capas traziam imagens da calamidade, e ainda do Governador prestando ajuda nestas cidades. “O Estado” foi bastante publicado e circulado nas décadas de 1970/80, mas entrou em crise no fim dos anos 1990 e deixou de circular no início do século XXI, segundo Moacir Pereira, foi, durante décadas, uma verdadeira escola de jornalistas³⁴.

Por fim, termino lembrando a importância de se fazer história ambiental, ou seja, de se estudar o meio ambiente, com um pensamento do Milton Santos de que a natureza, com a criação da natureza social, está sempre sendo redescoberta pelo homem. Percebemos na história uma ruptura entre homem e seu entorno devido a acelerada mecanização, ou também a natureza artificializada, ou seja, com a globalização quase não existe mais relações entre a

32 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 547-548.

33 LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. P. 132.

34 PEREIRA, Moacir (org.). *AMIM: 30 anos depois – democracia, abertura política, enchentes, eleições diretas*. Florianópolis: Insular, 2013.



sociedade e o meio³⁵.

Referências

FONTANA, Remy. Governo Amin – um voto de desconfiança - “a opção pelos pequenos” como meio de realizar a política dos grandes. *Revista de Ciências Humanas/UFSC*. v. 2. n.3, p. 16-51, Florianópolis, 1982.

FRAGA, Nilson Cesar. Enchentes urbanas no Vale do Itajaí, Brasil. 25 anos da enchente catástrofe de 1983 – reflexos socioambientais e culturais no século XXI. In: *XII Encuentro de Geógrafos da América Latina – Caminando a una América Latina en Transformación*, 2009, Montevideo, Uruguay. Anais do 12 EGAL. Montevideo, Uruguay: Editora Univerdad de la República, 2009. v. 1. p. 1-19.

FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: identidade, memória e poder. In: Méri Frotscher; Cristina Ferreira. (Org.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. 1ed. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 185-205.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão (et al.) Editora da Unicamp, Campinas, 1990.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, Moacir (org.). *AMIM: 30 anos depois – democracia, abertura política, enchentes, eleições diretas*. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTOS, Milton Almeida dos. 1992: a redescoberta da Natureza. *Estudos Avançados*. v. 6, n.14, p. 95-106, São Paulo, 1992.

VALENCIO, Norma; VALENCIO, Alceu. O processo de vulnerabilização de populações inseridas à jusante de barragens no Brasil: apontamentos sociológicos para catástrofes anunciadas. In: *V Encontro da ANPPAS*, 2010, Florianópolis. Anais da ANPPAS. Florianópolis: ANPPAS, 2010. v. 1. p. 1-15.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, Rio de Janeiro, 1991.

ZIMMERMANN, Keith Damas. As enchentes de 1983 em Santa Catarina: as cidades atingidas, porém esquecidas. *Revista Santa Catarina em História*, v. 5, n. 2, p. 137-141,

35 SANTOS, Milton Almeida dos. 1992: a redescoberta da Natureza. *Estudos Avançados*. v. 6, n.14, p. 95-106, 1992.



Enchente de 1983: discursos do Governador Esperidião Amin, com base no jornal “O Estado” de Santa Catarina
– Cristhina Boni Lavratti

Florianópolis, 2011.

SCHIESTL, Saraga. Enchente em Santa Catarina: tragédia no Estado completa 30 anos. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/84641-enchente-de-1983-tragedia-natural-em-santa-catarina.html>. Acesso: 12/04/2014 às 09h52min.

Fontes

Acervo BPESC (Biblioteca Pública Do Estado De Santa Catarina

80 mil desabrigados. Amim apela a Brasília. *O Estado*, Florianópolis, 10 de julho de 1983, ANO 69, número 20642. P. 1.

Andreazza garante a SC recursos sem limite. *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1983. ANO 69; número 20643. Página 03.

Brusque começou a ser atingida desde ontem. *O Estado*, Florianópolis, 9 de julho de 1983, nº 20.641, Ano 69, página 7.

Calamidade Pública em Caçador. *O Estado*, Florianópolis, 8 de julho de 1983, nº 20.640, Ano 69, página 8.

Destruição e flagelo. Águas ainda sobem. *O Estado*, Florianópolis, 13 de julho de 1983. ANO 69; número 20644. Página 01.

Esperidião apela em carta ao Presidente da República. *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1983. ANO 69, número 20643, página 03.

Estenda sua mão, *O Estado*. Florianópolis, 10 de julho de 1983, nº 20.642, Ano 69, página 11.

Estenda sua mão. Ajude as vítimas das cheias. *O Estado*, Florianópolis, 13 de julho de 1983. ANO 69; número 20644. Pagina 02.

Figueiredo telegrafa garantindo ajuda. *O Estado*. Florianópolis, 12 de julho de 1983. ANO 69; número 20643. Página 02.

Governo cria crédito especial para flagelados em SC. *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1983. ANO 69, número 20643, página 03.

Governo do Estado pede a intervenção de Brasília. *O Estado*, Florianópolis, 10 de julho de 1983, ANO 69, número 20642, página 06.

LBA lança campanha pelos catarinenses. *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1983, nº



Enchente de 1983: discursos do Governador Esperidião Amin, com base no jornal “O Estado” de Santa Catarina
– Cristhina Boni Lavratti

20.643, Ano 69, página 2.

Postos vão abastecer, mas evitando abusos. *O Estado*, Florianópolis, 10 de julho de 1983, nº 20.642, Ano 69, página 7.

Toneladas de donativos são enviadas para todo o Estado. *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1983.nº.20643, Ano 69; Página 5.

Tragédia Catarinense. *O Estado*, 10 de julho de 1983, ANO 69, número 20642, página 4.

Vale do Rio do Peixe em calamidade, *O Estado*, Florianópolis, 9 de julho de 1983, número 20641, ANO 69, página 7.

Recebido em 10 de junho de 2014
Aceito para a publicação em 12 de abril de 2015



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis

Thays Tonin¹

Isadora Nunes Tavares²

Luíse E. Abreu³

Resumo: Para pensar as relações de gênero, têm-se como um dos caminhos possíveis de análise discutir o papel da mulher na sociedade através do tempo, por uma perspectiva que problematize os direitos da mulher em diferentes contextos. A análise da conjuntura social permitirá problematizar a violência contra a mulher e porque se tolera tais comportamentos, inclusive e enquanto foco neste texto, em âmbito judicial. Decisões são tomadas não apenas com base no comportamento do ofensor, mas, como demonstraremos, da ofendida também. Para sua absolvição e condenação plena da culpa de seu ofensor, a mulher precisou mostrar-se casta e pura e obedecer a condutas sociais ditadas para ela. Este levantamento apresenta uma análise dos crimes sexuais com contra mulheres em Florianópolis, elencando as diferenças e semelhanças entre processos desde o início do século XX.

Palavras-chave: Gênero, Mulher, História e Direito, Julgamento, Crimes Sexuais.

Abstract: In order to treat gender relations, one should first discuss the role of women in society through time, by a perspective that problematizes women's rights in different contexts. The social analysis will explain violence against women and why such behavior is tolerated, including at the judicial level, where decisions are made not only based on the behavior of the offender, but also of the victim. This survey presents an analysis of sex crimes with women in Florianopolis, listing the differences and similarities between processes from the early twentieth century.

Keywords: Gender, Women, History and Law, Trial, Sex Crimes.

...As mulheres são naturalmente mais fracas, apropriadas para a reprodução mas não para a vida pública (...) a sedução é própria de sua natureza, elas são desejosas de agradar, modestas, tolerantes da injustiça, ardilosas, vãs e artísticas em grau menor. (ROUSSEAU, 1995).

Essa concepção tida como natural da mulher caracterizada no século XVII por

1 Thays Tonin é mestranda em História pela UFSC, bolsista CAPES. Email: toninthays@gmail.com.

2 Isadora Nunes Tavares é Bacharel em Direito e graduanda em História pela UFSC. Email: isatavares191@hotmail.com

3 Luíse Emanuele Abreu é graduanda em História pela UFSC. Email: luh_emanuele@hotmail.com



Rousseau, ainda pode ser vista dentro dos padrões comportamentais da sociedade que legitimam as desigualdades de gênero no século XVIII a meados do XX, discussão aparente em todos os prismas da vida cotidiana, refletindo tanto em práticas culturais e sociais quanto jurídicas, numa relação de simbiose. Isso porque as teorias iluministas que inspiraram e basearam os ordenamentos jurídicos ocidentais desde então – compreendendo que o Direito é um produto social, resultado de práticas e condutas reiteradas por uma sociedade –, onde nada é mais coerente que pensá-lo enquanto como uma das fontes subsidiárias da desigualdade social, e em especial a desigualdade de gênero.

Ainda, podemos acrescentar, tais teorias ajudaram a definir e normatizar o *ser* feminino, e dessa forma, elencar qualificações associadas ao comportamento da mulher como “digno” e “desonroso” no âmbito jurídico. Partindo de uma discussão interdisciplinar, é impossível não notar a complexidade e a teia que amarram as questões levantadas por campos diferentes da pesquisa para se estudar a situação das mulheres em Santa Catarina.

A figura feminina passa pelo imaginário masculino, sendo por ele determinado, desde o Medievo – complementando os fatos que nos mostram que a desigualdade não é um fenômeno recente. Tal desigualdade se encontra até hoje em todas as ramificações sociais, inclusive, ainda, no ordenamento jurídico brasileiro, em especial no que tange aos crimes contra a dignidade sexual, dispostos no código Penal, que determinam a culpabilidade dos sujeitos. Sim, sujeitos. Explica-se. É que quando tratamos de crimes sexuais, não somente no Brasil, pois se apresenta enquanto uma questão mundial, dois julgamentos são realizados conjuntamente: a conduta do agressor e a conduta da vítima. Os Tribunais ainda entendem a mulher como o agente provocador da situação, ou seja, a figura feminina é tanto vítima quanto agente, pois nessa concepção, ela desperta o interesse do outro, diminuindo a culpa do ofensor, que recai sobre ela.

Compreendemos a desigualdade de gênero como um fenômeno cultural que são incorporados valores e interesses, e servem de justificativas da desigualdade em inúmeros espaços, em especial o ambiente do trabalho. E mesmo depois que a divisão de trabalho por gênero sofre alterações marcantes, “a ideologia masculina passa a ser predominantemente imposta para garantir a continuidade das estruturas de poder”⁴. É necessário pensar essa

4 Ibidem, p.22.



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

desigualdade de gênero enquanto fenômeno social, político e cultural para compreendermos os crimes sexuais dentro de uma sociedade predominantemente machista:

Nesse processo, a inovação técnica irá formando um acervo de conhecimento destinado aos homens, ao qual as mulheres [por conta da sua função/responsabilidade dentro da sociedade] não terão acesso. A apropriação masculina do conhecimento será solidariamente defendida por eles⁵.

Para o judiciário o termo *ofendida* foi utilizada nos crimes sexuais tendo a conotação de que a mulher ofendida teria sua *honra* lesada⁶. Quanto ao termo “decaídas”, Ivonete Pereira, em seu estado de mesmo nome, define essa denominação como sendo de exclusividade das prostitutas. Termo muito utilizado em inquéritos policiais, processos criminais e na fala de populares⁷. Já “deflorada” significa pessoa que teve sua virgindade violada; desonrada⁸.

Quanto ao termo “crimes sexuais” utilizado até 1940, é imprescindível destacar que ele não está ligado diretamente a violência. A violência não era discutida como ponto relevante nos processos criminais, e sim a honra. A diferença entre o que se dizia “correto” e moral, e o que se dizia “errado” e fora da conduta padrão adotada pela sociedade, era a virgindade da mulher ser ou não preservada, sendo ela sua honra e da sua família. Esses crimes sexuais caracterizam relação sexual consentida e fora do casamento, por mulher tutelada, ainda, pelo Estado⁹. Relações sexuais, que não se enquadrassem na normalidade de homem e mulher dentro do casamento, seriam consideradas anormais perante a sociedade e o Poder Judiciário¹⁰.

O conceito de honesta é encontrado no Brasil no início do século XIX nas camadas sociais mais abastadas, sendo uma conduta típica da classe alta, onde o modelo familiar foi

5 *Ibidem*, p.22.

6 GAVRON, Eva Lúcia. *Seduções e Defloramentos: O controle normativo das práticas sexuais em Florianópolis*. UFSC,2004. p. 9.

7 Sobre o surgimento do termo, ler IVONETE, Pereira. “*As Decaídas*”: Prostituição em Florianópolis (1900-1940). Editora UFSC, Florianópolis,2004. p. 9.

8 BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*.

9 GAVRON, Eva Lúcia. *Op. Cit.*, p.27-28.

10 GAVRON, Eva Lúcia. *Seduções e Defloramentos: O controle normativo das práticas sexuais em Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 8.



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

herdado da colonização portuguesa e reformulado com base nas relações de produção dos engenhos do litoral brasileiro. Dentro dessa conjuntura é que os modelos familiares foram pensados, bem como os papéis de gênero e as funções sociais de cada sexo. No artigo "Repensando a família patriarcal brasileira", de Mariza Corrêa¹¹, a autora nos fornece um contraponto ao modelo da família conjugal moderna, de Antonio Candido de Mello e Souza, e da família patriarcal brasileira de Gilberto Freyre. Sua crítica a esses conceitos é o pensamento de que o modelo familiar das elites era o parâmetro a ser seguido e que qualquer outra configuração era subsidiária a esse modelo ou indigno de atenção. Essa é uma das chaves para entender as relações de gênero discutidas aqui, uma vez que é exatamente a visibilidade de um único modelo familiar, católico em essência, que criará condições que valorizará tais condutas sociais em detrimento de outras.

Após a sua independência, dentro de uma concepção de civilidade, o Brasil quis mostrar-se semelhante as grandes potências ocidentais, assim importou da Europa, em especial da França e de Portugal, os modelos estruturais e urbanistas, de avenidas e moradias. "Importou" também as condutas e certificou-se de criar espaços para o exercício desses comportamentos, de forma a moldar o cidadão e torná-lo civilizado de acordo com o padrão europeu da época, conforme disse Joana Maria Pedro,

Em sua constituição, essa reformulou o espaço urbano de Desterro, e procurou delimitar espaços sociais. Novos sujeitos foram construídos, novas mulheres e homens experimentaram a ordem burguesa que se constituiu. Criaram, para si próprios, códigos de distinção e identificação. Entre estes, o registro de uma mulher ideal¹².

O modelo ideal de mulher, então, era aquela que trazia elogios à família ou ao marido quanto à sua obediência e reclusão, em oposição ao restante da população feminina, que precisava trabalhar para ajudar no sustento da família, saindo às ruas. Estas mulheres, antes do crescimento do porto e conseqüentemente do comércio costumavam trabalhar fora de casa e a necessidade de ajudar nos ganhos e sustentos da casa, pois havia necessidade de ajudar a

11 CORRÊA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil". Cad. Pesq., São Paulo, (37):5-16, Mai, 1981. P.6.

12 PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas*: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994, p.31.



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

compor a renda familiar criou um costume diferente em Desterro, já que aqui desfrutavam da liberdade que as moradoras do interior do país não possuíam no início do séc XIX¹³.

Historicamente, com o avanço do porto a partir da década de 50 do século XIX e o desenvolvimento do comércio, uma nova classe econômica aparece, tímida, mas preocupada em demonstrar seu poderio econômico e seus valores. Na “importação” do conceito de civilização europeu, vieram os costumes, sendo um deles a reclusão das mulheres. Esse costume se prestava antes de tudo a fazer uma distinção entre a camada abastada e a popular, demonstrando o poder econômico da família, em especial do marido. Contudo, gerou consequências negativas ao gênero feminino, que teve sua liberdade cerceada mais uma vez de todas as formas.

No início do século XX concretiza-se tal alteração nos costumes, contudo, as mulheres pobres continuam trabalhando fora de suas casas e circulando pelas ruas já que ainda há a necessidade de contribuir na renda familiar, motivo pelo qual, infelizmente a supracitada mudança nos costumes alterou o tratamento destinado a essas mulheres, que passaram a sofrer mais com os crimes contra a liberdade sexual.

Florianópolis estava tomada pelos ideais europeus de civilidade e modernidade que ganhavam corpo nas elites, e pequenas melhorias feitas na infra-estrutura da cidade encorajaram essas ideias, mas, por outro lado, a população que ainda não somava 50 mil habitantes¹⁴, espalhada ao longo da ilha, deixava claro que Florianópolis estava longe de se tornar uma "Rio de Janeiro". É também nesse período, que surgem os discursos de higienização sanitária e social¹⁵, que não eram bem-vistos pelas camadas atingidas. A fim de zelar pelos bons costumes e pela moral, variadas tentativas de normatização de condutas se tornam comuns.

Muitas campanhas foram feitas para alertar a população sobre a necessidade de higienização em diversos aspectos, até mesmo no que se refere ao discurso de que a eugenia

13 Ibidem, p.20.

14 PEREIRA, Ivonete. *“As Decaídas”*: Prostituição em Florianópolis (1900-1940). Editora UFSC, Florianópolis, 2004. p. 72.

15 Esse projeto de modernização, idealizado por um determinado grupo de pessoas, muitas vezes ficou mais ao nível do discurso e das ameaças do que realmente da concretude. Isso se deveu a vários fatores, entre os quais a precariedade dos recursos disponíveis e a resistência das camadas populares à imposição dos projetos de limpeza moral e social da cidade, que afetavam preferencialmente suas práticas urbanas. PEREIRA, Ivonete. *Op. Cit.*, p. 16.



era a base para consolidação completa dessas práticas reguladoras de costumes. E o casamento era tido como a salvação da integridade familiar. As mulheres, majoritariamente as da camada popular, foram submetidas a uma perseguição de direitos e de liberdade, perseguição essa, imposta pelos homens das leis e pelas regras de conduta que a sociedade fazia questão em ressaltar. É a partir desse momento, em que as práticas normatizadoras e disciplinadoras de conduta tentam se fazer eficientes, que a preocupação, perante as elites, com a forma como a sexualidade é vista e tratada pelas camadas populares é posta em observação, e se torna mais um motivo de preocupação. Qualquer prática sexual que fosse considerada fora da normalidade seria condenada e punida de acordo com o Código Penal.

Mesmo com variadas estratégias criadas pelas elites e pelo poder público, para padronizar condutas, as camadas populares da população pouco se importavam com essas novas "leis". Continuavam vivendo em razão da promiscuidade e da imoralidade, como afirmava a elite. A partir do ano de 1930, com a entrada de Getúlio Vargas na presidência, essa “onda moralizadora” ganhou um grande incentivador. Foi durante a sua passagem pelo mais alto cargo político do país, que o casamento oficial tornou-se peça chave de uma família bem constituída e ferramenta para as estratégias de padronização das condutas.

Nesse contexto, foi no decorrer da primeira metade do século XX, que aparecem contabilizados muitos casos de crimes sexuais em Florianópolis, e a grande maioria corresponde a seguinte característica: mulher, pobre, branca, trabalhadora, jovem e solteira é vítima de crime de defloramento, podendo atribuir também o motivo de sedução¹⁶, quando o rapaz promete futuro na relação entre os dois, ou seja, casamento.

Se no relato do ocorrido, a sedução com promessa de casamento não fosse citada, de pronto deixaria em dúvida a honestidade da ofendida. Moças da elite de Florianópolis, vindas as famílias ricas, também eram vítimas de crimes sexuais, mas preferiam manter a honra de sua família diante da sociedade e acabavam por resolver essas pendências no reservado do lar, algumas poucas recorriam à polícia.

16 O Código Penal de 1940 dá a seguinte definição acerca de sedução: Seduzir mulher virgem, menos de dezoito anos e maior de catorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando de sua inexperiência ou justificável confiança. A justificável confiança de que trata a lei, seria um possível namoro do acusado com a vítima, ou então uma promessa de casamento feita pelo acusado à vítima. Até 1940, o crime de sedução era chamado por crime de defloramento. A lei só admite que as mulheres possam ser seduzidas. Pela lei, só quem seduz, manipula e explora são os homens. Às mulheres ficará reservado o papel de vítima. GAVRON, Eva Lúcia. Op. Cit., p.115-116.



Durante o decorrer dos processos judiciais nesse período, depoimentos eram colhidos das ofendidas, dos acusados, de familiares e de testemunhas. Os relatos fornecidos pelas ofendidas tinham que possuir riqueza de detalhes, para que o processo pudesse ser avaliado com mais clareza. E as moças ainda deveriam passar por exame médico, para que o laudo fosse avaliado e anexado ao processo. Lendo por uma outra perspectiva, essas duas características do encaminhamento do processo criminal parecem querer expor intimidades da mulher.

Em alguns casos pode-se notar a visível desmoralização das condutas femininas, que os promotores, advogados e juízes promoviam durante suas falas no Tribunal. Essas exposições e difamações eram disseminadas posteriormente pela comunidade, já que os julgamentos, desses casos em específico, eram em sua totalidade públicos. Assim surgiam, em Florianópolis, as "mulheres honestas" e "as mulheres faladas", como caracteriza a Prof^a Joana Maria Pedro. Na primeira exposição de um caso criminal característico a área de interesse no presente estudo, observamos o de Hilda¹⁷. Hilda era doméstica, menor de idade e foi deflorada por um rapaz de sua vizinhança, no ano de 1932. Durante o julgamento, o advogado do acusado, o Dr. Fulvio Aducci, acusa a família da vítima de estar por muito tempo alimentando ódio e fofocas sobre o rapaz acusado, e por esse motivo o caso chegara aonde chegara. Em uma de suas últimas falas, perante o juiz, o Dr. Fulvio Aducci faz a seguinte afirmação em resposta ao depoimento dado pela menina: "Suas declarações não são mais do que a baixa intrigalhada, os diz-que-diz-que dos cortiços¹⁸." O resultado desse processo foi a total absolvição e isenção de culpa no ocorrido pelo acusado. A partir de algumas concepções criadas em veredictos de juízes, eram criados exemplos de condutas a serem seguidas, e exemplos de punições que seriam aplicadas nos casos da conduta ser a incorreta.

Nesse processo criminal apresentado e em muitos outros, observa-se com bastante constância o fato da profissão da moça ser a de empregada doméstica. Até a década de 1950, somente as mulheres que tivessem a profissão de empregada doméstica, antes de obter

17 Afinal na concepção da elite local, a ordem deveria ser mantida e, se essa "arraia-miúda" começasse a sair vitoriosa dos tribunais, não demoraria muito estaria tomando toda a cidade e o "caos" seria geral. Lembrando que os julgamentos eram públicos e que contavam com grande platéia, tratava-se, portanto, de um espaço em que os comportamentos desejados deveriam ser divulgados. PEREIRA, Ivonete. *"As Decaídas": Prostituição em Florianópolis (1900-1940)*. Editora UFSC, Florianópolis, 2004. p. 32.

18 Mario de Oliveira Margarida, proc. No. 182, 1932.



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

vínculo empregatício¹⁹, tinham que se dirigir até a delegacia, para serem fichadas em um cadastro, o Serviço de Identificação de Empregadas Domésticas. Após o registro feito, era emitida uma caderneta que ratificava o registro, e não sendo suficiente, essa caderneta²⁰ deveria ser apresentada juntamente a carteira de trabalho para a obtenção do emprego. Em caso julgado no ano de 1949²¹, fica evidente o tratamento dado à ofendida, pelo simples fato de ser empregada doméstica:

(...) acrescentando que a mesma era uma empregada doméstica, e, por conseguinte, não vivia no recato do lar doméstico. É fato público e notório que as empregadas domésticas dessa Capital, e talvez, de todas as cidades do Brasil, não são recatadas e honestas, pois, elas, longe da vigilância materna ou paterna, abandonam as casas das suas patroas para se dedicarem à vida depravada...²²

Nestes casos o que vale ressaltar, é a clara relação de gênero coexistente em duas áreas distintas: trabalhista e judicial. Obstinação a essas peculiares práticas de desmoralização da mulher, as elites formadoras de opinião, constantemente soltam, pelas gazetas e periódicos, charges ridicularizando moças que trabalhavam fora²³. Essas mulheres vítimas de crimes sexuais, salvo raras exceções, como já dissemos anteriormente, trabalhavam. Mulheres que trabalham e de baixa condição financeira, circulam por espaços considerados de perversão²⁴, e por trabalharem são vistas como mulheres sem limites, e com liberdade sexual aflorada. Muitas vezes são definidas como "assanhadas".

Ruas com má iluminação transformaram-se em mais um dos problemas enfrentados pelas domésticas que saíam das casas de família onde trabalhavam no centro, somente após o jantar. Mas esses problemas de iluminação pública fizeram com que muitas outras moças,

19 Termo contemporâneo utilizado apenas para exemplificar com mais clareza a que condições a mulher trabalhadora fora submetida.

20 Acerca das cadernetas nesse período, a questão é bem trabalhada no livro do qual retiramos essa informação: ROMÃO, Jeruse Maria. *A África está em nós: história e cultura afro-brasileira*. João Pessoa: Grafset, 2010.

21 Ademar Manoel Araújo. Proc. No. 784, 1949.

22 Dr. Francisco Câmara Neto (Texto de defesa do julgamento de Ademar) GAVRON, Eva Lúcia. Op. Cit., p.31.

23 COZZI, Andre Luiz Ferreira. "As personagens femininas em macunaíma: sexualidade e gênero no modernismo do pós-1922". In: *5º Prêmio construindo a igualdade de gênero*. Brasília: Secretaria de política para as mulheres, 2010. p.99.

24 Sobre o conceito de perversão: a rua simbolizava o espaço dos desvios, das tentações, por isso fazia-se indispensável uma vigilância constante. GAVRON, Eva Lúcia. Op. Cit., p.29.



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

além das empregadas domésticas, fossem vítimas de crimes sexuais. E quando o acontecido atendia as expectativas do estereótipo criado, melhor seria para o discurso de moralidade do judiciário, como vemos na fala do promotor no decorrer de um julgamento de um caso em que, mais uma vez, o acusado foi absolvido levando em consideração a conduta apresentada pela vítima, e o espaço onde estavam no momento do ocorrido:

Encontrou-se às 8 horas da noite, não nas proximidades da Igreja onde deveria haver em razão da festa boa iluminação, mas perto da casa do Junvini, no sub-distrito do Saco dos Limões. Ora como é de domínio público, desde há muito a Capital, o centro, resente-se de boa luz, no que diz respeito as habitações nem se pode fazer referências a das ruas. A rede elétrica que supre o Saco dos Limões é um prolongamento da que fornece energia ao centro (...) num ambiente de péssima iluminação...²⁵

Com as ruas tornando-se o ambiente mais propício para que crimes sexuais aconteçam, entrava em costume julgar a moral das moças que por ali passavam, sendo por necessidade, como no caso das trabalhadoras, ou por qualquer outro motivo. A questão étnica também era muito levada em consideração, ainda mais quando espaços públicos permitiam que negros e brancos convivessem. Esses lugares permaneceram por muito tempo nas falas dos acusados, vítimas e testemunhas em casos de crimes sexuais, no sentido que esses lugares já eram considerados imorais.

A construção da imagem da mulher a tornou digna de desconfiança, e algumas moças, segundo o judiciário, eram de costumes levianos, e atraíam os homens, que não tinham outra escolha a não ser o ato sexual. Por diversas vezes, chegou-se a cogitar a não abertura de processos criminais em casos como esses, já que de antemão se sabia do grau predominante de culpa da mulher. Quando moças de família sofriam com os crimes sexuais praticados contra elas, o tratamento judicial se transformava mais uma vez em julgamento de valores, agora com valores inversos, tomando ares de protecionismo para com as moças ofendidas.

Surgida principalmente nas falas de promotores, as expressões Casanova e Don Juan, vieram para exemplificar a chamada "natureza masculina"²⁶, quando em alguns casos, a

25 João Jerônimo Mendonça, proc. No. 630, 1945.

26 Termo empregado por GAVRON, Eva Lúcia. Op. Cit. p.27.



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

mulher em questão seria de acordo com os padrões normativos da época, uma “moça de família”. Definindo agora, também, padrões de masculinidade, ficaria mais fácil julgar e punir crimes de defloramento em famílias que possuíam melhor poder aquisitivo e nome. Esses homens, ditos Dons Juans e Casanovas, apareciam como galanteadores que prometiam, no ato da sedução às moças, casamento e um futuro. As moças, por sua vez, eram descritas como infelizes iludidas, e que na esperança de encontrar um marido e formar uma família, eram enganadas e acabavam por entregar a sua honra à esses homens.

Termos como ofendida, e decaídas, eram usuais no vocabulário do judiciário, e serviam claramente para definir quem é o que diante dos órgãos das leis. Em julgamentos em que elas serviriam apenas como testemunha, suas falas eram menosprezadas, já que tratavam-se de pessoas sem moral e de conduta questionável²⁷. O pudor e a moral eram constantemente lembrados pelos membros do judiciário. Eles mais do que ninguém, precisavam repassar valores a todo o momento para a sociedade, pois além de serem pessoas com formação, eram também de uma elite econômica e cultural, que frequentavam as colunas sociais. Por esse mesmo motivo, diversos casos se faziam públicos²⁴, muitos também com o intuito de difamar uma das partes.

Foi observado também que, para exemplificar a tal boa conduta²⁸, e quando era de conhecimento público essa boa conduta da moça, era necessário que o juiz em seu veredicto fizesse observações especiais nesse aspecto. Todavia, na maioria das vezes a queixa não era nem dada pela ofendida, e sim por algum parente ou amigo, pois a vítima não se sentia vítima de nada²⁹, sendo assim, o casamento nem sempre era a saída optada por todos. Em alguns casos específicos a própria moça nega o casamento³⁰, ou então, o acusado relata que durante o ato sexual percebeu que a moça não era mais virgem, e por essa razão não lhe devia compromisso³¹. Para a justiça, se o crime sexual for reparado com o matrimônio, não se fará necessária punição judicial, pois o dano à honra já foi reparado.

Diante de todo esse aparato que se criava para justificar ações de homens e mulheres, uma grande questão foi a vigilância exercida sobre as moças, que os cidadãos promoviam por

27 A exemplo do processo encontrado em PEREIRA, Ivonete. Op. Cit., p.31.

28 A exemplo do proc. No 584, 1943, Avelino Antonio de Souza.

29 A exemplo do proc. No 499, 1941, Mathias Carpes.

30 A exemplo do proc. No 808, 1949, Sivane de Oliveira.

31 A exemplo do proc. No 644, 1945, Cantidio Neves Filho.



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

toda a sociedade. Durante esses anos, dentro desse contexto e desses padrões, o “crime sexual” tomava uma forma que não estava ligada a violência, e pouco ligada ao caráter do acusado. Já hoje, dentro do Código Penal, os tais se enquadram nos Crimes contra a Liberdade sexual, nos artigos 213 (Estupro), 214 (Atentado Violento ao Pudor), 217 (Sedução), 218 (Atentado de Menores), 219 (Rapto), dentre outros³².

Com relação aos crimes sexuais, há de se ressaltar as mudanças e diferenças na legislação penal e no Código Civil, e o momento em que tais mudanças legislativas ocorreram são de suma importância para o entendimento da aplicação dos conceitos trabalhados neste estudo. O Código Penal foi reformado em 1940 e o Código Civil de 1916 foi revogado. Em 1975, iniciou-se o projeto de lei para criação de um novo Código Civil, contudo, entrou em vigência somente em 2002. O momento dessas alterações legislativas talvez revele mais acerca da permissividade desses crimes que as próprias alterações. O Código Penal enfrentou mudanças polêmicas em relação à seção que versa sobre os crimes contra a liberdade sexual em 2005 e 2009. Anteriormente ao Código Penal de 1940, existiram dois códigos penais. O primeiro datando de 1830³³, que versava sobre o crime da seguinte forma:

Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta.

Penas – de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida.

Se a violentada fôr prostituta.

Penas – de prisão por um mez a dous annos.

O Código de 1890³⁴, e em relação aos crimes contra a honra, versava o artigo 269 nos seguintes termos:

Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta.

Pena – de prisão celllular por um a seis annos.

§ 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta:

Pena – de prisão celllular por seis mezes a dous annos.

Estes foram os únicos códigos que previam penas distintas para o estupro com base na conduta da mulher, assim, observa-se que no século XVIII, o Brasil apesar de fazer

32 Descrição apresentada na introdução do livro *Quando a Vítima é Mulher, análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio*, publicado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

33 BRASIL. Lei de 16 de Dezembro de 1830. Código Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>

34 BRASIL. Decreto N. 847 – De 11 de Outubro de 1890. Código Penal. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

distinção entre uma mulher honesta e uma mulher pública ou prostituta, *ainda* punia o estupro, porém, quando adotou os moldes socioeconômicos europeus, o crime de estupro passou a ter apenas uma vítima, àquela mulher considerada digna, que se encaixava nos moldes impostos pela sociedade e prestava-se somente à família. Conforme Cristina Wolff e Karen C. Réchia³⁵,

(...) quando uma mulher ia ao tribunal reclamar, por exemplo, de ter sido ‘deflorada’ por um homem, na verdade quem era julgada era a própria mulher. Ao invés, de saber se o homem havia cometido ou não o crime, o júri concentrava-se na conduta da mulher: se ela fosse uma ‘mulher falada’, isto é, se andasse pelas ruas da cidade desacompanhada, conversasse com homens, tivesse namorados, o homem não era responsabilizado.

A distinção de penas (para mulher honesta e para prostituta – ou “decaída”) foi revogada no Código Penal de 1940³⁶ porém o mesmo perpetuou o conceito de mulher honesta, como vimos acima, considerando que o estupro seria condenável se a vítima se enquadrasse a esses quesitos sociais: “Art. 213 – Constranger **mulher** à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. [...] Art. 215 – Ter conjunção carnal com **mulher honesta**, mediante fraude”.

O artigo 215 sofreu alteração somente em 2005, quando excluiu a partícula “honesto” de sua redação, passando para o seguinte: “Art. 215. Ter conjunção carnal **com mulher**, mediante fraude: (Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005).” Em 2009, é alterado novamente, excluindo o vocábulo “mulher”, incluindo tacitamente a ideia de que este crime poderia agora ser cometido contra qualquer pessoa, inclusive do gênero masculino. Mais importante que incluir o sexo masculino como sujeito passivo deste crime, é a exclusão da partícula “honesto” dentro desses tipos penais, que veio, infelizmente, somente no século seguinte.

O conceito de honesta derivou de uma sociedade que considera a mulher como objeto

35 WOLFF, Cristina e RÉCHIA, Karen C. “Mulheres em Santa Catarina: vidas de trabalho”. In: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 68.

36 BRASIL. [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm), Código Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

de posse ora de seus pais, ora de seus maridos, e em Florianópolis, foi um termo impregnado de concepções e valores europeus. Valores de civilidade, de moralidade, de “higiene”, de “padronização” de condutas do homem e da mulher: esses pensamentos estão intrínsecos no judiciário até hoje, onde o perfil da vítima e do acusado são as principais provas para a veracidade do caso. Como dito por Jacqueline Pitanguy os perfis ainda:

Estão construídos a partir dos padrões sócio-culturais atribuídos ao comportamento masculino e feminino. Em nossa sociedade, esses padrões resultam de atributos e valores opostos, e por sua vez eles legitimam e reproduzem relações de desigualdade entre homens e mulheres³⁷.

Se ao mesmo tempo, o judiciário se propõe a defender os direitos à liberdade de indivíduos considerados iguais, ele também, dentro desse sistema de valores “sanciona uma estrutura de relações na qual uma desigualdade fundamental é tida como natural”³⁸, que provém justamente desse estereótipo das relações e comportamentos “normais” e “naturais” do homem e da mulher. Além disso, o que está (e há décadas sempre esteve) sendo julgado, não é a violência, não é o atentado a liberdade sexual, mas “o ajustamento da mulher e das famílias a uma moral sexual e uma concepção dos bons costumes baseadas em padrões estereotipados de comportamento”³⁹. O que observamos é que apesar das alterações legislativas e das mudanças dos costumes, estamos todas ainda sujeitas a um tribunal onde as normas jurídicas refletem valores, crenças e costumes que obedecem aos mesmos moldes de 100 anos atrás.

Referências

BRASIL. Lei de 16 de Dezembro de 1830. Código Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>

37 PITANGUY, Jacqueline. “Apresentação”. In: CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. *Quando a vítima é mulher*. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília – DF, 1987. p.3.

38 CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. *Quando a vítima é mulher*. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília – DF, 1987. p.13.

39 CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER..Op. Cit., p.17.



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

BRASIL. Decreto N. 847 – De 11 de Outubro de 1890. Código Penal. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 1998.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. *Quando a vítima é mulher*. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília – DF, 1987.

COZZI, Andre Luiz Ferreira. “As personagens femininas em macunaíma: sexualidade e gênero no modernismo do pós-1922”. In: *5º Prêmio construindo a igualdade de gênero*. Brasília: Secretaria de política para as mulheres, 2010.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Língua Portuguesa*, 32ª Ed. São Paulo: Globo, 1993.

GAVRON, Eva Lúcia. *Seduções e Defloramentos: O controle normativo das práticas sexuais em Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 2004.

PITANGUY, Jacqueline. “Apresentação”. In: CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. *Quando a vítima é mulher*. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília – DF, 1987.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PEREIRA, Ivonete. “*As Decaídas*”: Prostituição em Florianópolis (1900-1940). Editora UFSC, Florianópolis, 2004.

PESSIS, A. MARTÍN, G. “Das origens da desigualdade de gênero”. In: *Marcadas a Ferro*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

PORTELLA, Ana Paula. “Novas Faces da violência contra as mulheres”. In: *Marcadas a Ferro*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). *Quando a vítima é mulher*. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília – DF, 1987.

ROMÃO, Jeruse Maria. *A África está em nós: história e cultura afro-brasileira*. João Pessoa: Grafset, 2010.



Entre o julgamento da verdade, o julgamento de valores e o julgamento de espaços: um olhar sobre a questão histórica e jurídica dos crimes sexuais em Florianópolis – Thays Tonin, Isadora Nunes Tavares, Luíse Abreu

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

WOLFF, Cristina e RÉCHIA, Karen C. “Mulheres em Santa Catarina: vidas de trabalho”. In: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 68.

Recebido em 12 de abril de 2015

Aceito para a publicação em 25 de setembro de 2015



Palhostock e suas representações através dos jornais

Clarissa Pacheco¹

Grazielle Cristina Dos Santos Weege²

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Em outubro de 1974 a cidade de Palhoça, Santa Catarina recebeu um festival de música que foi um marco para a juventude em geral, e que, repercutiu em vários estados atraindo jovens de todo país e até mesmo fora dele. Mais tarde recebeu o nome de 'Palhostock'. O evento foi registrado por vários veículos de comunicação da época e principalmente em jornais. Objetivando realizar uma reflexão sobre os vários desdobramentos do evento e principalmente como um movimento de contracultura da década de 70, analisaremos alguns recortes de jornais que tratam do evento e transparecem distintas representações.

Palavras chaves: Contracultura; Festival; Palhostock; Santa Catarina.

Abstract: In October 1974 the city of Palhoça, Santa Catarina received a music festival that was a milestone for youth in general, and that was reflected in several states attracting young people from all over the country and even outside it. Later given the name 'Palhostock'. The event was recorded by various media of the time and especially in newspapers. Aiming to develop a reflection on the various ramifications of the event and especially as a counterculture movement of the 70s, we analyze some newspaper clippings dealing with the event and distinct representations are revealed.

Key-words: Counterculture; Festival; Palhostock; Santa Catarina.

Na primeira metade da década de setenta encontramos uma juventude que vivia a sombra de um regime político ditatorial, e em contrapartida, bebiam dos ideais de liberdade amplamente divulgados na década de sessenta. Muitos festivais aconteceram em nosso país, mesmo em face da repressão instituída, aglomeravam-se no campo ou pequenas cidades divulgando elementos da vida natural e de contracultura³. Nesse interim os festivais de rock

1 Clarissa Pacheco, e-mail: sgscissa@hotmail.com.

2 Grazielle Cristina Dos Santos Weege, e-mail: grazielleweege@hotmail.com.

3Numa definição do termo, a Contracultura, nas palavras Luís Carlos Maciel – colaborador do Pasquim nos anos 1970 entre outros jornais *underground*, além de autor de diversos livros sobre o assunto, é a seguinte: “O termo, ‘contracultura’ foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América latina. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições das sociedades do ocidente. Contracultura é a cultura marginal, independente do reconhecimento oficial. No sentido universitário do termo é uma ‘anticultura’.” PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. Editora Brasiliense S.A., São Paulo, Brasil, p.13

abriam novas possibilidades para os jovens compartilharem esses novos ideais. A cultura presente de “rebeldia frente ao sistema, de um estilo de vida despreocupado e do pé na estrada”⁴, permeou a vida de pessoas que deslocavam-se por grandes distancias para curtir festivais, e também para conhecer novos lugares e pessoas. Foi esse contexto que embalou o ainda pouco discutido, ‘Palhostock’, um evento musical ao ar livre ocorrido na cidade de Palhoça em outubro de 1974.

Ao abordarmos o evento ocorrido na cidade de Palhoça, situada na Grande Florianópolis, é importante destacar aspectos políticos característicos da região na época. Mesmo tratando-se da Ditadura militar instituída em nosso país, Florianópolis não era vista como grande ameaça. Conservava ainda elementos interioranos, o que de certo modo não atraía grande acompanhamento de organismos como o DOPS⁵. Deste fato não subtede-se que a repressão aqui não ocorreu. E tão pouco concordamos fundamentalmente com ramos da historiografia catarinense que minimizam ações da ditadura no estado. Porém os aparelhos repressivos em Santa Catarina eram menos organizados se comparamos a grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. É sabido que pessoas foram presas e torturadas em nosso estado, mas que a investida dos militares mostrou-se menos acentuada.

Palhoça, nos primeiros anos da década de 70, era uma cidadezinha pacata e com pouco mais de 30mil habitantes, não imaginava o que estaria por vir. Em 1974 a população da cidade já podia ver os inúmeros cartazes espalhados pela cidade que informavam sobre o Palhostock, um festival de música que aconteceria ali nos dias 19 e 20 de outubro daquele ano. Esse festival nasceu da vontade de três jovens catarinenses inspirados na contracultura, no movimento hippie e, claro, num dos maiores festivais de música dos últimos tempos: o *Woodstock 69*. Baldicero Filomeno, Jacob Silveira e Edgar Scheidt vencendo todas as dificuldades impostas trouxeram pra cá um pouco da rebeldia, da luta contra o sistema e de rock’ rol para Palhoça.

Os três amigos partiram então em busca de apoio para a realização do festival. A primeira cidade a ser cogitada para a realização do evento foi Florianópolis, mas a prefeitura não viu como o evento pudesse beneficiar realmente a cidade. Quem comprou a ideia foi o prefeito Odílio José de Souza que tinha como um dos objetivos de seu mandato, a

4SILVA, Paulo Valério M. da. *O movimento da contra cultura em Santa Catarina: Palhostock – 1974, um festival de paz, amor e música*. Florianópolis, 2004. P. 28

5 Departamento de Ordem Política e Social.



modernização da cidade e, viu no Palhostock uma porta para atrair turistas e investimentos projetando Palhoça nos meios de comunicação da época.

A partir desse apoio fundamental da prefeitura os três organizadores começaram a se dedicar integralmente ao evento, deixaram temporariamente seus empregos⁶ e até chegaram a vender alguns pertences para investir no projeto. A prefeitura ajudou com a instalação de água, a armação dos tablados, divulgação e, claro, apoiou incondicionalmente a festa.

Mesmo com a boa vontade do prefeito em apoiar o Palhostock, ainda faltava para que o show se realizasse o som, a iluminação e local. O Guarani, clube da região, ofereceu uma área ampla e sem arquibancadas: o Estádio Renato Silveira. A iluminação foi emprestada pelo Teatro Álvaro de Carvalho, porém ainda faltava o som. Para um evento desse porte não havia ninguém na região que pudesse emprestar e, muito menos alugar o equipamento. Os organizadores então tiveram que alugar o potente equipamento em São Paulo e, que inclusive foi a potência do som uma das maiores propagandas do festival.

Um dos elementos mais surpreendentes no curso da festa foi o apoio da Polícia Militar e do Exército Brasileiro. Quem diria que no auge da repressão dos primeiros 5 anos da década de 70, o exército daria apoio a um festival de rock. Talvez os mesmos não tivessem a verdadeira noção do que realmente estaria por vir. Inclusive quem ficou a cargo da segurança do evento foram as Polícias de Florianópolis e Palhoça, que além de salvaguardar o Palhostock, a banda da polícia foi a primeira a se apresentar no evento.

Os ingressos começaram a ser vendidos antecipadamente ao preço de CR\$15,00⁷ para os dois dias, o que gerou reclamação dos jovens que acharam o preço um pouco alto ao contrário obviamente dos organizadores, que achavam o valor justo para dois dias de show. Para desespero dos organizadores dias antes do evento o Estádio do Guarani já estava lotado de pessoas e barracas que não haviam comprado ingresso e, como ainda não havia segurança no local se instalaram tranquilamente. A polícia até tentou pedir com que se retirassem, mas de fato isso não aconteceu. Os portões então foram fechados e os ingressos só foram cobrados de quem ainda não tinha entrado.

As 21 horas do dia 19 de outubro de 1974⁸ teve início o Palhostock. Uma multidão se espremia no portão do estádio na tentativa de conseguirem entrar sem pagar, alguns até

6 Música da pesada em Palhoça promete sacudir as estruturas do campo do Guarani. *O Estado*, Florianópolis, 09 out. 1974.

7 Maratona de Som. *O Estado*, Florianópolis, 19 out. 1974.

8 Palhoça passa a noite ao som do seu primeiro Festival Pop. *O Estado*. Florianópolis, 20 out. 1974.

tentaram atravessar a nado o rio que passava rente ao local do evento. Desde as primeiras horas da manhã as ruas de Palhoça estavam tapadas de carros, motos e pedestres, a BR 101 estava totalmente engarrafada. O evento havia transformado o trânsito do local e da região numa verdadeira confusão. O que se via ao longo das vias eram centenas de mochileiros cabeludos e vestidos com roupas espalhafatosas.

As bandas que se apresentaram no Palhostock foram: Bicho de Seda e Almôndegas de Porto Alegre; Capuchon, Sidharta, Som nosso de cada dia e Comunidade de Florianópolis e, Mostarda de Joinville⁹ e claro, a abertura com a banda da Polícia Militar. Teve inclusive um músico que deixou de se apresentar por motivo de perseguição militar.

Mas o Palhostock não foi somente música. Juntamente ao evento ocorreram pela cidade “exposição de artesanato *hippie*, pinturas e fotografias, projeção de slides, desfiles de roupas e alguns números isolados de ‘artistas’ que saíam do meio do público”¹⁰. A polêmica apresentação da banda da Polícia Militar causou um verdadeiro espanto no público. Ela aconteceu num misto de vaias e aplausos e, seguida em marcha pelo público na hora da volta olímpica. A maioria dançou e cantou com a banda, muitos entregavam flores aos policiais.

A improvisação esteve presente no decorrer de todo Palhostock. Após a abertura do evento estava na hora de começarem as bandas, porém não havia uma ordem pré-estabelecida e muitos não queriam abrir o evento. Enfim, a banda Capuchon de Florianópolis foi a primeira banda a tocar, o que foi um grande sucesso. A banda tinha na guitarra e nos vocais uma menina, o que era raro na época. Os músicos da Capuchon apesar do sucesso da apresentação tocaram a título de autopromoção e nada receberam para cantar no festival.

Outra banda que fez um grande sucesso foi Bixo da Seda, ela tocou um rock elétrico e pesado influenciados pelo ‘movimento progressivo’. A banda gaúcha Almôndegas que contava com presença e liderança dos irmãos Kleiton e Kleidir, também agradou bastante o público. O grupo Kahos de Porto Alegre também era muito popular entre os jovens, a banda unia música folclórica com pop.

Dadas as caracterizações do evento enseja-se abordar o modo como o tema foi tratado em jornais que circularam no ano de setenta e quatro e outros mais recentes em comemoração aos aniversários do evento. Ao trabalhar com este tipo de fonte faz-se necessário analisar os diferentes espaços em que o tema aparece, seja em colunas específicas para discuti-lo ou em

9 MENEZES, Cacau. Os dez anos do festival pop de Palhoca. *O Estado*, Florianópolis, 21 out. 1984.

10 MENEZES, Cacau. Os dez anos do festival pop de Palhoca. *O Estado*, Florianópolis, 21 out. 1984.

campos considerados “neutros” dos jornais. É importante buscar responder outras questões como: que críticas são feitas? O que é elogiado? O que se diz sobre os jovens que frequentaram? Como foram caracterizados? Qual o significado mais geral das discussões nesses jornais?

Ao optar por jornais cabe esclarecer que são importantes documentos onde se pode ler, conhecer e interpretar diferentes acontecimentos da nossa história. Nesse sentido utiliza-se o argumento de Maria Helena Capelato (1988) que esclarece que a imprensa é um importante “agente da história” onde pode ser captado o “movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais”¹¹.

A intenção aqui é apontar como o Palhostock recebeu diferentes representações através desses veículos de informação. Representações que ao serem lidas indicam como se pensava, como se vivia, qual o debate feito sobre este assunto. Para o uso de tal conceito de representação apoia-se na definição de Roger Chartier, para o autor as representações “são esses esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras, às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”¹².

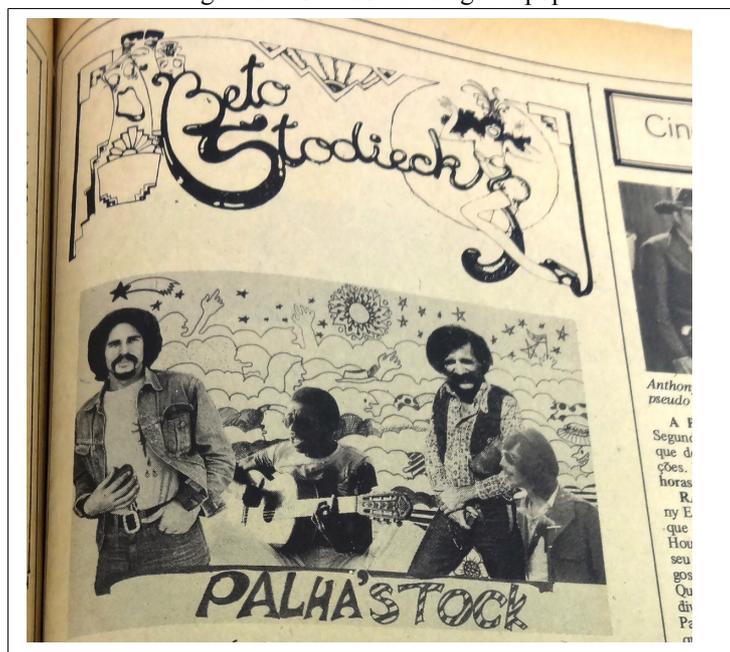
De “I Festival de Música Pop”, o nome do evento transformou-se partir de uma brincadeira na coluna de Beto Stodieck¹³ em “Palhostock”. Alguns atribuem essa mudança em função da repercussão geral e, por ter ocorrido aos moldes de Woodstock, onde muitos jovens acamparam ao ar livre, com suas roupas coloridas e pregando ideais de liberdade. Como segue na imagem do Jornal O Estado:

11 CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 13

12 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 17

13 STODIECK, Beto. *O Estado*. Florianópolis, 19 de outubro de 1974, p. 11

Figura 01: Um festival de gente pop



Fonte: *Folha da Manhã*. Porto Alegre, 22 outubro de 1974.

Beto Stodieck teve o privilégio de presenciar os acontecimentos, participar das “muitas horas de loucura” e, assim como ele, milhares de jovens – incluindo os provenientes do Paraná, Rio Grande do Sul e outros estados do Brasil (alguns jornais chegaram a anunciar até mesmo a presença de “gringos”). Este fato ocorreu em função da divulgação do festival por diversos jornais, dentre eles: O Estado/SC, Correio Lageano/SC, Correio do Povo/RS, Folha da Manhã/RS, Zero Hora/RS e possivelmente outros. O próprio Beto descreve o evento:

Entre tantas outras coisas que a gente poderia falar, afinal foram muitas e muitas horas de grande loucura (e eu lá estava, acampado também), não posso me esquecer de dizer que o povo da Palhoça foi sensacional, não se espantando, em momento algum, com tão grande e ouriçado número de ‘visitantes’. – Um destaque que todos notaram: as torres prateadas da igreja combinam perfeitamente com as coloridas flores que enfeitam o bem cuidado jardim da Palhoça. Aliás, a cidadezinha, de agora em diante, poderá definir sua história, como ‘antes e depois do Festival de Música Pop’. 1974, sem dúvida, foi um ano definitivo para as cozinhas palhocenses¹⁴.

Fica evidente como foi um momento marcante para muitos jovens. O relato poético de Beto Stodieck se insere no calor de quem estava ali para ‘curtir’ o festival. Desse modo pode-

14 STODIECK, Beto. Um Festival de gente pop. *Folha da Manhã*. Porto Alegre, 22 outubro de 1974.

se imaginar a sensação que aquele evento causou tanto para as pessoas que estiveram ali, integrando o festival, quanto para os moradores da então ‘pacata cidadezinha’. Imaginamos a emoção dos organizadores: Edgar Scheidt, Jacob Silveira e Baldicero Filomeno Junior que empenharam esforços para a realização do festival. Beto Stodieck disse que o “povo da Palhoça” não se espantou em momento algum. Podemos até suspeitar de um certo exagero da parte dele, tendo em vista que naquela época a cidade possuía hábitos rurais, sendo que, de seus 20.652 habitantes, apenas 6.397¹⁵ moravam no espaço urbano, o que nos leva a pensar que Palhoça não estivesse tão preparada para receber tal evento. Além disso, as pessoas dormiam cedo devido ao trabalho exaustivo “nas plantações de batata e tomate ou nas indústrias de cerâmica”¹⁶.

Palhoça era ‘pequena’ e ‘pacata’, e de repente foi invadida por “uma multidão de jovens cabeludos de roupas espalhafatosas vindos dos mais diferentes lugares”¹⁷. Naquela época havia pouco o que fazer na cidade, então “a turma se reunia na casa do Edgar para escutar os discos do Beatles, Rolling Stones, Janis Joplin, Jimmy Hendrix, (...), e que lá era o *point* da turma para discutir as notícias que chegavam por último (...) e queriam movimentar a juventude da época (...)”¹⁸. Aos moldes do que vinha acontecendo no mundo e principalmente o Woodstock, os três resolveram fazer algo inusitado para o momento. Segundo um dos organizadores do evento, Baldicero, em Palhoça ‘não acontecia nada’ era um ‘marasmo’ na região. Como eram amigos íntimos e compartilhavam o dia-a-dia de suas vidas, (...) “éramos jovens com muitas ideias e poucos recursos para fazer acontecer, então resolvemos fazer algo diferente (...)”¹⁹. Como consta os três jovens se desfizeram de alguns de seus bens e tiveram que “abandonar temporariamente seus empregos”²⁰ para preparar o evento que tinha por finalidade a “arte e a movimentação.”²¹ Contaram com o apoio da prefeitura municipal, o Deatur²² e a Pepsi²³.

15 MARTINS, Alexandre. *Palhostock: o woodstock catarinense*. Monografia. Udesc. 2001. p. 39. Segundo pesquisa do autor no IBGE, a população refere-se a década de 70.

16 PEREIRA, André. O som da música pop invadiu Palhoça. Foi um Barato. *Zero Hora*, Porto Alegre, n. 3316, 21 out. 1974. p.25.

17 MENEZES, Cacau. Os 10 anos do /festival “Pop” de Palhoça. *O Estado*, Florianópolis, 21 out. 1984.

18 MARTINS, Alexandre. *Palhostock: o Wodstock catarinense*. Monografia. Udesc. 2001. p. 34.

19Ibidem, p.34.

20 O Estado. Música da pesada em Palhoça promete sacudir as estruturas do campo do guarani. Florianópolis: *O Estado*, ed. 09 out. 1974, p. 16.

21Ibidem, p. 16.

22 Divisão Especial de Atendimento ao Turista.

23Ibidem, p. 16.

Como o evento foi recebido pela pequena população? Segundo o jornal Zero Hora “houve motivos de sobra para críticas acirradas; E para elogios exagerados”²⁴. De um lado os adeptos do festival, organizadores, participantes e simpatizantes; do outro, os contrários ao evento, principalmente os que tentavam preservar os costumes tradicionais da cidade. Ao prefeito na época, Odílio José de Souza, com 36 anos, eleito pelo MDB²⁵, agradou a ideia e ele resolveu contribuir com o evento. Apresentando-se como inovador e tendo como área de prioridade do seu mandato a educação, o turismo e a industrialização, acreditava que o festival divulgaria o nome da cidade e modernizaria os costumes. Além disso, havia algumas pessoas que defendiam que o festival traria dinheiro para o comércio local.

Mas nem todos estavam dispostos a modernizar os costumes da cidade. Segundo Jacob Silveira, Palhoça “sempre foi e ainda é conservadora”²⁶. Não foram poucos, portanto, os comentários sobre os jovens que estavam presentes no festival. Uma moradora de Palhoça comentava: “eles são sujos, tem cara de gente perdida que não sabe o que quer da vida. Meus filhos não andam assim”²⁷. A fala faz alusão ao estilo de vestimenta dos jovens, o estilo *hippie*, associado a sujeira, a roupa estranha, à barba e os cabelos longos. Outros homens que se encontravam próximos a entrada do local onde se realizava o evento temiam “o exemplo negativo destes maconheiros e destas moças assanhadas para a juventude da cidade”²⁸.

Dentre todas as opiniões posteriores sobre os efeitos do festival, talvez a mais pesada e negativa seja a de Juarez Nahas, ex- promotor de justiça. Ele afirma que na realização do festival:

não ocorreu nenhum benefício cultural, enfatizando que a filosofia hippie naquela época era considerada fora dos padrões estabelecidos na sociedade, e que aquele comportamento era totalmente distorcido por seguirem as normas do sexo, drogas e rock n’ roll²⁹.

A partir de uma visão unilateral e distorcida do estilo *hippie* e preocupado com os costumes e valores da cidade, Juarez Nahas via naquela juventude algo de negativo,

24 Zero Hora. Os jovens enfrentaram tudo para participar do festival. Porto Alegre: *Zero Hora*, 21 out. 1974.

25 Movimento Democrático Brasileiro

26 MARTINS, op. cit., p. 42.

27 Zero Hora. Os jovens enfrentaram tudo para participar do festival. Porto Alegre: *Zero Hora*, 21 out. 1974.

28 MOSMAMM, Carlos. Festival de música deixou Palhoça mais alegre. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, 22 de out. 1974. P. 23

29 MARTINS, op. cit., p. 42.

acrescentando ainda que o “Festival de Música em Palhoça, foi o grande responsável pelo aparecimento das drogas no município, e que o Palhostock foi o marco da entrada das drogas na Palhoça”³⁰. As palavras do ex-promotor são um bom exemplo de como a memória avalia o passado com os olhos do presente. Percebendo que a cidade cresceu e que, juntamente com esse crescimento, houve um aumento do consumo de drogas, ele resolve apontar aquele evento como a porta de entrada das drogas na cidade. Seu olhar se move partindo de quem se situa no espaço estriado, ou seja, representante da lei e da ordem. Assim, o festival de música parece ser mesmo um grande divisor de águas em Palhoça: primeiro Beto Stodick afirma que a história de Palhoça poderia definir-se entre ‘antes e depois do Festival de Música Pop’ de 1974; depois, o ex-promotor afirma que foi o marco de entrada das drogas na cidade. Sem sombras dúvida, o evento teve sua importância e os organizadores os seus méritos. No entanto, não houve continuidade, foi um fragmento.

Sem supervalorizar a crítica do ex-promotor, veremos claramente que o festival trouxe algo mais; encantou alguns moradores, como anunciava a Folha da Manhã/RS de 22 de outubro de 1974: o “festival de música pop deixou a cidade mais alegre”³¹. Entre esses moradores estava Dilson Tavares Filho que afirmava: “nunca tinha acontecido nada parecido em Palhoça. Nem na minha vida. Apesar dos cabelos e das roupas, esses guris são gente educada. Cheguei até ganhar uma flor de um moço, imagine só”³². Ao que parece as roupas e os cabelos dos jovens chamavam mais atenção que suas ações, já que muitos moradores ressaltam a educação daqueles jovens que estavam participando do festival de música. Uma observação importante vem do jardineiro Manoel³³ de 50 anos, que afirmava: “os meninos eram mais educados do que muita gente da própria cidade, pois nem pisaram nos jardins, nem arrancaram nenhuma flor”. Contrariando muitos e para a felicidade de outros, o festival aconteceu e ao que parece com certa harmonia, com exceção de “pequenos problemas criados pela embriagues e uma detenção por causa de tóxico, em que um jovem de Itajaí foi preso”³⁴. No mais, foi uma ‘loucura’, um ‘barato’, um ‘sarro’, utilizando o vocabulário *hippie* da época.

30 Ibidem, p. 53.

31 MOSMAMM, Carlos. Festival de música deixou Palhoça mais alegre. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, 22 de out. 1974.

32 Zero Hora. Os jovens enfrentaram tudo para participar do festival. Porto Alegre: *Zero Hora*, 21 out. 1974.

33 MOSMAMM, Carlos. Festival de música deixou Palhoça mais alegre. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, 22 de out. 1974.

34 Zero Hora. Os jovens enfrentaram tudo para participar do festival. Porto Alegre: *Zero Hora*, 21 out. 1974.

E como afirmou Sérgio Luiz Estoril ao jornal Zero Hora: teve o “poder de reunir gente com mesmas roupas, mesmos gostos e os mesmos problemas”³⁵.

Considerações finais

Uma análise mais geral e comparativa dos jornais nos remete a uma polarização nas matérias que se referem ao tema. Isto porque se de um lado, podemos perceber elogios ao Palhostock, por outro vê-se uma clara tendência crítica aos excessos cometidos pelos jovens, em suas roupas coloridas exageradas e dança alucinante.

O paradoxo elogio/crítica apresenta um embate que deixa transparecer um discurso muito importante, pois quando se elogia e recomenda ou critica e reprime nos depara com muito mais do que orientações de comportamento aos jovens. Tais discursos estão na verdade criando significados para novas gerações que se colocam contra a cultura vigente, contra o modelo conservador, e que está disposta a quebrar tabus mesmo que para isso seja necessário ir ao extremo de uma vida totalmente livre, e o uso excessivo de drogas.

Mesmo que o evento tenha sido considerado por alguns como o marco da entrada de drogas no município, ele vem ainda anunciar as transformações sociais que já vem ocorrendo pelo mundo. Tome-se como exemplo o ‘*Woodstock*’ e o movimento ‘*hippie*’ nos Estados Unidos na década de sessenta, e que foram recebidos largamente pelos jovens no Brasil.

Fontes

Jornal *Correio Lageano*, 16/10/1974, Lages – SC

Jornal *Correio do Povo*, 22/10/1974, Porto Alegre – RS

Jornal *O Estado*, 09,16,19,20/10/1974, Florianópolis – SC

Jornal *O Estado*, 21/10/1984, Florianópolis – SC

Jornal *Folha da Manhã*, 19, 21, 22/10/1974, Porto Alegre – RS

Jornal *O Palhocense*, Fevereiro de 1996, Palhoça – SC

Jornal *Santa Catarina*, 03, 11/10/1974, Blumenau – SC

³⁵ Ibidem.

Jornal *Zero Hora*, 21/10/1974, Porto Alegre – RS

Referências

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

FARIAS, Vilson Francisco de. *Palhoça: natureza, história e cultura*. Florianópolis: Editora do autor, 2004.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. Org. Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto. 2005.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. Editora Brasiliense S.A., São Paulo.

Recebido em 27 de novembro de 2013
Aceito para publicação em 07 de março de 2015



“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay – Flávia Paula Darossi

“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay

Flávia Paula Darossi¹

flavia-darossi@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

MARQUESE, Rafael de Bivar (Org.). *Manual do Agricultor Brasileiro*. Carlos Augusto Taunay. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O *Manual do Agricultor Brasileiro* foi escrito pelo francês Carlos Augusto Taunay (1791-1867) no ano de 1829, publicado integralmente no Rio de Janeiro em 1839, com a colaboração da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*²; e com posterior financiamento para segunda edição pelo Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos (do partido Conservador). Integrante da Coleção “Retratos do Brasil” a presente obra foi organizada por Rafael de Bivar Marquese.

O *Manual Agrícola* de Carlos Augusto Taunay compreende um conjunto de 18 capítulos que apresentam uma abrangente análise sobre questões relacionadas à estrutura agrícola do Império do Brasil assim como sugestões acerca da administração e do gerenciamento das unidades rurais escravistas. Dá-se ênfase a três principais temas de latente importância econômica nacional, segundo Taunay: o sistema escravista, a agricultura de exportação e a agricultura de gêneros de consumo interno (ou de primeira necessidade). O *Manual* foi elaborado para o conhecimento dos proprietários rurais com vistas ao desenvolvimento da agricultura nacional e à equiparação do Brasil às potências europeias no que concerne à ampliação dos lucros e rendimentos senhoriais através do melhoramento das

1 Estudante de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Iniciação Científica na referida instituição.

2 Fundada em 1825, a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* foi uma coligação político-civil de matriz Conservadora com vistas a fortalecer o incipiente Estado Nacional Imperial, no período pós-independência de 1822, estimulando o desenvolvimento e melhoramento da indústria nacional, agrícola e/ou fabril; através, principalmente, de publicações no jornal mensal “*O Auxiliador da Indústria Nacional*”.



“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay – Flávia Paula Darossi

técnicas de trabalho na indústria agrícola. A metodologia do presente compêndio comporta uma base empírica de pesquisa, haja vista que, em 1820, Taunay pede exoneração do posto de Major no exército brasileiro e passa a administrar a propriedade rural da família, na Barra da Tijuca, com a produção de café e o emprego de mão-de-obra escrava.

Numa análise de comparação entre as potencialidades naturais do território brasileiro (com uma ufanista ênfase ao clima, a qualidade dos terrenos, a diversidade de cultivo de culturas agrícolas, a posição geográfica estratégica para a comunicação com outros continentes e às relações comerciais favoráveis ao crescimento industrial) e a realidade de demasiado “e vergonhoso atrasamento e primitivismo” que apresentava a indústria nacional do recém-instituído Império, segundo Taunay, far-se-ia necessária uma reforma nos setores econômico e industrial através do poder público e seus legisladores. Dever-se-ia priorizar a abertura de estradas do litoral aos mais longínquos rincões do interior do Império, a criação de cadeiras de Agricultura, a distribuição de livros de instrução sobre métodos e variedades de culturas etc. O primeiro capítulo do *Manual* trata da escolha dos gêneros agrícolas apropriados para a produção monocultora e pomicultora e dos tipos de solos adequados (massapê, barro e areia). O objetivo de Taunay com o presente *Manual* era preencher a lacuna de ausência de uma racionalidade acerca do próprio labor dos proprietários rurais senhores de engenho e grandes produtores (de café, principalmente), para o gerenciamento adequado e potencialmente mais produtivo tanto de suas terras quanto da administração do trabalho escravo, regulando a vida econômica da nova nação a partir do eixo comércio agroexportador e tráfico negreiro. Segundo Alfredo Bosi³, “as práticas [...] são o fermento das ideias na medida em que estas visam *racionalizar* aspirações nos seus produtores [...]. A ideologia compõe retoricamente [...] certas motivações de particulares e as dá como necessidades gerais”⁴. Neste sentido, a problemática do *Manual* encontra-se na antinomia do caráter liberal e a manutenção do sistema escravocrata idealizado pela classe política dominante brasileira que se impôs a partir do movimento da Independência, haja vista os *patriotas ou liberais históricos* (desde o ano de 1808 com a abertura dos portos nacionais às nações estrangeiras);

3 BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois Liberalismos”. In: *Dialética da colonização*. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.04-39.

4 Idem, p 04.



“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay – Flávia Paula Darossi

imbuído de um ideário conservador de construção do Brasil, a partir de um complexo de valores e normas jurídico-políticas de um “liberalismo” funcional que tendia a garantir os direitos individuais dos senhores e a propriedade fundiária, a manutenção da escravidão, da grande produção e o modelo agroexportador. A ascensão dos grupos escravistas liberal-conservadores ao centro do poder no período pós-1822 convergiu para autonomia relativa das províncias frente ao Governo Imperial e ao liberalismo intra-oligárquico. Taunay afirma na Introdução que o principal problema a ser sanado pelos proprietários rurais era a administração do trabalho escravo. Faz-se necessário ressaltar que no período histórico em que o autor escreve o livro, a Inglaterra era o principal parceiro comercial do Império do Brasil e fazia constantes pressões diplomáticas acerca do fim do tráfico de escravos no Atlântico (tratado anglo-brasileiro de 1826 e a Lei Anti-tráfico de 1831 assim como o próprio Código Criminal, que previa a moderação nos castigos aos cativos) e da abolição do sistema escravocrata no Império.

Na intenção de sanar as contradições presentes no ideário da classe de proprietários da qual fazia parte, Carlos Augusto Taunay apresenta uma abordagem inédita sobre a administração do trabalho escravo na literatura agrônômica brasileira do século XIX. Nos primeiros capítulos (respectivamente 02, 03 e 04), ele promove uma investigação sobre a estrutura escravocrata no Império e propõe a normatização da administração do trabalho cativo a partir de princípios racionais de disciplina e coerção. Taunay parte da premissa que o emprego do trabalho compulsório africano é uma “violação do direito natural” dos homens e da religião, porém, o justifica afirmando o peso da tradição e o enraizamento de tal prática construída simultânea e intrinsecamente à própria formação do Estado Nacional que, interdependente no presente momento, tornar-se-ia impossível a desmantelamento. Ademais, a partir de um discurso paternalista, Taunay justifica que a escravidão da população comprada na Costa da África, era na verdade um resgate destes negros de seus antigos donos tiranos. Tendo como pressuposto a inferioridade física e intelectual da raça africana, o autor compara um escravo adulto a uma criança branca e, neste sentido, a escravidão destes seria um “fardo” para os senhores brasileiros, que deveriam tirar as melhores vantagens desta circunstância já solidificada na sociedade. O modelo paternalista comportaria, em tese, melhoria nas



“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay – Flávia Paula Darossi

vestimentas da escravaria, no estado sanitário das senzalas, direção religiosa etc., paralelo a um rigoroso sistema de disciplina e coerção pelo medo da aplicação de castigos físicos, garantindo a segurança pública e, principalmente, privada dos reconhecidamente cidadãos do Império. A proposta para territorializar a reprodução de famílias de escravos e estimular o crescimento natural dos mesmos, explica-se pela ameaça concreta do fim do tráfico Atlântico pela filantropia inglesa desde 1826, e pela consolidação da ordem nacional e a minimização de possíveis revoltas como a de São Domingos, mais propensas a serem incitadas por escravos recém-chegados.

O *Manual do Agricultor Brasileiro*, do capítulo nº05 ao nº18, trata de questões genuinamente agrícolas, a exemplo da diversificação dos gêneros do modelo agroexportador e da grande lavoura (açúcar, café, algodão e fumo) e o incremento e desenvolvimento da produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade (mantimentos para o consumo interno do Império); também trata do melhoramento técnico da agricultura e a adoção e multiplicação de instrumentos como o arado e a técnica do plantio de café em curvas de nível. Ademais, Taunay discorre sobre a importância da produção variada de alimentos nas próprias unidades escravistas para sanar as necessidades de seus cativos, sem ter de comprar e dispendar de parte de seus lucros para tal fim; afirmou a importância da diversificação para a dinamização da economia nacional, usufruindo da natural abundância e qualidade fértil que o território do Brasil foi contemplado. O *Manual* conclui tratando da importância dos “cursos agrônômicos em fazendas-modelos” como arquétipo de educação agrícola destinado aos filhos de senhores de terras e engenhos (em contraposição à demasiada valorização dos cursos jurídicos), a partir de publicações de trabalhos acerca do que o autor chama de “ciência e desenvolvimento da agricultura”.

Num exercício de análise entrelinhas, a leitura do *Manual* nos permite proceder a uma descrição do meio social do autor e a diferentes concepções de sociedade propostas a partir da veiculação de ideias e saberes científicos pela elite de proprietários nacional (durante a vigência do século XIX, esta foi a classe que articulou os rumos da nova ordem nacional). O texto e a disposição dos capítulos discorrem conforme a inteligibilidade do autor acerca da relação de importância do sistema escravista, dos modelos agroexportador e diversificação de



“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay – Flávia Paula Darossi

culturas para consumo interno, com vistas à dinamização das relações comerciais e a manutenção imprescindível do braço cativo no processo econômico. Ademais, ao tratar da posição da agricultura na economia do Império, Carlos Augusto Taunay contribuiu imprescindivelmente para a elaboração de uma incipiente ciência agrícola nacional, assim como da literatura acerca da racionalidade da gestão escravista no Brasil Império.

Recebido em 01 de janeiro de 2015

Aceito para publicação em 03 de julho de 2015

